

MEDIA & JORNALISMO

Revista do
Centro de Investigação Media e Jornalismo

Volume I, N.º 1
Outubro de 2002

MEDIA & JORNALISMO

uma publicação do

Centro de Investigação Media e Jornalismo

edição e distribuição

Edições MinervaCoimbra - Rua dos Gatos, 10 - 3000-200 Coimbra

Telef.: 239 826 259 / 239 701 117 - Fax: 239 717 267

E-mail: livrariaminerva@mail.telepac.pt

projecto gráfico

Pedro Bandeira

capa

Paulo Oliveira – PMP

motivo da capa

Foto de Alfredo Cunha

issn

1645-5681

depósito legal

...

registo no INPI

5544D cod. 9907

periodicidade

Semestral / n.º 1 Outubro 2002

preço

10 €

assinatura anual

18 €

pedidos

Edições MinervaCoimbra

Apoio da Fundação Calouste Gulbenkian

índice

editorial	5
artigos	9
O jornalismo é uma forma de conhecimento?	9
<i>Eduardo Meditsch</i>	
O poder como linguagem. A mediação política entre funcionalidade sistémica e moral comunicacional	23
<i>João Pissarra Esteves</i>	
Uma comunidade interpretativa transnacional: a tribo jornalística	45
<i>Nelson Traquina</i>	
O nascimento de Adam Nash. Análise comparada de uma notícia de genética em seis jornais de informação geral	65
<i>Cristina Ponte</i>	
Presidenciais 2001: temas e vozes na cobertura jornalística da campanha eleitoral	83
<i>Estrela Serrano</i>	
percursos	101
Daniel Dayan	101
<i>Entrevista de José Carlos Abrantes</i>	
mesa redonda	115
A mediatização dos fogos florestais	
Informação e espectáculo na luta entre a água e o fogo	115
<i>Mário Mesquita</i>	
As formas de agendamento	122
<i>Anabela de Sousa Lopes</i>	
Distinguir a informação-serviço da informação-produto	125
<i>Fátima Campos Ferreira</i>	
Por uma cultura de segurança	127
<i>Gisela Oliveira</i>	
O fogo e a cultura pan-mediática contemporânea	129
<i>José Luís Garcia</i>	
Síntese conclusiva	140
recensões	143
abstracts/resumés	153

editorial

Este primeiro número de *Media & Jornalismo* afirma-se na diversidade dos temas dos seus artigos, metodologias e reflexões, como o fórum que se propõe ser, um espaço promotor de discussão qualificada não só na comunidade académica mas também entre todos os que se interessam pelos media e pelo jornalismo nas sociedades contemporâneas.

Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), esta publicação bianual assenta numa estrutura aberta de artigos, entrevistas, debates temáticos e resenhas e num formato que a torne economicamente acessível. Pretende assim combinar uma variedade de conteúdos e constituir um elemento de reflexão e debate na vasta comunidade interessada pelos media e jornalismo, nela incluindo investigadores e estudantes do ensino superior não só de licenciaturas e pós-graduações em Comunicação mas também de campos como a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a História, a Psicologia Social, os Estudos Linguísticos e Culturais, a Economia, entre outros.

As primeiras páginas de *Media & Jornalismo* são ocupadas com um artigo de Eduardo Meditsch sobre o jornalismo como conhecimento. A perspectiva epistemológica que o autor explora neste artigo, no seguimento de trabalhos seus, visita linhas de pensamento sobre o jornalismo, algumas tão antigas quanto a própria história do seu estudo. Defende Meditsch, com base em contributos vários, das Teorias da Argumentação às Ciências Cognitivas, que o jornalismo é uma forma de conhecimento. O artigo apresenta algumas das suas características, problemas, potencialidades, efeitos e também responsabilidades desse enquadramento.

O ensaio de João Pissarra Esteves centra-se no conceito nuclear de poder e aprecia de forma crítica o pensamento da teoria

sistêmica e a perspectiva ontológica de Hannah Arendt. A relação poder-comunicação, baseada na perspectiva pragmática que propõe, realça a performatividade discursiva, a relação entre discurso e contexto da sua realização, a indissociabilidade entre conteúdo e forma discursiva. A principal referência deixa de ser o sistema político em sentido estrito para se alargar aos indivíduos enquanto membros de uma comunidade política, sujeitos de discursos e participantes de públicos. Assim se expressa neste texto a atenção que o autor tem vindo a dedicar ao estudo das identidades.

O artigo de Nelson Traquina explora a hipótese teórica dos jornalistas constituírem uma comunidade interpretativa transnacional, que partilha valores notícia e possui quadros de referência comuns. Recorre para tal a um estudo de caso, uma análise de três meses da cobertura jornalística da SIDA, tema que tem estudado, em jornais de quatro países (Portugal, Espanha, EUA e Brasil). Essa análise revela a existência de semelhanças quanto ao que 'foi notícia': o factor tempo, a atenção a escândalos, o domínio de 'histórias em desenvolvimento', a notoriedade, a proximidade geográfica, o conflito e controvérsia.

Noutra análise comparada, Cristina Ponte, que tem estudado a noticiabilidade de crianças, mostra como a mesma matéria noticiosa (um nascimento com intervenção da ciência genética) é apresentada de formas semelhantes e diferentes em cinco jornais europeus de qualidade. O tratamento desta notícia de ciência revela coincidência no destaque concedido mas contraste de opções editoriais, entre uma orientação pela emoção e 'interesse humano' e uma cobertura mais interpretativa por parte de profissionais conhecedores, capazes de ligar, sob a pressão do tempo, o evento à sua problemática.

A possível relação entre o crescimento da abstenção eleitoral e as formas como são cobertas as campanhas políticas constitui o ponto de partida do artigo de Estrela Serrano, no seguimento de trabalhos seus sobre as relações entre media e democracia. Centrada na campanha presidencial de 2001, a autora aprecia por que linhas se organizou a cobertura em jornais e noticiários televisivos e que temas foram privilegiados. Identifica homogeneidade entre meios, tendências para associar temas de agenda social a candidatos com menor expressão eleitoral e para enfatizar a ideia de 'jogo' entre contendores. Atribui ainda

responsabilidades não só aos media mas também aos candidatos e seus conselheiros.

A primeira entrevista de *Media & Jornalismo*, a cargo de José Carlos Abrantes, apresenta-nos o investigador francês Daniel Dayan, o seu percurso académico, o seu profundo interesse pelo cinema e pelos seus olhares, o encontro com Elihu Katz e a riquíssima colaboração investigativa que daí nasceu e que está na base dos estudos sobre acontecimentos mediáticos. A agenda da conversa leva-nos também às relações entre a pesquisa comunicacional norte-americana e europeia, aos estudos da recepção, à reflexão sobre o lugar de uma televisão cultural nas sociedades contemporâneas.

Por seu lado, o tema em debate neste número incide sobre os fogos florestais, (quase) inevitáveis na agenda de Verão. As intervenções da mesa-redonda organizada por Mário Mesquita dão conta de diferentes olhares sobre este tema: centrados no seu agendamento e tratamento jornalístico genérico (Anabela de Sousa Lopes, Mário Mesquita), no ritmo da sua cobertura (Fátima Campos Ferreira), nas dissonâncias de expectativas entre jornalistas e fontes institucionais (Gisela Oliveira), na sua imersão na cultura mediática contemporânea (José Luís Garcia).

Recensões sobre obras recentes neste campo completam o primeiro número desta revista, que se deseja aberta a colaborações do meio académico e profissional, correspondendo assim ao propósito para que foi criada: constituir um espaço de debate e divulgação da pesquisa e reflexão realizada sobre os media e o jornalismo dentro e fora do país.

A Direcção

O jornalismo é uma forma de conhecimento?¹

Eduardo Meditsch

Universidade Federal
de Santa Catarina (Brasil)

Resumo:

Este artigo discute o jornalismo numa perspectiva epistemológica. Revê as principais abordagens sobre a questão, que classificam o jornalismo como forma de conhecimento de maneira negativa, quantitativa e qualitativa. Apresenta os pressupostos teóricos que sustentam a abordagem qualitativa. Avalia as características, os problemas e os efeitos do jornalismo enquanto conhecimento. Conclui pela pertinência da consideração do jornalismo enquanto forma social de produção de conhecimento.

Palavras-chave:

Jornalismo; Epistemologia; Sociologia do Conhecimento; Cognição; Tipos de Conhecimento.

Abordagens do Jornalismo como Conhecimento

A questão do Jornalismo enquanto conhecimento, pela sua complexidade, admite muitas interpretações. Para simplificar a exposição, vou classificar estas interpretações, que compreendem diferentes nuances, em três abordagens principais.

A primeira delas nasce da definição de conhecimento não como um dado concreto, mas como um ideal abstracto a alcançar. Uma vez estabelecido este ideal, passa a ser o parâmetro para julgar toda a espécie de conhecimento produzido no mundo humano. A era moderna, com as fantásticas realizações da técnica na transformação da vida humana e no domínio da natureza, acabou

por realizar o sonho dos filósofos positivistas de entronizar “a Ciência” como única fonte de conhecimento digna de crédito. O “método científico” foi escolhido como o parâmetro adequado para se conhecer e dominar o mundo, e toda a tentativa de conhecimento estabelecida à margem deste padrão foi desmoralizada, considerada imperfeita e pouco legítima.

Esta visão que entronizava “a Ciência” como “o método de conhecimento” estabelece a primeira das abordagens do problema do Jornalismo em relação ao conhecimento: para ela, o Jornalismo não produz conhecimento válido e contribui apenas para a degradação do saber. São notáveis as observações do intelectual austríaco Karl Kraus a este respeito, escritas no início do século XX:

O que a sífilis poupou será devastado pela imprensa. Com o amolecimento cerebral do futuro, a causa não poderá mais ser determinada com segurança. (...) A imagem de que um jornalista escreve tão bem sobre uma nova ópera como sobre um novo regulamento parlamentar tem algo de acabrunhante. Seguramente, também poderia ensinar um bacteriologista, um astrónomo e até mesmo um padre. E se viesse a encontrar um especialista em matemática superior, provar-lhe-ia que se sente em casa numa matemática ainda mais superior.

Kraus não representa um crítico isolado. O seu pensamento influenciou profundamente muitos outros intelectuais de respeito, como Walter Benjamin e os fundadores da Escola de Frankfurt. Apesar das críticas que este ponto de vista vem recebendo nos últimos anos, a sua influência ainda pode ser constatada em grande parte da produção académica contemporânea sobre o Jornalismo, que de uma forma ou de outra o situa no campo do conhecimento como uma ciência mal feita, quando não como uma actividade perversa e degradante.

Uma segunda forma de abordagem do Jornalismo enquanto conhecimento situa-o ainda como uma ciência menor, mas admite já que não é de todo inútil. Pode-se utilizar como exemplo desta abordagem o ex-jornalista e sociólogo do conhecimento Robert Park, que publicou um artigo sobre o tema em 1940. A partir da perspectiva filosófica do pragmatismo de William James, que abandona o conhecimento como um ideal para observá-lo como um dado da vida humana, concluindo que as pessoas e as colectividades lidam simultaneamente nas suas vidas com várias espécies de conhecimento, Park começa a definir o Jornalismo a partir do que tem de diferente, do que lhe é específico como forma de conhecimento da realidade.

Embora admita a distinção entre tipos de conhecimento, o sociólogo norte-americano não avança neste aspecto muito além do que James já havia realizado ao distinguir entre um “conhecimento de”, utilizado no quotidiano, e um “conhecimento sobre”, sistemático e analítico, como o produzido pelas ciências.

Para situar o Jornalismo, Park vai propor a existência de uma gradação entre as duas espécies de conhecimento e colocar a notícia num nível intermediário entre elas.

Este tipo de diferenciação do Jornalismo a partir do grau de profundidade que alcança comparativamente à Ciência ou à História é admitido pelos próprios jornalistas. Ao fazerem comparações entre o seu trabalho e o dos cientistas, os jornalistas costumam sugerir esta forma de gradação. Quando não se refere à profundidade de análise, a gradação pode referir-se também à velocidade da produção, e o Jornalismo já foi definido como a História escrita à queima-roupa.

A comparação quantitativa dos atributos do Jornalismo em relação à Ciência ou à História pode ser útil para elucidar algumas das suas diferenças, mas parece insuficiente para definir o que ele tem de específico. Daí que tenha surgido uma terceira abordagem, que dá mais ênfase não ao que o Jornalismo tem de semelhante, mas justamente ao que ele tem de único e original. Para esta terceira abordagem, o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar.

Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o Jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o reproduzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social. Mas, para tornar aceitável esta terceira abordagem, é necessário compartilhar alguns dos seus pressupostos.

Pressupostos do Jornalismo como Conhecimento

Além do pragmatismo que orientou Robert Park, diversas outras correntes teóricas oferecem bases de apoio não só para se aceitar como também para se definir a especificidade do Jornalismo enquanto conhecimento.

As epistemologias críticas, que nas últimas décadas se têm dedicado a desmistificar o preceito positivista da infalibilidade da Ciência e a demonstrar o carácter cultural e histórico de toda a forma de conhecimento, contribuíram para destruir o ideal de uma verdade única e obrigatória, e principalmente para estabelecer os limites lógicos de qualquer reivindicação de objectividade. Ao relativizarem as verdades científicas, estas correntes críticas permitiram também a aceitação de outras verdades como eventualmente válidas e relativas, de acordo com os seus pressupostos e objectivos.

Contribuiu para esta nova visão o extraordinário desenvolvimento da compreensão das linguagens, também elas, enquanto produtos históricos e culturais. O estudo do discurso, que se interessa pela utilização concreta das linguagens, demonstrou que todo o enunciado que se refere à realidade, ao reflecti-la de certa maneira, também necessariamente a refracta de certa maneira (Bakhtin, 1992).

Por este caminho, procura-se distinguir a verdade que um enunciado pode conter da realidade mesma, a realidade referente que se encontra fora do enunciado. Falar de “a verdade”, enquanto substantivo, atributo coisificado, vai assim perdendo o sentido. Mais apropriado será falar-se no adjectivo, no enunciado “verdadeiro”. E poderão existir muitos enunciados verdadeiros, eventualmente até contraditórios entre si, cada um coerente com os seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira.

Os diferentes géneros de discurso vão abordar a realidade de diferentes maneiras, definindo verdades diversas, cada uma pertinente para um objectivo ou uma situação. Os argumentos validados num campo do saber poderão ser considerados absurdos noutra. Ao mesmo tempo, grande parte do que costuma ser considerado descoberto e sabido hoje, pela nossa civilização, provavelmente é ignorado por nove entre dez seres humanos civilizados.

Os auditórios a que se dirigem os diferentes discursos também tornam mais complexa a questão do saber na nossa sociedade. A sociologia e a antropologia do conhecimento, ao debruçarem-se sobre o quotidiano das pessoas comuns, e não apenas sobre os relatos dos sábios, reforçaram a ideia de que a metodologia científica não é o único modo de conhecer e provavelmente nem sequer o mais importante para a nossa sobrevivência individual e da nossa existência gregária. Diversos tipos de conhecimentos circulam em diversas redes sociais (Berger & Luckmann, 1966). Essa descoberta não significa uma vitória do irracionalismo, que apontaria para o retorno a um mundo assombrado pelos demónios, como na Idade Média descrita por Carl Sagan. Pelo contrário, aponta para a necessidade de uma Razão mais refinada, que dê conta da extrema complexidade do mundo, que cada vez mais se expõe a nós e com isso desafia todos os nossos parâmetros.

Entre os fenómenos mais complexos com que nos deparamos hoje está o funcionamento do cérebro humano. O conhecimento sobre o cérebro tem avançado em progressão geométrica nas últimas décadas, e a noção da sua complexidade tem aumentado na mesma proporção. Já há algum tempo, pensadores como o pedagogo Paulo Freire vinham alertando para a evidência de que a abertura permanente é o que distingue o cérebro humano do cérebro dos animais. É essa abertura o que determina a nossa capacidade infinita de aprendizagem e o que nos faz superar continuamente qualquer obstáculo a esta aprendizagem, inclusive os estabelecidos por nós mesmos, como indivíduos

ou como colectividade. As concepções fixas e os paradigmas estanques são alguns destes obstáculos que temos superado.

Paulo Freire também advertia para o facto de que o saber não pode ser transmitido. Observava que quando qualquer tipo de informação é comunicada de uma pessoa a outra com sucesso, isto implica que ela não foi apenas transferida, como seria de uma disquete para outra num computador, mas que foi *re-conhecida* pela pessoa que a recebeu. O cérebro humano não é um recipiente onde se pode depositar conhecimentos: a aprendizagem implica uma operação cognitiva, onde quem aprende tem um papel tão activo quanto quem ensina. Assim, tanto quem ensina quanto quem aprende não se limita a reproduzir um saber que existia anteriormente aos seus actos, mas *re-cria* este conhecimento nos próprios actos de aprender e de ensinar. Desta forma, pode-se afirmar que o conhecimento não se transmite, antes se *re-produz*.

A moderna ciência cognitiva, que já conta com um conhecimento mais aproximado do funcionamento do cérebro, confirma esta intuição dos pedagogos: a comunicação está indissolivelmente ligada à cognição (Sperber & Wilson, 1986). O nosso equipamento cognitivo não regista nem arquiva informações tal qual as recebe, antes as processa, classifica e contextualiza, reconstruindo a informação recebida a partir de esquemas de interpretação e de informações prévias sobre o tema, o emissor e a situação comunicativa. O esquema clássico da comunicação como a transferência mecânica de uma mensagem do emissor ao receptor, por meio de um processo singelo de codificação e decodificação, está completamente superado pelo conhecimento actual do cérebro humano. Para dar um só exemplo, a emoção, antes tão desprezada pelo ideal de objectividade científica, e classificada como “ruído” no ideal mecânico da comunicação de mensagens, vai aparecer agora como um combustível imprescindível à maquinaria da razão humana (Damásio, 1995).

A intensa pesquisa que vem sendo realizada no campo da inteligência artificial, no caminho de criar máquinas que pensem, tem contribuído também para elucidar de certa forma a maneira como nós pensamos, e mexe nos nossos juízos de valor sobre o que seja a maneira mais correcta de pensar. Cada obstáculo encontrado pelo computador para fazer o que fazemos chama a atenção dos cientistas para um recurso a mais das nossas próprias mentes, e contribui para a elucidação de maneira cada vez mais sofisticada de seu funcionamento. Os técnicos do M.I.T., que desenvolvem máquinas inteligentes, surpreendem o mundo ao revelarem que são capazes de substituir especialistas em áreas tecnológicas de ponta para muitos procedimentos, mas não conseguem criar nada aproximado ao bom senso de uma criança de cinco anos.

O processo incessante de produção e *re-produção* do conhecimento depende não só do equipamento cognitivo dos indivíduos, mas também das possibili-

dades de socialização das suas experiências. Por isso, cada vez mais se presta atenção ao papel desempenhado pelas instituições e pelas tecnologias intelectuais disponíveis em cada sociedade e em cada cultura. Diversos autores têm demonstrado as mudanças ocorridas nas formas de pensar e de conhecer em consequência do surgimento da escrita, de sua reprodutibilidade através da imprensa e, mais recentemente, num processo que ainda estamos vivendo, da revolução electrónica (Goody, 1988; Ong, 1982; Lévy, 1994).

Com tantas surpresas, com a descoberta de tantas limitações e ao mesmo tempo de tantas possibilidades novas no que já conseguimos saber, não é aconselhável descartar a priori qualquer das formas disponíveis de conhecer e *re-conhecer* o mundo, por mais limitada e singela que possa parecer. Daí a necessidade de se compreender melhor como funciona o Jornalismo como modo de conhecimento, e de investigar até que ponto ele não será capaz de nos revelar aspectos da realidade que não são alcançados por outros modos de conhecer mais prestigiados na nossa cultura.

Características do Jornalismo como Conhecimento

Ao utilizar a distinção entre “conhecimento de” e “conhecimento sobre”, o primeiro sintético e intuitivo, o segundo sistemático e analítico, dentro da tradição do pragmatismo, Robert Park observa que o Jornalismo realiza para o público as mesmas funções que a percepção realiza para os indivíduos. Conforme Nilson Lage (1992: 14-5), o Jornalismo descende da mais antiga e singela forma de conhecimento – só que, agora, projectada em escala industrial, organizada em sistema, utilizando um fantástico aparato tecnológico.

Adelmo Genro Filho (1987: 58), outro pesquisador brasileiro que se debruçou sobre esta questão, também ressalva que o Jornalismo como género de conhecimento difere da percepção individual pela sua forma de produção: nele, a imediaticidade do real é um ponto de chegada, e não de partida. Esta ressalva é importante para se discutir os problemas do Jornalismo como forma de conhecimento e os seus efeitos. No entanto, ao se fixar na imediaticidade do real, o Jornalismo opera no campo lógico do senso comum, e esta característica definidora é fundamental.

A partir dela, pode-se questionar até que ponto o Jornalismo como modo de conhecimento pode ser rigoroso. O conhecimento do senso comum foi até há bem pouco tempo desprezado pela teoria, uma vez que toda a ciência moderna se constituiu com base na sua negação. Mas, na medida em que as ciências humanas passaram a valorizar a observação do quotidiano para o desvendamento das relações sociais, o que era visto como “irrelevante, ilusório e falso” começou a aparecer não só como um objecto digno de consideração pela teoria

do conhecimento mas, em última análise, como o seu objecto principal (Santos, 1988: 8).

Conforme Berger e Luckmann (1966: 40), o senso comum corresponde a uma atitude cognitiva percebida como natural. “A atitude natural é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens. O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida quotidiana”. Além disso, a atitude cognitiva natural estabelece uma certa percepção da realidade como dominante:

Comparadas à realidade da vida quotidiana, as outras realidades aparecem como campos finitos de significação, enclaves dentro da realidade dominante marcada por significados e modos de experiência delimitados. A realidade dominante envolve-as por todos os lados, por assim dizer, e a consciência sempre retorna à realidade dominante como se voltasse de uma excursão. Todos os campos finitos de significação caracterizam-se por desviar a atenção da realidade da vida quotidiana. (...) É importante, porém, acentuar que a realidade da vida quotidiana conserva a sua situação dominante mesmo quando estes ‘transes’ ocorrem. Se nada mais houvesse, a linguagem seria suficiente para nos assegurar sobre este ponto. A linguagem comum de que disponho para a objectivação de minhas experiências funda-se na vida quotidiana e conserva-se sempre apontando para ela mesma quando a emprego para interpretar experiências em campos delimitados de significação (Berger & Luckmann, 1966: 43-4).

É o facto de operar no campo lógico da realidade dominante que assegura ao modo de conhecimento do Jornalismo tanto a sua fragilidade quanto a sua força enquanto argumentação. É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não se pode descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade do seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida quotidiana vindos de seus campos finitos de significação. Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico.

Evidentemente, como todo conhecimento, o senso comum não é tão democrático como sugere o termo. O conhecimento é repartido socialmente, devido ao simples facto do indivíduo não conhecer tudo o que é conhecido pelos seus semelhantes, e vice-versa, processo que culmina em sistemas de perícia extraordinariamente complexos. A distribuição social de conhecimentos, desta forma, não se dá apenas em termos quantitativos (uns conhecem mais do que outros),

mas também qualitativos (conhecem coisas diferentes). Cada campo de conhecimento é compartilhado por um auditório específico. A questão dos auditórios, assim como a dos campos lógicos, estabelece diferenças entre o modo de conhecimento das ciências e do Jornalismo.

A linguagem formal dos cientistas justifica-se pela sua universalidade, a universalidade ideal do seu auditório. Porém, esta universalidade será igualmente formal, uma universalidade de direito mas não de facto, uma vez que esta linguagem só circula por determinadas redes e cria uma incomunicação crescente entre os dialectos das diversas especialidades. Neste sentido, quanto mais as ciências produzem conhecimento, mais tornam opaco este conhecimento (Vieira Pinto, 1969: 165-6). Para penetrar nesta opacidade, é necessário também penetrar na rede institucional que a mantém, através dos processos pedagógicos específicos.

Já o ideal de universalidade do Jornalismo caminha noutra direcção. O auditório universal que idealmente persegue refere-se a uma outra rede de circulação de conhecimento, constituída pela comunicação para devolver à realidade a sua transparência colectiva. É uma universalidade de facto, embora precária, porque só estabelecida institucionalmente de forma indirecta e imperfeita, tal e qual o espaço público pressuposto pelo ideal democrático que a precede e a requer. A sua amplitude é também limitada noutra direcção, a intenção do emissor na delimitação do universo do público alvo. Mas é na preservação deste auditório ideal que o Jornalismo encontra uma de suas principais justificações sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo. Enquanto a ciência evolui rescrevendo o conhecimento do senso comum em linguagens formais e esotéricas, o Jornalismo trabalha em sentido oposto.

Além da questão do rigor, outra crítica que é comum fazer-se ao Jornalismo é a de que ele não seria tão capaz de revelar o novo como a ciência. Partindo de premissas retiradas necessariamente do senso comum, a argumentação da notícia parte do que o auditório já sabia, ou era suposto saber. “Se o avião caiu, é claro que existia o avião e que o avião pertence à categoria das coisas capazes de cair” (Lage, 1979: 41). Em virtude disto, a novidade contida numa notícia é limitada. Como propõe Van Dijk (1980: 176), esta novidade “é a ponta de um *iceberg* de pressuposições e, em consequência, da informação previamente adquirida”.

Esta constatação sugere que o conhecimento proporcionado pelo Jornalismo tem um duplo papel na construção do senso comum, em que a revelação da novidade se refere a apenas um aspecto. A compreensão da notícia envolve o processamento “de grandes quantidades de informação estruturadora, repetida e coerente, que sirva como base para ampliações mínimas e outras mudanças

nos nossos modelos do mundo” (Van Dijk, 1980: 248). O Jornalismo serve, ao mesmo tempo, para conhecer e para reconhecer.

Por outro lado, a revelação da novidade é um dado estrutural da retórica do Jornalismo – a conclusão a que conduz a sua argumentação. A forma com que chega a esta novidade também é diferente daquela utilizada pela ciência. Enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de diferentes factos, procura estabelecer as leis que regem as suas relações, o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do próprio facto, na sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências.

Como propusemos em trabalho anterior, no método científico a hipótese pressupõe uma experimentação controlada, isto é, um corte abstracto na realidade através do isolamento de variáveis que permita a obtenção de respostas a um questionamento baseado num sistema teórico anterior. O Jornalismo, por sua vez, não parte de uma hipótese nem de sistema teórico anterior, mas da observação não controlada (do ponto de vista da metodologia científica) da realidade por parte de quem o produz. Também se diferencia das ciências pelo tipo de corte abstracto que propõe. O isolamento de variáveis é substituído pelo ideal de apreender o facto de todos os pontos de vista relevantes, ou seja, na sua especificidade (Meditsch, 1996: 72).

Genro Filho (1987: 163) apoia-se nas categorias hegelianas do *universal*, *particular* e *singular* para definir o modo de conhecimento produzido socialmente pelo Jornalismo:

... o critério jornalístico de uma informação está indissoluvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo da sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nela se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjectividade do jornalista. O singular, então, é a forma do Jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e pelo universal que foram superados. O particular e o universal são *negados* na sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo.

A cristalização no singular explica também como o Jornalismo consegue produzir informação nova com uma grande economia de meios em relação aos outros modos de conhecimento: “Como o novo aparece sempre como singularidade, e esta sempre como o aspecto novo do fenómeno, a tensão para captar o singular abre sempre uma perspectiva *crítica* em relação ao processo. A singularidade tende a ser crítica porque ela é a realidade transbordando do conceito, a realidade recriando-se e diferenciando-se de si mesma” (Genro Filho, 1987: 212).

Pode-se assim chegar mais perto do que seria uma *fisiologia normal* do Jornalismo como forma de produção e reprodução de conhecimento. É possível, como propõe Lage (1979: 37), isolar teoricamente “uma organização relativamente estável”, dissociando esse “componente lógico” das ideologias que inevitavelmente o contaminam na realidade concreta – o “componente ideológico” que caracteriza a patologia diagnosticada pelos seus críticos, para encontrar a sua especificidade, uma vez que a ideologia é um fenómeno social mais geral.

Ao mesmo tempo, este esboço de sua fisiologia permite constatar que o Jornalismo não é uma “ciência mal feita”, simplesmente porque não é uma ciência e nem pode aspirar a ser tal. Por um lado, o Jornalismo como forma de conhecimento é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências (a ciência exclui o singular, cf. Atlan in Pessis-Pasternak, 1993: 72); por outro, é incapaz de explicar por si mesmo a realidade que se propõe revelar. “O universo das notícias é o das aparências do mundo; o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objecto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a factos concretos. Por trás das notícias corre uma trama infinita de relações dialécticas e percursos subjectivos que elas, por definição, não abarcam” (Lage, 1979: 23).

Por fim, é preciso ressaltar que o conteúdo do jornalismo, ao estar preso ao senso comum, está também necessariamente vinculado a um contexto. O texto só adquire sentido dentro de um contexto. Isto dificulta tanto a sistematização quanto a acumulação destes conteúdos, contrariamente ao que ocorre com a ciência que isola o texto do contexto. Mas, neste sentido, o conhecimento produzido pelo Jornalismo é mais sintético e mais holístico do que aquele produzido pela ciência.

Problemas do Jornalismo enquanto Conhecimento

Embora nesta perspectiva se considere que o Jornalismo produz e reproduz conhecimento, não apenas de forma válida mas também útil para as sociedades e seus indivíduos, não se pode deixar de considerar que esse conhecimento por ele produzido tem os seus próprios limites lógicos e, quando observado na prática, apresenta também uma série de problemas estruturais. Como toda outra forma de conhecimento, aquela que é produzida pelo Jornalismo será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjectivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida.

Nas últimas décadas multiplicaram-se os trabalhos científicos que salientam o facto do Jornalismo não ser uma imagem da realidade extraída unicamente desta realidade, mas sim uma construção onde os projectos, as técnicas e seu

manejo, as ferramentas e as matérias primas também interferem no produto final (Traquina, 1993). Inúmeras mediações condicionam o modo como o Jornalismo cria e processa a informação sobre a realidade, desde o *schemata* profissional (Méró, 1990) – o modo particular como os jornalistas vêem o mundo, passando pelos objectivos, a estrutura e a rotina das organizações onde trabalham, as condições técnicas e económicas para a realização de suas tarefas e, finalmente, o jogo de poder e os conflitos de interesses que estão inextricavelmente implicados na circulação social desta informação (Mesquita, 1995).

Um dos principais problemas do Jornalismo como modo de conhecimento é a falta de transparência destes condicionantes. A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipa de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não. Neste ponto, a proliferação recente da instituição do provedor de leitores – o *ombudsman* – é certamente um progresso, não apenas pelo que possa discutir directamente da produção dos media, mas também por contribuir para levantar o véu que encobre os procedimentos habituais de construção da informação jornalística.

Outro aspecto problemático do jornalismo enquanto conhecimento é a velocidade da sua produção. No entanto, ao mesmo tempo em que a velocidade representa um limite, representa também uma vantagem em relação a outros modos de conhecimento. A velocidade não é uma característica exclusiva do jornalismo, mas sim da civilização em que vivemos que, por funcionar assim, necessita de informações produzidas rapidamente.

E, por fim, não poderíamos deixar de citar a espectacularização como uma aspecto problemático do jornalismo como conhecimento. O que distingue uma matéria jornalística de um relato científico, de um texto didáctico ou de um relatório policial é o facto de que se dirige a pessoas que não têm obrigação de ler aquilo. Em consequência, procura de alguma forma aliciar as pessoas para que se interessem por aquela informação, através de técnicas narrativas e dramáticas. Isto não é um mal em si, o uso destas técnicas justifica-se amplamente pela eficácia comunicativa e cognitiva que proporcionam. O problema é quando passam a ser utilizadas em função de objectivos que não os cognitivos, como a luta comercial por audiência e o esforço político de persuasão. No quotidiano do jornalismo praticado nas nossas sociedades, é muito difícil distinguir entre estes três tipos de objectivos.

Efeitos do Jornalismo enquanto Conhecimento

Concretamente, muito pouco se sabe sobre os efeitos do Jornalismo sobre os indivíduos ou as sociedades. Existem várias hipóteses a este respeito, mas é

muito difícil isolar as variáveis de forma a testá-las para fins de comprovação (Saperas, 1987). É inegável que os meios de comunicação têm um poder muito grande no meio social, mas é difícil determinar até que ponto este poder é exercido de forma autônoma e até que ponto funciona apenas como instrumento de outros poderes instituídos. Muitos dos pecados atribuídos ao Jornalismo, inclusive pelas teorias e hipóteses que tentam explicar as suas consequências, na verdade têm causas enraizadas em solos mais profundos. A manipulação do sistema democrático, a disparidade crescente entre o topo e a base das sociedades, a disseminação dos preconceitos, estereótipos e ideologias dos poderosos não são criações do Jornalismo, embora ele eventualmente participe de tudo isso. Como produto social, o Jornalismo reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento disponível está completamente imune a isto.

Também é bastante difícil isolar os efeitos do Jornalismo sobre o ambiente cognitivo dos indivíduos. Quando tiram os olhos do jornal ou da TV, ou desligam o rádio, as pessoas encontram inúmeros outros pontos de contacto com a realidade, ligam-se em incontáveis outras redes de informação que funcionam à margem dos media e, com isso, amadurecem os seus critérios de discernimento (Souza, 1995). O Jornalismo eventualmente pode desinformar as pessoas, mas certamente também lhes ensina muita coisa útil. Sabe-se que uma pessoa com formação superior tira mais proveito das notícias do que uma pessoa privada da escola básica. Mais uma vez, não se pode culpar o Jornalismo por isso.

Conclusão: a Pertinência do Jornalismo enquanto Conhecimento

Considerados estes prós e contras, pode-se enfim discutir se há alguma pertinência em se considerar o Jornalismo como forma de conhecimento de direito próprio, ao invés de um simples instrumento para transmitir conhecimentos produzidos por outrem e eventualmente, com isso, degradar estes saberes. Com todo o respeito pelas opiniões divergentes, procurei responder a pergunta que me apresentaram de maneira afirmativa, suprimindo o seu ponto de interrogação.

Teoricamente, procurei demonstrar que o que pode sustentar esta pertinência não são os argumentos dos jornalistas, mas sim os desenvolvimentos recentes nas áreas da epistemologia, teoria do discurso, sociologia do conhecimento e psicologia da cognição, disciplinas que possuem um respeitável embasamento científico e filosófico.

Creio que na prática pode-se apontar mais algumas razões para se levar mais a sério esta questão. Ao deixar de considerar-se o jornalismo apenas como um meio de comunicação para considerá-lo como um meio de conhecimento, estará

a ser dado um passo no sentido de aumentar a exigência sobre os seus conteúdos. Conhecimento implica aperfeiçoamento pela crítica e requer rigor.

Considerar o jornalismo como modo de conhecimento implica também aumentar a exigência sobre a formação profissional dos jornalistas, que deixam de ser meros comunicadores para se transformarem em produtores e reprodutores de conhecimento.

Por fim, o conhecimento da realidade é uma questão tão vital para os indivíduos e para as sociedades que, se o jornalista não é apenas quem o comunica, mas também quem o produz e o reproduz, deve estar submetido a um controlo social e a uma avaliação técnica mais próxima e mais permanente. A questão do conhecimento que o jornalismo produz e reproduz e dos seus efeitos pode ser demasiado estratégica para a vida de uma sociedade para ser controlada exclusivamente pelos jornalistas como grupo profissional ou pelas organizações onde trabalham.

Notas

¹ Artigo baseado na comunicação apresentada nos Cursos da Arrábida – Universidade de Verão sob o tema “Jornalismo: Transmissão de Conhecimentos ou Degradação do Saber?”, coordenados por Mário Mesquita, Julho de 1997.

Bibliografia

- Bakhtin, M. (1992), *Estética da Criação Verbal*, São Paulo: Martins Fontes.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1966), *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis: Vozes, 1973.
- Damáσιο, A. (1995), *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Freire, P. & Faundez, A. (1985), *Por uma pedagogia da pergunta*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Filho, A. G. (1987), *O Segredo da Pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo*, Porto Alegre: Editora Tchê.
- Goody, J. (1988), *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa: Presença.
- Japiassú, H. (1975), *O Mito da Neutralidade Científica*, Rio de Janeiro, Imago.
- Japiassú, H. (1983), *A Pedagogia da Incerteza*, Rio de Janeiro: Imago.
- Kraus, K. (1918), Ditos e Contraditos, in *Karl Kraus (1874-1936) ou o ódio ao jornalismo*, Folha de São Paulo: 5/8/1984.
- Lage, N. (1979), *Ideologia e Técnica da Notícia*, Petrópolis: Vozes.
- Lage, N. (1979), *Estrutura da Notícia*, São Paulo: Ática.
- Lage, N. (1992), Prefácio, in Meditsch, E., *O Conhecimento do Jornalismo*, Florianópolis: Editora da UFSC.

- Lévy, P. (1994), *As Tecnologias da Inteligência: o Futuro do Pensamento na Era Informática*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Meditsch, E. (1992), *O Conhecimento do Jornalismo*, Florianópolis: Editora da UFSC.
- Meditsch, E. (1996), *A Especificidade do Rádio Informativo*, Lisboa: FCSH/UNL. Tese.
- Méró, L. (1990), *Ways of Thinking. The Limits of Rational Thought and Artificial Intelligence*, Singapore: World Scientific.
- Mesquita, M. (org.) (1995), *Comunicação e Política*. Revista de Comunicação e Linguagens 21 / 22 Lisboa: CECL/UNL.
- Ong, W. (1982), *Orality and Literacy: the technologizing of the world*, London: Routledge.
- Park, R. (1940), A Notícia como Conhecimento: Um capítulo da Sociologia do Conhecimento. Trad. Bras. In Steinberg, C., *Meios de Comunicação de Massa*, São Paulo: Cultrix.
- Perelman, C. (1977), *O Império Retórico: Retórica e Argumentação*, Porto: Asa.
- Pessis-Pasternak, G. (1993), *Será Preciso Queimar Descartes? Do caos à inteligência artificial: quando os cientistas se interrogam*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Saperas, E. (1987), *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Porto: Asa.
- Santos, B. de S. (1988), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto: Afrontamento.
- Souza, M. W. (org.) (1995), *Sujeito: o lado oculto do receptor*, São Paulo: Brasiliense.
- Sperber, D. & Wilson, D. (1986), *Relevance: Communication and Cognition*, Oxford: Blackwell.
- Traquina, N. (org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, Lisboa: Vega.
- Van Dijk, T. (1980), *La Noticia como Discurso*, Barcelona: Paidós.
- Vieira Pinto, A. (1969), *Ciência e Existência*, São Paulo: Brasiliense.

O poder como linguagem

A mediação política entre funcionalidade sistémica e moral comunicacional

João Pissarra Esteves

Universidade Nova de Lisboa

Resumo:

A relação poder-comunicação tem sido analisada a partir de pontos de vista teóricos muito distintos, sendo aqui discutidos mais em pormenor dois deles: a sociologia sistémica (e, em particular, a sua concepção de “medium simbolicamente generalizado”) e a ontologia política fundamental de Hannah Arendt.

Em ambas, o conceito de poder recolhe uma formulação equívoca, essencialmente pela incapacidade de pensar o simbólico e a questão do sentido na sua plena dimensão e complexidade.

A perspectiva pragmática da linguagem permite formular de outra forma a relação poder-comunicação, apresentando-a como característica essencial da política moderna, na base da qual os processos de dominação se submetem a uma exigência essencial de legitimidade, em termos racionais e respeito pela diversidade dos interesses humanos; contra as tendências, quer sociais quer teóricas, que proclamam e promovem uma tentativa de homogeneização unidimensional da experiência.

Palavras-chave:

Teoria dos Sistemas e Media Simbolicamente Generalizados; Mundo da Vida e Sociedade Civil; Ética e Moral da Comunicação.

A teoria sistémica assume, na nossa época, um destaque notável em quase todos os domínios do pensamento social.

Esta posição, que hoje nenhuma outra teoria pode rivalizar, é resultado, em larga medida, de um perfeito domínio científico de certos aspectos (determinantes) da realidade social e do actual processo de desenvolvimento: um “saber sistémico”, de carácter objectivista, rigoroso e de grande complexidade, que alia à capacidade explicativa uma elevada eficácia como instrumento de previsão e controlo social.

A influência da teoria dos sistemas nos estudos políticos não foge a esta regra, destacando-se neste domínio uma concepção peculiar do fenómeno

Poder, na qual convergem de modo inusitado características de originalidade mas também da maior controvérsia: o poder como medium simbolicamente generalizado, dispositivo de alto rendimento no processamento da complexidade nas actuais sociedades funcionalmente diferenciadas (cf. Parsons, 1963 e 1975; Luhmann, 1976 e 1985).

Estabelece como sua base, esta concepção, um paralelismo entre poder e linguagem. Mais, o próprio poder é considerado como uma linguagem (em si), linguagem especializada que opera socialmente (em particular nas questões relacionadas com a vida política) como suposta alternativa à linguagem propriamente dita: oferece generalizações simbólicas que “aliviam o processo comunicativo da linguagem, pesado, espesso e no qual se perde tempo”, restringindo assim “a comunicação explícita a uma função residual inevitável” (Luhmann, 1985: 31).

Se tivermos em conta, porém, que o exercício do poder recorre sistematicamente, nas suas mais variadas manifestações, a esta mesma linguagem comum, logo percebemos estar aqui perante um inusitado problema: a dupla (e concorrente) inscrição simbólica do poder.

Linguagem e linguagens do poder

Como herança própria da modernidade, as sociedades actuais apresentam o poder com marcadas características simbólicas: a ele estão permanentemente associadas expressões linguísticas de tipo oral e escrito, além de uma enorme variedade de outras formas simbólicas, também mais ou menos convencionais, como são os casos das para-linguagens dos domínios da gestualidade, da organização do espaço, da forma de apresentação, etc. E esta face da política é tanto mais visível quanto o exercício do poder, como se verifica, é determinado por um controlo efectivo da violência e a força que lhe está associada se manifesta apenas com carácter excepcional.

É neste sentido que podem ser entendidas expressões, hoje em dia bastante comuns, como por exemplo: “figuras de poder”, “espaços de poder”, “sinais de poder” – todas elas remetem para um universo da política carregado de simbolismo, um universo construído com as mais diversas formas simbólicas, mas todas elas absolutamente comuns, isto é, recursos de sentido que utilizamos com regularidade nos mais diversos contextos da nossa vida social. Ao mesmo tempo, é também bem conhecido que a mediatização da política (sobretudo com os audiovisuais) tem contribuído para uma utilização ainda mais esmagadora deste género de recursos por parte do poder.

The People's Choice, um estudo paradigmático de sociologia política e da comunicação, ainda da primeira metade do século passado, assinalava já alguns

dos traços marcantes desta nova realidade – a propósito dos dotes radiofónicos invulgares do presidente Roosevelt (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1962: 186). E, sabemos, como tem sido longo e profícuo o caminho desde então percorrido neste domínio, ao ponto de as mais sofisticadas técnicas e propedêuticas da linguagem mediática se apresentarem hoje como uma espécie de quinta-essência da política, dominando os seus protagonistas de uma forma avassaladora. É sob esta ordem do simbólico que hoje se fazem e refazem com toda a minúcia as “imagens políticas”: bigodes que caem, penteados que se normalizam, patilhas que encurtam, óculos que se estilizam, vozes que se “educam” e tudo o mais.

Mais recentemente, outros autores assinalaram o significado da *hexis corporal* como marca profunda de *habitus* (Bourdieu, 1982: 89 e 90), assim como a importância que as “primeiras impressões” têm na definição dos quadros de interacção (Goffman, 1980:23): aspectos sociais da maior relevância que podem ser amplamente comprovados em tudo aquilo que respeita à vida política, em particular, no comportamento dos seus principais actores, a atenção extrema que de um modo geral todos estes dispensam à aparência pública, à forma de apresentação, aos modos de ser, de estar e, sobretudo, de parecer.

A ideia sistémica do poder como medium preconiza, então, que todas estas formas simbólicas – de organização do espaço, gestualidade, entoação da voz, vestuário, aparência em geral e, acima de tudo, a própria linguagem – se encontram ordenadas segundo uma lógica própria, radicalmente distinta de qualquer outra permitida pelas utilizações comuns e quotidianas: a lógica de um código de poder capaz de definir o quadro de experiência das relações sociais políticas. Lógica própria, antes de mais, devido ao seu carácter unitário e homogéneo: uma normalização da totalidade dos recursos simbólicos referidos, visando adequá-los funcionalmente à organização política em termos sistémicos das sociedades. O sentido da acção política pretende-se, assim, fixado à partida, através de formas simbólicas constituintes perfeitamente estereotipadas, subordinadas de modo estrito ao código binário do poder e sem qualquer autonomia: um esquema muito geral de tipo binário ou diádico (com dicotomias do tipo poder/não-poder, governo/oposição, força/fraquesa, legitimidade/ilegitimidade), abstracto, destituído de qualquer carácter ontológico e tendo como única função ordenar o mundo para o tornar acessível ao sistema (Luhmann, 1982: 170 e 171).

A esta explicação apõe-se uma realidade da vida política das sociedades desenvolvidas amplamente confirmativa, com evidentes (e também preocupantes) sinais de homogeneização a este nível: propostas e projectos políticos cada vez mais indiferenciados, enquanto se afirma mais decisiva uma extrema bipolarização. Um mesmo código que tudo homogeneiza e um binarismo (do próprio

código) que tudo dicotomiza: acções, indivíduos, discursos, linguagens, símbolos em geral, o próprio espaço e o tempo, tudo ordenado pela mesma lógica unificadora de um código binário simples e altamente eficaz.

Em termos de comunicação, tal lógica de funcionamento do sistema político representa a neutralização do jogo complexo que é o do sentido, ao pretender eliminar as relações, os condicionamentos e as interdependências variáveis que as diferentes formas simbólicas (verbais e não-verbais) estabelecem entre si.

Contudo e passe o pleonismo, se em termos funcionais o modelo efectivamente funciona, nele não encontramos qualquer tipo de resposta para outros sentidos, mais amplos, da realidade política – sentidos não estritamente (nem essencialmente) sistémicos ou funcionais. Aceitar este modelo como indiscutível seria, assim, admitir a completa subversão dos processos de sentido: subtraí-los ao espírito humano, à actividade simbólica, e entregá-los à competência exclusiva dos sistemas sociais, como simples capacidade reguladora e apenas de acordo com necessidades funcionais.

Porém, se em lugar de tomarmos a teoria sistémica como dogma, pelo contrário, a submetemos a um exame crítico rigoroso, rapidamente ficarão em evidência as suas debilidades. Em concreto, quanto à teoria do poder como medium funcional de troca, para questionar a sua validade bastará uma análise mais cuidada do fenómeno da comunicação, tendo em atenção, em particular, a presença e importância primordiais que esta tem no domínio da vida política.

A actividade simbólica é, basicamente, um exercício de doação de sentido ao mundo, através do qual o homem torna significante tudo aquilo que o rodeia: dos objectos físicos aos seres naturais, incluindo o seu mundo social, onde se contam os outros homens, as relações de dependência recíproca que estes estabelecem entre si e o próprio indivíduo, que através da comunicação (e em sociedade) adquire uma dada identidade, ao tornar-se ser significante para os outros (Mead, 1962: 245). O significado da ideia de construção social da realidade repousa numa concepção da nossa forma de estar no mundo como relação mediada (Berger e Luckmann, 1987: 35 e sg.s): as coisas, as pessoas e a realidade em geral têm para nós um dado valor de carácter essencialmente simbólico (variável conforme o sujeito concreto que o atribui ou o meio social em que essa atribuição ocorre).

É evidente que nos referimos aqui à vida social em geral e, portanto, também, a uma dimensão política da mesma, da qual, por conseguinte, a actividade simbólica é inalienável. A fonte primeira de sentido da política é, inquestionavelmente, o próprio homem; embora o sentido tenha na sua génese sempre uma relação, um certo modo de contacto do homem com o mundo, a posição do elemento humano na política (e no poder) é, porém (e sempre), central: é uma doação de sentido do homem para o mundo e não o inverso (mesmo

quando este mundo se apresenta antropomorfizado, na forma de sistema ou sub-sistema social).

Mas a hipótese de que parte a teoria dos sistemas é precisamente antagónica: fala-nos de comunicação, mas tem desta uma compreensão muito limitada. Embora admita a especificidade simbólica da espécie, embalada pela evolução social e pela complexidade do mundo, acaba por transferi-la para a sociedade, em nome de um processamento mais eficaz; para a sociedade, através das suas formas mais elevadas de organização, os sistemas funcionais e os dispositivos especializados de redução da complexidade, desenvolvidos por aqueles e que são os media simbolicamente generalizados (entre os quais se destaca o poder). É neste sentido que se chega à formulação extrema, segundo a qual, os homens (“na qualidade de pessoas”) não pertencem aos sistemas sociais, são apenas elementos do seu meio ambiente (Luhmann, 1978: 208) – simples pontos periféricos do sistema político.

Tal hipótese explanada pela teoria sistémica não pode ser objecto de uma refutação liminar, dado que hoje em dia deparamos com especializações funcionais altamente sofisticadas que, efectivamente, dispensam (e dissuadem mesmo) uma reflexividade persistente por parte dos agentes sociais. E tanto mais assim parece ser quanto as sociedades se desenvolvem e complexificam. Mas o limite intransponível que esta teoria não respeita é o de considerar a situação referida como padrão da vida social, isto é, como referência fundamental (e única) a partir da qual a vida humana e as relações sociais são pensadas, condenando assim todas as demais formas de sociabilidade, ancestrais ou modernas, à marginalidade e preconizando mesmo, no limite, a sua erradicação.

Um juízo crítico profundo quanto à teoria dos sistemas não pode, pois, dispensar um recentramento humano essencial da actividade simbólica (racional e reflexivo), além de uma noção mais abrangente de comunicação – não restrita ao paradigma behaviourista-informacional e como simples processamento/redução da complexidade. A actividade simbólica do homem perspectiva a produção de sentido como um trabalho permanente: através dele as formas simbólicas fazem-se e refazem-se a todo o momento, sem articulações predefinidas nem definitivas (ordenadas por qualquer código). E, também, como um exercício contingente: sem resultados garantidos à partida, de acordo com interesses humanos que são muito díspares e contraditórios.

Contra a suave tirania da eficácia, a dimensão simbólica da política continua a ser uma fonte vital de liberdade e de capacidade emancipatória para o homem, graças à heteronímia que a constitui e pela qual o jogo das articulações de sentido variáveis se pode prolongar infinitamente. O que nas actuais sociedades complexas contraria esta realidade essencial, quando determinados processos significantes se limitam a reproduzir um dado estereótipo, não constitui

regra nem qualquer tipo de imperativo para a totalidade da vida social; pelo contrário, tais processos delimitam apenas um domínio circunscrito desta mesma vida (mesmo que, eventualmente, mais amplo do que seria desejável) e constituem, além disso, um foco potencial de problemas para a vida do homem enquanto totalidade.

As formas simbólicas do poder

Partimos então da ideia de que o universo simbólico se constitui de forma estruturada: não é um caos, mas também não é um código (nem mesmo uma combinatória, mais ou menos complexa, de diversos códigos). As formas que o constituem estabelecem uma dada ordem, o que significa que a sua combinação se processa de acordo com regras, sendo o carácter destas eminentemente social e não técnico, ou seja, não são regras rígidas, pré-estabelecidas ou definidas alguma vez para todo o sempre.

Quanto à produção do sentido, importa assim começar por estabelecer uma distinção fundamental (já atrás referida): entre as formas simbólicas verbais e as não-verbais – os níveis Índice e Ordem da comunicação (Bateson e Ruesch, 1951: 179-181) ou, na terminologia de outros autores, os níveis Conteúdo e Relação, na base dos quais se estabelecem os modos Digital e Analógico de comunicação (Watzlawick, Beavin e Jackson, 1979: 49-52 e 57-65). É da sua articulação – variável, tensional, mais ou menos intencional, mas sempre de acordo com regras – que o sentido nasce. Em seguida e quanto ao domínio não-verbal, assinala-se o seu carácter heterogéneo, com destaque para as simbolizações do tempo e do espaço: ao nível dos discursos, a sua marcação é dada pelos díticos, cabendo a estes um efeito estruturante prioritário sobre todas as demais formas simbólicas – sejam elas palavras ou quaisquer outras.

Entendido assim o simbolismo, a validade da concepção do poder como medium funcional especializado vê-se drasticamente reduzida, nos seguintes termos: delimita um (e só um) dado processo de poder e um certo modo de organização da política (em termos sistémicos), mas não abrange o conjunto das formas simbólicas do poder nem a totalidade das dimensões da acção política. A única questão que para já fica em aberto é a de saber que relação (e hierarquia) estabelecem entre si estes diferentes processos de poder e as diversas formas de organização política das nossas sociedades.

Quando a especialização funcional se acentua dia a dia e todos os domínios da experiência são objecto de crescente tecnicização, o poder não deixa de acompanhar de algum modo esta tendência. Reduzi-lo a esta única orientação equivale, porém, a um tremendo equívoco: o de conceber a política de modo unidimensional, depois de postular (sem demonstração convincente) o irreme-

diável e irreversível esvaziamento do simbólico e a neutralização axiológica da linguagem.

Neste sentido, a reserva aqui formulada quanto à teoria sistémica do poder pode estender-se à própria teoria geral dos sistemas como (pretensa) teoria geral da sociedade. Na verdade, as suas características apenas a habilitam como teoria da evolução social e, ainda assim, meramente hipotética: só alguns aspectos da realidade social, em detrimento de outros, são tidos em conta, as contradições e a ambivalência constituinte do presente são esquecidas, sacrificadas à ideia de um controlo e planificação globais, para afirmar futuros estádios de desenvolvimento estabelecidos de modo totalmente cibernético. Em rigor, portanto, em vez de uma teoria será mais rigoroso falar aqui de uma hipótese de evolução social, que tem, aliás, no seu profundo carácter ideológico o mais elevado grau de improbabilidade: as exigências de selectividade e redução de complexidade na lógica dos sistemas sociais – que o poder e os demais media simbolicamente generalizados (o dinheiro e a influência, sobretudo) é suposto cumprirem – apenas serão exequíveis à custa do sacrifício das múltiplas constelações de interesses sociais e das próprias estruturas normativas da sociedade (Habermas, 1978: 188-190). O que esta aparentemente sedutora ideia do poder como medium simbolicamente generalizado nem sempre revela desde logo é, pois, a “solução” drástica que preconiza de anular de uma vez por todas a cultura, diluindo-a no interior da sociedade e reduzindo o conjunto dos processos sociais básicos (reprodução cultural, integração e socialização) a processos sistémicos; em suma, fazer desaparecer a interconexão e a oposição sistemas/mundo da vida, com uma integração funcional e político-administrativa a substituir as normais relações de comunicação dos indivíduos (Habermas, 1988: 420). É este o verdadeiro significado da classificação do público como “parasita”, terceiro excluído do esquema político realmente operacional das actuais sociedades complexas – o código binário governo/oposição, na base do qual se constitui a própria noção aqui discutida do poder como medium funcional (Luhmann, 1990: 179).

Esta concepção de poder alimenta um vasto, ambicioso, mas também muito perigoso programa político, onde o sentido convencional de democracia é extirpado, reduzindo-se esta a uma complexa perspectiva política de tomada de decisões e de garantia de variabilidade das mesmas (Izuzquiza, 1990: 300). Pretende em especial, esta concepção do poder, definir as condições de execução deste programa num domínio específico da experiência humana que é a política, ao preconizar uma certa hegemonia do sub-sistema da administração sobre o conjunto da sociedade – os restantes sub-sistemas sociais e os próprios indivíduos como tal. A forma como se procura eliminar a noção de sujeito deixa perceber a intenção de superar o velho paradigma da filosofia da consciência,

mas os seus resultados, também a este nível, são bastante equívocos: no lugar do sujeito surge agora o sistema e, em consequência, a relação sujeito-mundo passa a assumir a forma de relação sistema-meio, sendo a consciência do indivíduo substituída pela autoregulação cibernética (dos sistemas). Não é tanto, por conseguinte, verdadeiramente uma nova lógica que aqui é fundada, mas apenas uma espécie de réplica actualizada da anterior, em que o sistema toma um carácter de “Eu absoluto” e no qual agora se centralizam todas as prerrogativas de acção e dominação social – afinal, uma versão insólita e de carregados tons pós-modernos (pela euforia transparente) do aporismo supremo adorniano sobre o fim do sujeito, com as diferenças significativas de que para este autor (como para a quase totalidade dos seus acólitos da chamada Escola de Frankfurt) a mudança ainda só era preconizada como um vaticínio quanto ao futuro e avaliada da forma mais pessimista (Honneth, 1995: 223 e 224).

A única alternativa que nos resta para fazer justiça ao antagonismo pressentido entre a lógica dos sistemas (funcional) e a lógica do mundo da vida (simbólica) é a de explorar uma nova teoria do poder. Como “o contributo das motivações necessárias dos sistemas ‘deve’ ser ‘livre’ do constrangimento da legitimidade que depende das representações do ‘mundo da vida social’” e, assim, “a ‘liberdade’ do sistema é inversamente proporcional à ‘autonomia’ dos sistemas de representação” (Ferry, 1987: 395 e 396), será precisamente para estes que o nosso olhar tem de se dirigir; aceitando à partida que “regulação e interacção são fontes que não se substituem ilimitadamente entre si: o dinheiro e o poder não podem comprar, nem obter pela força, quer a solidariedade quer o sentido”. Uma nova teoria de poder que mantém forte ênfase comunicacional, mas em que o sentido da comunicação subjacente é agora outro: situa-se do lado da solidariedade e do sentido, a sua origem são as interacções sociais, através das quais se continua a fazer a nossa vida política e o poder se exerce como um bem social.

Sistemas sociais e media funcionais de troca

A objecção de fundo que aqui formulo à teoria sistémica é dirigida às suas ambições hegemónicas, ao facto deste modelo de análise reivindicar para si o estatuto de teoria geral da sociedade, ignorando assim os “contrastes entre os diversos níveis de articulação da interacção” e, em particular, a irredutibilidade que permanece entre duas formas essenciais de integração: a integração social e a integração nos sistemas (Giddens, 1979: 74).

Não contesto, nesta crítica, o contributo da teoria sistémica para a análise social e reconheço, inclusive, os importantes esclarecimentos que a mesma trouxe a certos aspectos da vida política das nossas sociedades. Desde logo,

com a formulação do conceito de sistema social, através do qual Parsons especificou um novo contexto de sociabilidade, de certo modo complementar à interação – a unidade básica das relações sociais. Os sistemas sociais, dotados de dispositivos intrínsecos de sanção, que operam através de mecanismos simbólicos generalizadamente aceites, apresentam um elevado grau de eficácia e vantagens marcantes comparados com a interação: muito maior flexibilidade, multiplicação das possibilidades de se estabelecerem relações (bem sucedidas) no seu interior e custos muito inferiores, na medida em que os investimentos individuais são assim mais reduzidos.

Este conceito inaugurou um novo domínio de pesquisa sociológica e permitiu a formulação de novos problemas à análise social; destaco, a título de exemplo, dois absolutamente cruciais: quanto às condições de eficácia dos novos recursos operativos – as inovações tecnológicas de um modo geral, que permitem reduzir drasticamente os custos de informação e transacção – e quanto às condições de variação da funcionalidade dos sistemas – dependentes do grau de segurança e de confiança que o funcionamento dos próprios sistemas é capaz de gerar. Ao nível político, ambos os problemas são da maior pertinência para a compreensão das sociedades mais desenvolvidas: como se torna sustentável um sistema político com minimização de custos – de mobilização, de processamento e distribuição de recursos sociais básicos, como a motivação e a capacidade organizativa? Como se articulam processos informacionais com níveis de controlo elevados e que requerem um consumo marginal de recursos produtivos? Ou, ainda, em termos políticos, como é que estes processos informacionais são capazes de gerar tão altos níveis de segurança e de confiança (através da transmissão de promessas e de expectativas generalizadas)?

Parsons, ao dar conta de alterações fundamentais que estavam a decorrer nas redes de sociabilidade do mundo contemporâneo, estabeleceu um novo sistema de coordenadas para a análise social. A partir de uma pergunta geral sobre as condições necessárias para os sistemas aumentarem a sua capacidade operativa (desenvolvendo uma transmissão de mensagens com altos níveis de segurança nas suas múltiplas esferas de especialização e de autoridade), inaugurou um novo programa de pesquisa tendo como referência as relações entre a integração social e os mecanismos de comunicação.

É precisamente neste contexto que a noção de poder como medium aparece, com o propósito de fornecer uma explicação mais ampla das consequências sistémicas dos processos políticos que têm por base graus diferenciados de confiança e segurança públicas. Mas desde logo sérias dúvidas foram levantadas e, alguns autores, a partir do interior da própria teoria sistémica, puseram mesmo em causa a coerência de tal noção no quadro do pensamento parsoniano: um equívoco que resulta de uma análise pouco objectiva da realidade política,

que tem por base uma perspectiva reificada do poder, em que apenas algumas das suas características contingentes (parciais, portanto) são consideradas – o poder em termos “consensualistas” e como clara apologia do modelo político dos EUA – em detrimento dos seus aspectos verdadeiramente estruturais (Cartwright e Warner, 1976: 648 e sg.s).

O modelo geral de raciocínio de Parsons explica, em grande parte, esta sua opção pela “linguagem dos objectos simbólicos” e por uma teoria dos media para caracterizar os sistemas sociais: o seu fascínio pelas grandes generalizações, pelas analogias, a convicção que a convergência é uma forma de prova e a tendência para homogeneizar os objectos de estudo. É a partir destes parâmetros que é construída a analogia entre dinheiro e poder, sendo este normalizado como puro “simbolismo” e postulada a inerência de legitimidade, com as mais graves consequências que daí resultam em termos de análise política: “ao tratar o poder como necessariamente (por definição) legítimo e, assim, partindo da presunção de um determinado tipo de consenso entre aqueles que detêm o poder e os subordinados, Parsons ignora virtualmente, abandona conscientemente e de forma deliberada, o carácter hierárquico do poder e as divisões de interesses que, em geral, lhe estão subjacentes” (Giddens, 1968: 254).

A analogia entre dinheiro e poder, de que Parsons parte (e Luhmann retoma) para formular a noção de medium funcional, base da sua explicação da dinâmica dos sistemas sociais, é muito discutível. Se o dinheiro pode ser entendido como medium de circulação, já no caso do poder isso não é possível: a sua liquidez é limitada (depende de relações e de acções específicas) e a sua capacidade é especial e não generalizada (Martin, 1977: 18 e 19). A metáfora mais sugestiva que se lhe aplica não é a de relações de mercado livres, antes a de um jogo de contendores em competição entre si. Em resultado deste equívoco, a concepção sistémica do poder deixa sem resposta questões cruciais da realidade política da actualidade. Que condições estruturais influenciam os níveis de segurança e de confiança do poder? Como se estruturam, a este nível, as relações entre instituições e agentes concretos (“políticos”)? Como se podem avaliar custos e benefícios dos esforços de institucionalização de linguagens oficiais (nacionais e cada vez mais supranacionais)? Que condições tornam prioritárias as formas de procedimento como critério de avaliação público do poder e da autoridade? Em que medida a elaboração técnica de tal procedimentalismo pode alterar os níveis de confiança creditados às instituições?

A minha perspectiva, aliás, é que a ausência de respostas para estes problemas não é resultado apenas da noção equívoca de poder como medium funcional que temos vindo a discutir, mas da própria lógica mais profunda em que assenta a teoria sistémica: uma lógica nominalista e homogeneizadora que, de um modo geral, descarta as formas sensíveis de vida e os aspectos dinâmicos do

quotidiano, da política em particular, onde se apresenta em cena um poder muito mais complexo, fragmentário, socialmente disseminado e heterogéneo em termos racionais.

Em suma, o que uma compreensão plena da vida social dos nossos dias reclama é outra concepção do poder e outro entendimento da política, definidos para além dos estreitos limites da noção de sistema.

Poder e condição humana

A proposta que em seguida desenvolverei retoma o poder concebido em estreita relação com a comunicação, mas segundo moldes completamente distintos dos anteriores, perspectivando assim um outro quadro de análise política da nossa contemporaneidade.

Não obstante a originalidade da teoria sistémica, não passa despercebido o seu profundo enraizamento numa certa tradição do pensamento ocidental, que associa directamente os fenómenos políticos poder e violência. Tradição, aliás, que a história da nossa civilização amplamente documenta com a concepção de governo como domínio do homem pelo homem – muito anterior a Marx, embora tenha sido este o maior responsável pela vulgarização desta ideia. A teoria imperativa do Direito, ao associar de forma directa autoridade e obediência, já na era moderna, o Absolutismo (de Bodin e Hobbes) e, no século passado, os diversos totalitarismos (a leste e a ocidente), todos estes são exemplos perfeitos da mesma tradição, ao longo da qual o poder se perpetuou como tirania e assumiu, tantas vezes, o rosto de terror mais tenebroso.

Contudo, esta tradição, embora dominante, não foi a única a desenvolver-se na cultura ocidental. Uma outra, bem distinta, teve a sua origem nos primórdios políticos da Antiguidade Clássica e permaneceu até aos nossos dias: o poder como emanção do apoio concedido pelo povo às normas e instituições que regulam a sua vida colectiva. Poder que à partida exclui a violência, poder através do qual a Política atinge a sua máxima dignidade e permite subtrair o Direito e o Governo (“representativo”) ao esquema dominação-autoridade-obediência. Hannah Arendt explora até ao limite as diferenças que marcam estas duas tradições, estabelecendo uma correlação negativa ideal entre poder e violência, segundo a qual só existe poder quando a violência está ausente e esta só triunfa face a um poder em crise: “à violência é sempre dado destruir o poder, pois de cano de uma arma desponha o domínio mais eficaz, mas o que jamais poderá florescer da violência é o poder” (Arendt, 1985: 29). A essência de tal antagonismo radica na natureza mais profunda de cada um dos fenómenos: a violência com um carácter instrumental, regulada pela lógica meios-fins e exigindo, por isso mesmo, permanentes justificativas, o poder,

pelo contrário, dispensando-as, já que depende apenas da legitimidade que lhe é conferida pela vontade colectiva.

A legitimidade do poder reflecte uma estreita relação do mesmo com o espaço público, a esfera social de encontro onde os homens colectivamente definem, pela palavra e pela acção, a vontade que os une. Fazendo justiça ao carácter trans-histórico desta concepção de poder, Arendt refere-se, em termos algo vagos, a um “espaço da aparência”, de reminiscências eminentemente clássicas, e recorre à categoria aristotélica da “*techne*” para definir a essência tanto da política como do poder: um fim em si mesmo, que só existe enquanto efectividade e serve apenas para preservar a própria *práxis* que lhe deu origem. É aqui evidente o contraste com a ideia dominante do poder em termos teleológicos e instrumentais, como é consagrada, por exemplo, na teoria weberiana: “poder (*macht*) significa a probabilidade de impor a vontade própria, no seio de uma relação social, contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” (Weber, 1984: 56). O poder deixa de se apresentar como mero atributo da acção para passar a assumir um valor essencial da própria condição humana: exprime o mais genuíno da vida do homem, a convivência, a união dos homens, a urgência de vida colectiva, em comunidade.

À expressão desta vida em comum subjaz, de novo, a relação poder-linguagem. Arendt refere o poder como a “habilidade humana não apenas de agir, mas de agir em unísono, em comum acordo” (Arendt, 1985: 24) e sublinha a sua indissociável ligação à palavra e à acção: “o poder só se concretiza onde a palavra e a acção não se divorciam, onde as palavras não são vazias e os actos não são brutais, onde as palavras não são utilizadas para velar intenções mas para revelar realidades e os actos não são usados para violar e destruir mas para estabelecer relações e criar novas realidades” (Arendt, 1959: 179).

Embora nesta formulação se possam reconhecer os fundamentos de uma “antropologia da acção linguística” (por oposição à “antropologia da acção instrumental”), Arendt não chegou porém a desenvolver de forma consistente a noção de comunicação a que alude. As vagas referências a uma ideia de liberdade acabam por ficar num plano abstracto, são pouco consistentes e parecem servir apenas como pretexto à autora para exprimir a sua amargura e uma recusa do presente. A partir da crítica à sociedade de massa, apresentada como degenerescência irreversível da democracia e génese do totalitarismo, Arendt acaba por pôr em questão o próprio princípio eleitoral (sufrágio universal), sugerindo mesmo a necessidade de se criar uma nova elitização da (participação) política (Arendt, 1971: 249 e 275).

O pensamento aristotélico ainda hoje está em condições de fornecer um importante contributo ao pensamento político, ajudando designadamente a elucidar certos conceitos, mas é duvidoso que possa ser tomado de forma directa

como modelo político para a compreensão do Estado e da sociedade moderna – como Arendt parece pretender. A sua leitura selectiva da modernidade é um esforço desesperado para reabilitar a velha categoria aristotélica de uma *práxis* totalmente autónoma, sem relação nem qualquer compromisso quer com a produção (o trabalho) quer com o conhecimento. Não a liga à modernidade qualquer ideal iluminista, mas apenas uma espécie de sentido místico que pressente nas grandiosas mobilizações humanas – as revoluções, onde se busca “um tesouro sem idade e sem nome” (Arendt, 1972: 13); e quando refere Weber, ao contrário das leituras comuns, não é a ideia de “desencantamento do mundo” que a fascina, mas antes o distanciamento do homem em relação ao mundo, a “alienação do mundo” que, no seu entendimento, só a *práxis* permitiria.

As limitações em termos políticos mais evidentes deste modelo decorrem de uma concepção idealizada do espaço público, construída com base na tensão de dois pontos de vista conflitantes: a perspectiva agonística e a perspectiva associativista (*associational*) do espaço público (Benhabib, 1992: 77-79), que exclui tanto os contextos económicos como os sociais e afasta qualquer dimensão estratégica da acção política. Procurando preservar a todo o custo a pureza desta tensão, Arendt acaba por ignorar os mais importantes fenómenos de violência da vida política moderna: a “violência estrutural”, que contamina quer a linguagem quer a comunicação humana.

Todas estas hesitações radicam, por fim, no estatuto que Arendt reclama para a sua própria reflexão: não a assume como saber científico e confessa, também, a sua profunda desconfiança da atitude comum dos filósofos. Pretende-a como pura Opinião, sem aspirar ao estatuto de “verdade”, e vivendo apenas da paixão e da força que essa mesma opinião é capaz de transmitir aos outros homens a que se dirige. A passagem da “verdade racional” à “opinião” é, para si, a transposição do domínio em que nada vale senão “o ‘sólido raciocínio’ de um espírito, para o domínio em que ‘a força da opinião’ é determinada pela confiança do indivíduo no ‘número dos que é suposto sustentarem a mesma opinião’” (Arendt, 1972: 299).

A relação poder-comunicação

A perspectiva ontológica aqui analisada é um importante ponto de partida para a compreensão do fenómeno do poder, mas apenas isso.

O valor da reflexão de Arendt é inquestionável, mas os limites da sua ontologia fundamental para os nossos propósitos obrigam-nos a ir mais além. O seu apego ao passado não assume um carácter nostálgico ou saudosista, dirige-se sim ao futuro, como “sólida resistência ao totalitarismo” (Ricoeur, 1987: 199 e sg.s). Mas o presente, na verdade, é como que elidido no seu pensamento, numa

espécie de suspensão do tempo, aproveitada para “escavar os escombros da história e descobrir as pérolas da experiência do passado com as suas camadas de sentido sedimentadas e escondidas, para delas extrair uma narrativa (*story*) orientadora do pensamento no futuro” (Benhabib, 1992: 76).

Não é, porém, nesta atemporalidade que o poder se realiza e manifesta na vida quotidiana. Nem tem o poder – nunca terá – o carácter ideal e perfeito de supra-essência da “verdadeira condição humana”. E o que realmente nos interessa não é este poder ideal, mas o poder concreto, aquele que se exerce num dado tempo histórico, assim como a relação concreta que ele estabelece com a linguagem e a comunicação.

Neste plano, a separação poder-violência perde desde logo muita da nitidez que só as formas ideais e abstractas da política possuem. Desde sempre, a violência foi um meio de conquista e uso do poder, a que a modernidade deu um novo sentido, com um certo controlo da agonística política, mas não eliminou. O Estado moderno institucionalizou e integrou no sistema político a luta pelo poder, com a consagração dos princípios fundamentais da liberdade e igualdade: quando a política tomou o carácter de assunto público e deixou de se apresentar como privilégio de certas elites sociais (nobiliárquicas ou aristocráticas), e a competição pelo poder se tornou um acto normal da vida política, ao acesso de camadas sociais cada vez mais amplas e diversificadas.

Esta institucionalização da competição política consagra o reconhecimento de uma dimensão estratégica essencial do poder, distinta mas que coexiste com uma outra essencial, a dimensão comunicacional do poder. A proximidade de ambas torna inevitável o contágio: formas concretas de poder onde a pureza e o cristalino desaparecem, e, pelo contrário, dominam o híbrido e até o espúrio – formas mescladas que resultam do conflito e de compromissos muito variados entre duas dimensões tão diferentes do poder.

O conforto da perfeição é um privilégio das formas ideais, mas não está ao alcance da política real da vida em sociedade. Depois de refutarmos uma concepção puramente instrumental e estratégica do poder – a teoria sistémica e o poder como medium simbolicamente generalizado; e depois do exercício demonstrativo das insuficiências da perspectiva ontologizante da política – o poder como *práxis* pura; temos agora pela frente a tarefa de encontrar sentido para uma certa compatibilização destas duas dimensões do poder: entender de que modo coexistem, que relações estabelecem e que tipo de articulações permitem. Um desafio que corresponde à realidade do poder nos nossos dias e que, enquanto tal, se apresenta como irrecusável à reflexão.

O poder é, em si mesmo, heterogeneidade racional.

Não se lhe aplica a metáfora do medium homogéneo, pois a racionalidade política serve mais do que uma lógica da actividade humana: a razão moral-

comunicacional e a razão técnico-instrumental – dois interesses distintos da razão, um técnico e outro prático, que transformam a política num meio não só de heterogeneidade, mas no próprio lugar dialéctico onde se podem revelar a antinomia e o conflito destes interesses (Ferry, 1987: 91).

Tal polimorfismo do poder confere à violência do mundo moderno, simultaneamente, um carácter institucionalizado e uma forma não explícita. É resultante, esta, de uma certa contaminação entre as dimensões moral-comunicacional e estratégico-instrumental do poder: uma “violência estrutural que não se manifesta como violência”, mas como bloqueio da comunicação com efeitos ao nível do debate colectivo e da própria consciência de cada indivíduo, fruto de “convicções pelas quais os sujeitos se iludem sobre si mesmos e sobre a sua situação” (Habermas, 1975: 221).

Com base na tensão que estabelecem entre si estas duas dimensões do poder, ao nível da vida social quotidiana, podemos esboçar a definição de um critério mais consistente de comunicação – a partir dos pontos de conflito que se definem, ou seja, das alternativas que a acção moral política lança à acção estratégica política.

A linguagem é um recurso tão amplo e flexível, ao serviço de tipos de acção tão diversos, que uma referência à “comunicação” em termos abstractos acaba por quase nada esclarecer. Pensar a linguagem na sua plena dimensão simbólica obriga, à partida, a discutir o critério da razão que a articula: uma racionalidade capaz de responder às várias dimensões da vida social e que pode interpelar a diversidade dos interesses humanos. Razão pluridimensional, portanto, que não se confunde com uma única lógica ou objectivo – como é o caso da razão instrumental e estratégica – e que poderá ser designada por “razão comunicacional”. Os critérios que a definem não têm carácter substancial, mas essencialmente formal, e são orientados para um exercício concreto: abertura (temática e quanto a participantes), liberdade, paridade e potencial crítico – este definido pelo interesse primordial de emancipação.

Podemos reconhecer este tipo de racionalidade como aquele que esteve na origem da esfera pública moderna e que, apesar dos sobressaltos do processo desenvolvimento, manteve o seu espírito vivo até aos nossos dias: espaço de comunicação, de discussão e debate, através do qual (e por estes meios) os seus participantes problematizam tudo o que se lhes apresenta como necessário e desejável, na perspectiva de estabelecerem um entendimento, um consenso racional ao nível das opiniões capaz de exprimir a vontade colectiva. Aspirando a este objectivo, a comunicação só pode assumir-se como crítica, isto é, como um uso da linguagem exigente e rigoroso, nas formulações e juízos, que estabelece um critério pragmático de controlo de validade dos enunciados ao nível do próprio discurso; uma linguagem, em suma, que se toma a si mesma como

objecto de avaliação, permitindo-se discernir, nomeadamente, aquilo que nela é verdadeira comunicação e o que não passa de mero uso instrumental – segundo fins antecipadamente definidos e exteriores à própria linguagem.

“Comunicação” perde, assim, o carácter de termo impreciso e flutuante, e adquire estatuto de verdadeiro conceito; definido a partir de uma base formal, mas suficientemente preciso e com carácter normativo, permitindo tornar explícita uma relação substancial com o poder: a comunicação em termos racionais e argumentativos que não estabelece uma mera “relação” com o poder, assume antes o estatuto de verdadeira base de legitimação do poder – uma relação precisa, pois, e não mais ou menos vaga e aleatória. O modelo da argumentação promove práticas comunicacionais capazes de conferir ao poder uma especificidade moral, totalmente ignorada pelo pensamento sistémico: uma base moral de tipo democrático, na medida em que a expressão da vontade colectiva só é exequível como consenso racional, resultante da livre e igual participação de todos os interlocutores. É base moral que assume, também, um carácter cognitivo, pois a argumentação é ao mesmo tempo a única prática de linguagem que permite uma superação do abismo que se estabelece entre a opinião e o conhecimento (Habermas, 1975: 222).

Referir simplesmente “uma relação” entre poder e comunicação de pouco vale, permanecendo na ambiguidade o verdadeiro significado de “comunicação” e sem a mínima definição precisa um critério classificativo das várias práticas linguísticas. Em termos políticos, tal generalismo torna eminente uma regressão jusnaturalista na definição de legitimidade, como acontece com Arendt, quando recorre à venerável figura do “contrato” como fundamento último do poder (e da moral) – contrato que, embora a autora procure definir numa base democrática, acaba por apresentar como fundamento uma hipotética base natural (Arendt, 1971: 167 e 168).

A objecção previsível a um fundamento crítico deste tipo será a de criar um distanciamento em relação ao plano da realidade concreta, já que a comunicação definida nestes termos apresenta um certo carácter de modelo-ideal e, por conseguinte, só excepcionalmente as formas fáticas de poder assumirão essa sugerida perfeição moral. Mas não me parece que essa seja realmente uma debilidade, pelo contrário: é mesmo o carácter contrafactual do conceito de comunicação (e do poder que lhe está associado) que possibilita um abertura à realidade, não de forma “neutral” ou contemplativa, mas problematizante, questionando a vida concreta e a empiricidade das práticas sociais, procurando averiguar de que modo a comunicação aí se produz (ou não), que contingências se lhe deparam, que possibilidades a favorecem e que condicionalismos a limitam. Por “contrafacticidade” entendo uma reflexão não intuitiva e não imediatista dos fenómenos sociais, que está além da pura facticidade, pois,

e que tem em vista não só compreender o sentido da realidade existente mas também, em termos racionais e críticos, compreender o sentido de outras possibilidades de existência: “um processo analítico pelo qual a aparente facticidade dos fenómenos, assim como as categorias conceptuais pelas quais esses fenómenos são apreendidos, são abordadas de modo a revelar as suas condições e limites históricos – um procedimento que se situa no quadro de um interesse de emancipação” (Dahlgren, 1991: 7).

Não é, na verdade, uma abertura empiricista ao mundo.

O princípio crítico arma sim a teoria com uma capacidade essencial de problematizar o mundo, de confrontar abertamente a realidade social, procurando torná-la mais legível, e para isso, pondo em questão o próprio “dispositivo de legibilidade” que o conhecimento constitui.

Sentido e acção política

O conceito “comunicação” vale para problematizar (e não para normalizar) as práticas comunicacionais, para perscrutar de forma mais rigorosa a sua diversidade e complexidade. A noção de poder, por sua vez, só pode relevar plenamente a sua dimensão moral sendo tomada num sentido amplo: o poder não como dispositivo unitário e homogeneizador (de tipo discursivo ou outro), mas como fenómeno que respeita à sociedade e às comunidades no seu conjunto, inerente à acção política em geral e, assim, virtualmente sempre presente no comportamento dos indivíduos, na relação que cada um de nós estabelece com a política e na posição que assumimos perante as questões políticas.

É esta uma forma de poder mais difusa e indefinida, mas menos abstracta: remete às práticas sociais concretas, a relações sensíveis e empiricamente apreensíveis das pessoas com a política. O abstracto e mítico “discurso do poder” dá lugar, então, a práticas discursivas de mediação política, ao nível da linguagem quotidiana, pelas quais tomam forma as relações de poder específicas.

A relação poder-comunicação pressupõe um modo de vida político que tem por fundamento a discussão pública. A análise desta, por sua vez, numa perspectiva pragmática, realça os seguintes aspectos essenciais: **a.** a performatividade discursiva – o debate público (político) como medium por excelência da acção política¹; **b.** a relação discurso-contexto social (da sua realização); **c.** o conteúdo e a forma do discurso como inseparáveis – incluindo esta última a forma dos enunciados e o conjunto das paralinguagens que permitem transformar os enunciados em discurso².

Realçar estes aspectos tem implícita a crítica a uma série de procedimentos científicos mais ou menos convencionais. Os inquéritos de opinião e as entrevistas semidirigidas são algumas das técnicas mais habituais de análise da discussão

pública e das relações de poder, apresentando ambas como principal limitação uma desfocagem do conceito nuclear de “público”: a pretensa pesquisa em profundidade das “reais convicções” dos indivíduos resvala, afinal, “num tratamento da opinião pública como mera soma de opiniões individuais, recolhidas numa situação que é no fundo a de cabina de voto, onde cada indivíduo furtivamente exprime em isolamento uma opinião solitária” (Bourdieu, 1984: 231). E em termos discursivos, as limitações destas técnicas são ainda mais marcantes, ao ignorarem quer o contexto real de apresentação/formação das opiniões (é pressuposto um imaginário contexto universal do conjunto das opiniões recolhidas), quer a forma concreta da sua apresentação (elementos paralinguísticos constituintes essenciais do sentido – entoação, estilizações de vários tipos, gestualidade, ironia, etc.).

O discurso político é muito mais complexo do que este tipo de métodos de pesquisa deixa entender. No seu funcionamento encontramos processos de circularidade (discursiva) e reversibilidade (de posições actanciais), cuja plena compreensão só é possível a partir da retomada da noção de “público”: o discurso político como discussão pública – contra o ponto de vista de uma certa sociologia política convencional, que sublinha o carácter privado das opiniões e, assim, “apenas contribui para acentuar o individualismo, desvalorizando a importância política da discussão face a face e das organizações que os teóricos clássicos apelidaram ‘escolas da democracia’” (Eliasoph, 1990: 489). A dimensão pública do discurso político é o pano de fundo da relação poder-comunicação, o que significa que esta se encontra escorada por discursos e pela articulação de enunciados, através dos quais os indivíduos definem relações específicas de poder, e este, por sua vez, é performativa e constantemente produzido, alterado e reelaborado.

Nesta perspectiva, a relação poder-comunicação deixa de ter como sua principal referência o sistema político. E não tem mais por fundamento, também, qualquer “contrato natural” fundador da comunidade política.

A sua base é sim o próprio indivíduo como membro de uma comunidade política, sujeito de discurso e participante de públicos. O discurso político ao nível da vida social quotidiana é também um medium essencial de afirmação da individualidade: um recurso pelo qual se constroem as identidades e cada um define uma personalidade própria – como decorre necessariamente de um enraizamento da comunicação nos processos sociais básicos (socialização e integração).

Aspectos aparentemente marginais e em geral esquecidos dos processos de comunicação revelam-se, então, na plenitude da sua importância. Como é apresentado (e assumido) o discurso político? Que circunstâncias específicas presidem à sua realização?

Questões nucleares pelas quais passa a afirmação das identidades (na e através da linguagem) e o próprio conteúdo dos discursos estabiliza um sentido

concreto. Como refere Erving Goffman, a “apresentação do eu” requer um certo exercício de teatralização, através do qual o indivíduo se expõe perante os outros (a sua plateia), e requer, também, dois géneros distintos de elementos significantes: a “expressão transmitida” (*gives*) e a “expressão emitida” (*gives off*) – a primeira, a comunicação explícita (essencialmente símbolos verbais), a segunda, uma comunicação indirecta e em geral não intencional (interpretada como “acções sintomáticas”) (Goffman, 1980: 14).

O sentido não é mera questão de competência linguística – produção de enunciados gramaticalmente correctos. Requer, além desta, uma competência especificamente comunicacional: própria da utilização de frases em actos de fala, nos quais afirmamos pragmaticamente os conteúdos proposicionais, as expressões intencionais e os enunciados que correspondem a expectativas socialmente reconhecidas, de acordo com normas e valores (Habermas, 1987: 361). Nesta competência estão directamente implicados os contextos sociais de produção e recepção das enunciações, enquanto portadores de um sentido próprio do discurso, além das próprias formas do discurso (em sentido lato): um enunciado, em contexto de discussão pública, além de uma formulação linguística, tem sempre associada uma certa exibição de individualidade (o *Self* perante o *Outro*), que é portadora de um sentido final (concreto) do discurso produzido, servindo como base de interacção, a partir da qual se articulam respostas e o processo de comunicação segue uma certa linha argumentativa.

“A linguagem, além de servir para afirmar qualquer coisa acerca do mundo e de poder apresentar, por conseguinte, valores de verdade ou de erro, de poder ser submetida a provas de veridicção ou de falsificação, é usada também para agirmos, para efectuarmos determinados actos” (Rodrigues, 1994: 157). Quando pensamos no poder, o que está em causa é a definição de atitudes políticas por parte dos indivíduos: acções directa e intimamente associadas a um sentido político – ele próprio nascido como articulação significante de conteúdos e formas de discurso. Não o sentido definido por qualquer codificação *a priori*, mas como resultado de uma dinâmica comunicacional, a partir de elementos de sentido diversos e da sua articulação segundo regras variáveis.

O próprio binarismo sistémico que perpassa nos nossos dias como efeito normalizador, logo que o discurso político assume forma concreta (interlocutores e situações reais), cede aos investimentos individuais: a organização política da sociedade (as relações políticas dos indivíduos) não parte de uma “comunicação” em função do sistema, mas da comunicação que as pessoas estabelecem quando constróem e afirmam as suas identidades (individuais e sociais), com base numa atitude política discursivamente assumida perante outras pessoas.

A relação poder-comunicação tem apenas pleno sentido quando o poder assume uma verdadeira dimensão humana (ética e moral) e quando a comunicação constitui um verdadeiro quadro simbólico de experiência, definido em termos discursivos e permanentemente aberto a novas definições. E não há meio-sentido ou qualquer outro sentido que possa aqui ser considerado – sob pena de se confundirem poder e violência, comunicação e processos informacionais.

A dimensão humana do poder é a verdadeira imagem da sua grandiosidade – de uma dominação que não tem como único meio a violência (o que a torna única entre as espécies). Mas é também a imagem da sua extrema fragilidade: um poder permanentemente em jogo na vida colectiva, que as relações sociais fazem e refazem a todo o momento, vulnerável às contingências dos desejos e aspirações dos homens, à incerteza da vontade colectiva.

Uma imponderabilidade própria do nosso mundo simbólico, do universo de sentido da vida humana, que carrega sobre o futuro sombras da incerteza e perigos, mas que ergue também uma sólida barreira de resistência, da comunicação e do poder, a todas as tentativas de normalização unidimensional da experiência.

Notas

¹ A noção de performativo não identifica um tipo especial de enunciados, é sim uma característica geral da linguagem – tal como foi identificada na célebre sentença de Austin, “to do things with words” – e subjaz às diferentes “forças” que a constituem: locutória, ilocutória e perlocutória (Austin, 1962).

² Estes dois últimos pontos têm sido amplamente explorados ao nível dos estudos sociolinguísticos, com desenvolvimentos sugestivos e de grande fecundidade (a título de exemplo: Giglioli, 1982).

Bibliografia

- Arendt, H. (1959), *The human condition*, N. York: Doubleday Anchor Books.
- Arendt, H. (1971), *Sobre a revolução*, Lisboa: Moraes.
- Arendt, H. (1972), *La crise de la culture*, Paris: Gallimard.
- Arendt, H. (1985), *Da violência*, Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Austin, J. (1962), *How to do things with words*, Oxford: Oxford University Press.
- Bateson, G. e Ruesch, J. (1951), *Communication: the social matrix of psychiatry*, N. York: W. W. Norton and Company.
- Benhabib, S (1992), Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition and Jürgen Habermas, in Calhoun, C. (ed.), *Habermas and the public sphere*, Cambridge (Mass.): The MIT Press.

- Berger, P. e Luckmann, T. (1987), *A construção social da realidade*, Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1982), *Ce que parler veut dire*, Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1984), *Questions de sociologie*, Paris: Minuit.
- Cartwright, B. C. e Warner, R. S. (1976), The medium is not the message, in Loubser, J. J. et all (ed.s), *Explorations in general theory in social sciences*, N. York: Free Press.
- Dahlgren, P. (1991), Introduction, in Dahlgren, P. e Sparks, C. (ed.s), *Communication and citizenship*, London: Routledge.
- Eliasoph, N. (1990), "Political culture and the presentation of a political self", *Theory and Society*, n.º19 (4), Dordrecht.
- Ferry, J.-M. (1987), *Habermas: l'éthique de la communication*, Paris: Puf.
- Giddens, A. (1968), 'Power' in the recent writings of Talcott Parsons, *Sociology*, vol. 2 – n.º 3, London.
- Giddens, A. (1979), *Central problems in social theory*, London: Macmillan Educational Ltd.
- Giglioli, P. P. (ed.) (1982), *Language and the social context*, N. York: Penguin.
- Goffman, E. (1980), *The presentation of self in everyday life*, N. York: Penguin.
- Habermas, J. (1975), *Perfiles filosófico-políticos*, Madrid: Taurus.
- Habermas, J. (1978), *Raison et légitimité*, Paris: Payot.
- Habermas, J. (1987), Signification de la Pragmatique Universelle, in *Logique des sciences sociales et autres essais*, Paris: Puf.
- Habermas, J. (1988), *Le discours philosophique de la modernité*, Paris: Gallimard.
- Honneth, A. (1995), *The fragmented world of the social: essays in social and political philosophy*, N. York: State of N. York Univ. Press.
- Izuzquiza, I. (1990), *La sociedad sin hombres*, Barcelona: Anthropos.
- Lazarsfeld, P. Berelson, B. e Gaudet, H. (1962), *El pueblo elige*, Buenos Aires, Ed. 3.
- Luhmann, N. (1976), Generalized media and the problem of contingency, in Loubser, J. J. et all (ed.s), *Explorations in general theory in social sciences*, N. York: Free Press.
- Luhmann, N. (1978), *Stato de diritto e sistema sociale*, Napoli: Guida.
- Luhmann, N. (1982), *The differentiation of society*, N. York: Columbia University Press.
- Luhmann, N. (1985), *Poder*, Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Luhmann, N. (1990), *Political theory and the welfare state*, N. York: Walter de Gruyter.
- Martin, R. (1977), *The sociology of power*, London: Tavistock Publications.
- Mead, G. H. (1962), *Mind, self and society*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Parsons, T. (1963), On the concept of political power, *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 107 (3).
- Parsons, T. (1975), Social structure and the symbolic media of interchange, in. Blau, M. (ed.), *Approaches to the study of social structure*, N. York: Free Press.
- Rodrigues, A. D. (1994), *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*, Lisboa: Presença.

- Ricoeur, P. (1987), De la philosophie au politique, *Les Cahiers de Philosophie*, n.º 4, Lille.
- Watlawick, P., Beavin, J. H. e Jackson, D. D. (1979), *Une logique de la communication*, Paris: Seuil.
- Weber, M. (1984), *Economia y sociedad*, México: Fondo de Cultura Económica.

Uma comunidade interpretativa transnacional: a tribo jornalística

Nelson Traquina
Universidade Nova de Lisboa

Resumo:

Os jornalistas são uma “comunidade interpretativa” transnacional. Esta afirmação é a hipótese teórica deste artigo que segue uma metodologia de análise de caso: a cobertura jornalística sobre a problemática HIV/SIDA em cinco jornais de quatro países (Portugal, Brasil, Espanha e os Estados Unidos) durante três meses (Outubro a Dezembro de 1993).

Palavras-chave:

Jornalismo Comparado; Valores-notícia; Comunidade Interpretativa; SIDA; Jornalistas; Análise de Imprensa.

Introdução

Neste estudo, o nosso objectivo é atingir uma melhor compreensão das notícias através da exploração de uma hipótese teórica: serem jornalistas uma ‘comunidade interpretativa’ transnacional (Zelizer, 1993). Por este conceito, defendemos que, em sociedades democráticas, os jornalistas partilham quadros de referência comuns para além das fronteiras nacionais, incluindo valores-notícia.

Será possível identificar valores noticiosos chave que operem de forma mais insistente na cobertura noticiosa da problemática HIV/SIDA? Serão partilhados valores semelhantes pelos jornalistas nos países a examinar? Procuraremos responder a estas questões por um estudo de caso: uma análise da cobertura

noticiosa da SIDA nos Estados Unidos, Brasil, Portugal e Espanha, num período de três meses, de Outubro a Dezembro de 1993.

A SIDA foi escolhida precisamente por ser uma epidemia mundial. A extensa disseminação mundial do vírus do HIV desenvolveu-se desde os anos 70. Em menos de duas décadas – na primeira, desconhecido e insuspeito – o HIV tornou-se a primeira pandemia moderna. No final de 1999, estimava-se em 34,3 milhões as pessoas em todo o mundo (33 milhões de adultos, dos quais 47% mulheres, e 1,3 milhões de crianças) que viviam com HIV/SIDA. Mais de 71% destas pessoas vivia na África sub-sahariana e 16% no sul e sudoeste asiático (UNAIDS, 2000). Nesse ano, as mortes cumulativas associadas ao HIV/SIDA em todo o mundo eram de cerca de 18,8 milhões (15 milhões de adultos e 3,8 milhões de crianças).

Tomando como limites os anos de 1981 e 1999, nos quatro países incluídos neste estudo o número de casos de SIDA reportados por ano cresceu continuamente até 1993. Nos Estados Unidos, começou a descer em 1994 e tem caído continuamente desde então. No Brasil, desceu em 1994, tornou a crescer até 1996, sucedendo-se um decréscimo significativo. Em Espanha, o decréscimo começou em 1995, cresceu em 1996, e desde então caiu mais de 50%. Portugal é o único país do nosso estudo em que não desceu o número de casos de SIDA reportados: cresceu ano após ano até atingir 970 casos em 1999.

A taxa de infecção pelo HIV nos quatro países abrangidos pela imprensa do nosso estudo está abaixo da média geral de 1,07% e varia ligeiramente: 0,57% no Brasil, 0,58% em Espanha, 0,61% nos Estados Unidos, e 0,74% em Portugal. Não obstante, a SIDA constituiu preocupação pública significativa nos anos 80 e 90, confirmada por sucessivas sondagens.

A cobertura mediática da SIDA não tem recebido muita atenção por parte dos académicos (Miller and Beharrell, 1995). Isso surpreende já que se considera que os media têm tido um importante papel na comunicação de ideias sobre HIV/SIDA (Beharrell, 1993: 210).

Conceitos para compreender a notícia

Como enquadramentos para a nossa hipótese, apresentamos de forma sumária conceitos de: 1) teorias do agendamento; 2) notícia como narrativa e construção; 3) campo jornalístico e profissionalismo.

A vasta literatura sobre *fazer notícias* reconhece o poder do jornalismo não apenas na projecção social dos tópicos mas também em enquadrar esses tópicos como recurso de discussão pública (Molotch e Lester, 1974). Este poder tornou-se conhecido nos estudos sobre comunicação como função de agendamento dos media noticiosos (McCombs e Shaw, 1972).

O conceito de agendamento surgiu em 1972 num artigo da revista académica *Public Opinion Quarterly*, mas o dogma central foi sugerido de forma mais poderosa 50 anos antes no influente livro de Walter Lippmann *Public Opinion*. Lippmann defendia que os media eram a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens mentais acerca desses acontecimentos. Quarenta anos depois, Bernard Cohen apontava o poder da imprensa ao afectar o que vai na cabeça das pessoas. Escreveu Cohen (1963: 13):

Quer isto dizer, portanto, que a imprensa é muitíssimo mais que um fornecedor de informação e opinião. Pode muitas vezes não ter sucesso quando diz às pessoas o que pensar, mas é surpreendentemente bem sucedida ao dizer às pessoas no que pensar. Resulta daqui que o mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo não só dos seus interesses pessoais, mas também do desenho que lhes é feito pelos escritores, editores e directores dos jornais que lêem.

A ideia central de Cohen acerca do papel dos meios de informação ao dizerem aos leitores *no que pensar* está no âmago da teoria do agendamento que McCombs e Shaw sugeriram no seu inovador artigo. Numa análise retrospectiva de mais de vinte anos de investigação, estes autores sustentam que a teoria do agendamento é muito mais que a asserção de que as notícias influenciam aquilo em que as pessoas pensam. Escrevem McCombs e Shaw (1993: 65):

A clássica exposição do agendamento por Bernard Cohen (1963) – os media podem não nos dizer o que pensar, mas são surpreendentemente bem sucedidos quando nos dizem no que pensar – foi virada de pernas para o ar. Investigações recentes explorando as consequências da marcação de agenda e do enquadramento dos media sugerem que os media não só nos dizem no que pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar.

A teoria do agendamento sublinha uma forte mudança no paradigma dominante da teoria dos efeitos dos media e significa uma redescoberta do poder do jornalismo para não só seleccionar os acontecimentos ou temas noticiáveis mas também como são enquadrados.

Gaye Tuchman (1976) argumenta ser útil o conceito de *enquadramento*, de Goffman, aplicado às notícias. Goffman (1975: 10-11) define enquadramento como “princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjectivo neles”. Por sua vez, Gamson (1989: 157) considera o enquadramento como “ideia organizadora central para dar sentido a acontecimentos relevantes e sugerir o que é um tema”. Para Gitlin (1980: 7), os enquadramentos dos media são “padrões persistentes de cognição,

interpretação e apresentação, de selecção, ênfase e exclusão, pelos quais os porta-símbolos organizam *rotineiramente* o discurso, verbal e visual". Como afirmou Tuchman (1976: 94), a notícia, através dos seus enquadramentos, oferece definições da realidade social. Neste caso, conta histórias sobre a SIDA.

Os profissionais das notícias resistem ao paradigma da notícia como narrativa e construção apesar do facto de se lhe referirem constantemente, no seu vernáculo profissional, como estórias. Como notou Tuchman, entre si os jornalistas falam de estórias e não de acontecimentos. A aversão dos jornalistas ao conceito de construção é ilustrada de modo eloquente por Itzhak Roeh (1989: 162), quando escreve:

O fenómeno mais surpreendente no jornalismo do Ocidente, na teoria e na prática, é a fé obstinada e metafísica de que a linguagem é transparente. Por outras palavras, o problema recai na recusa dos jornalistas, mas também dos estudantes de jornalismo, em colocar a profissão onde ela pertence, isto é, no contexto da expressão humana, da actividade expressiva. É a recusa de lidar e de julgar o processo de escrever notícias por aquilo que ele é na sua essência – contar estórias.

Bird and Dardenne (1988: 69) sublinham que considerar as notícias como narrativas não põe em causa que estão ancoradas no real. Acrescentam: "A abordagem das notícias como narrativas não nega que informam; é óbvio que os leitores aprendem com as notícias". Tuchman (1976: 97) apresenta um ponto de vista complementar:

Afirmar que as notícias são estórias não é, de forma alguma, rebaixar as notícias, nem acusá-las de serem fictícias. É antes alertar-nos de que, como todos os documentos públicos, as notícias são uma realidade construída que possui a sua própria validade interna.

Se bem que o paradigma da notícia enquanto narrativa e construção não defenda que as notícias sejam ficção, põe em causa que sejam um espelho da realidade. Esta posição foi demonstrada por Thomas Patterson (1997), quando assinalou o facto do volume de notícias sobre crimes nos Estados Unidos ter duplicado em 1993 face ao nível do ano anterior enquanto baixava a criminalidade.

Outros conceitos que apresentamos são o de campo social e de profissionalismo.

Segundo Pierre Bourdieu (1979, 1984, 1996, 1998), a existência de um campo implica a existência de 1) um *enjeu* ou prémio disputado por agentes sociais diversos, e 2) um grupo especializado que afirma possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados. Assim, a aparição de um grupo de "profissionais" implica a aparição de um campo específico e diferenciado de

relações competitivas. À medida que o tempo passa, o grupo especializa-se e os seus membros tornam-se verdadeiros “profissionais” que têm que dominar uma linguagem específica. A sua competência implica a incompetência dos “não profissionais”. A constituição de uma categoria socialmente distinta de profissionais significa autonomia porque a especialização significa autoridade.

O “campo jornalístico” ganhou forma nas sociedades ocidentais no século XIX com o desenvolvimento do capitalismo e de outros processos que incluem a industrialização, a urbanização, a educação em massa, o progresso tecnológico e a emergência da imprensa como meio de massas. As notícias tornaram-se simultaneamente uma mercadoria e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social.

O processo de profissionalização no jornalismo tem levado à constituição daquilo a que Zelizer chamou uma “comunidade interpretativa” ou, como preferimos, uma “tribo” (Maffesoli, 1988).

O conceito de “comunidade interpretativa” é definido por Hymes (1980: 2) como um “grupo unido pelas suas interpretações partilhadas da realidade”. Zelizer (1993: 402) afirma que os jornalistas possuem um “enquadramento de referência partilhado para trabalhar”. Bourdieu (1998) defende que a prática jornalística se baseia numa “série de assunções e crenças partilhadas” (p.47) e que os jornalistas partilham “estruturas cognitivas, perceptivas e avaliativas” (p.36). O termo “tribo” tem o mesmo significado da expressão “comunidade interpretativa” mas preferimo-lo pelo seu uso metafórico. Transmite mais claramente a ideia dos membros desta “comunidade interpretativa” serem similares ao *bricoleur* do antropólogo Claude Levi-Strauss, isto é, o adepto do ‘faça-você-mesmo’ no desempenho de muitas tarefas, que usa a lógica das mãos e dos olhos – a lógica do concreto – no seu trabalho diário (Philips, 1976). Transmite também a ideia dos membros desta comunidade serem homens e mulheres de acção, marcados por uma atitude de anti-intelectualismo que é um “constrangimento cultural no mundo do jornalismo” (Bourdieu, 1998: 58).

Noutros textos (como Traquina, 2001) já descrevemos os esforços para explicar porque é que as notícias são o que são, da teoria do “guarda-portão” de David Manning White (1950) às teorias “construcionistas” de Hall et. al. (1978) e Tuchman (1978). Com excepção da análise marxista ortodoxa, existe acordo em que 1) os jornalistas têm um grau de “autonomia relativa” e 2) as notícias não podem ser compreendidas sem compreensão da cultura jornalística. O primeiro ponto já foi discutido; o segundo merece agora atenção acrescida.

Patterson (1997) assinala serem as notícias uma realidade altamente seleccionada da realidade. O mundo oferecido aos leitores/espectadores é uma

“imagem refractada” que passa por um “prisma” – os valores-notícia da comunidade jornalística, como a novidade, o insólito, a dramatização e o conflito/controvérsia. A política, através do prisma da notícia, é principalmente a luta pelo poder, subordinada ao drama do conflito e da controvérsia, enlameada nas metáforas do campo de batalha e focada nos meios e não nos fins (Patterson, 1997: 449-450).

O conceito de prisma usado por Patterson é muitíssimo semelhante ao conceito de “óculos” usado por Bourdieu. Para Bourdieu (1998), o jornalismo é um microcosmos e os jornalistas partilham “estruturas invisíveis que organizam a percepção e determinam o que vemos e não vemos” (p.19). Escreve Bourdieu (1998: 19): “Os jornalistas têm ‘óculos’ especiais pelos quais vêem umas coisas e não vêem outras, e pelos quais vêem as coisas que vêem de forma especial.”

O argumento desta “forma de ver” consiste em serem notícias marcadas em diferentes sociedades democráticas por similitudes significativas devido aos valores-notícia partilhados e serem parte importante da cultura jornalística. Escreve Bourdieu (1998: 23, *italico no original*):

O mundo jornalístico é um mundo dividido, cheio de conflitos, competição, e rivalidades. Dito isto, a minha análise permanece válida no aspecto em que os *produtos* jornalísticos são muito mais parecidos do que o que geralmente se pensa. As diferenças mais óbvias, nomeadamente as tendências políticas dos jornais – as quais, de qualquer modo, devemos dizê-lo, se estão a tornar cada vez menos evidentes... – escondem as similaridades profundas.

Uma das consequências de um “pensamento de grupo” comum é o que se chama “jornalismo em matilha”, isto é, uma legião de jornalistas cobrindo o mesmo acontecimento. O cerne da questão é ninguém seguir as notícias tão de perto como os jornalistas. Os jornalistas monitorizam a cobertura uns dos outros. Mesmo quando não estão em contacto directo, confiam fortemente no trabalho uns dos outros, como prática institucionalizada, para ideias de histórias e conformação dos seus critérios noticiosos.

Num ambiente de incerteza, a velocidade é de importância vital e a notícia é um bem deteriorável. Como sublinharam Ericson, Baranek e Chan (1987), um jornalista é julgado competente não só porque possui um saber especializado mas também pela capacidade de mobilização desse saber antes do prazo-limite por forma a provar que consegue dominar o tempo e não ser dominado por ele. A ênfase na acção está no centro do profissionalismo jornalístico.

Factor proeminente da cultura jornalística é o que Schlesinger (1977) chama a relação fetichista que os jornalistas têm com o tempo. Essa relação não só determina quem é competente mas revela também uma obsessão com minutos e os segundos que poucos fora da comunidade conseguem entender como racional.

Forças do mercado (McManus, 1994), constrangimentos organizacionais (Breed, 1955; Epstein, 1973), rotinas (Tuchman, 1978), acesso estruturado ao campo jornalístico (Hall et. al., 1978), para mencionar apenas alguns dos factores que influenciam o processo de produção de notícias, ajudam certamente a modelá-la mas, podemos argumentar, de acordo com Patterson (1997), Bourdieu (1998) e Zelizer (1993), que as notícias são produzidas por profissionais que partilham uma “forma de ver” comum, isto é, uma cultura noticiosa comum. Por consequência, a nossa hipótese é os jornalistas serem uma comunidade ou tribo interpretativa transnacional, e a cobertura noticiosa em países diferentes revelar semelhanças significativas, testadas aqui através de um exame da cobertura noticiosa da SIDA.

Questões e métodos de investigação

A nossa estratégia consiste numa perspectiva de estudo de caso comparativo. Embora tenha sido efectuada muita investigação sobre notícias, pouca é comparativa. Para o nosso estudo, é crucial a dimensão comparativa, com países de três continentes diferentes, para testar a nossa hipótese central.

Adoptámos a estratégia do “jornal principal” pela qual foi seleccionado um jornal de qualidade em cada um dos países (o *New York Times* nos Estados Unidos, a *Folha de São Paulo* no Brasil, *El Pais* em Espanha e o *Diário de Notícias* em Portugal). A estratégia do “jornal principal” tem sido usada com frequência na investigação jornalística desde os anos 50 (UNESCO, 1953). Os jornais de qualidade seguem uma linha editorial exemplificada pelo famoso lema do *New York Times*: *all the news that's fit to print*. Para testar as supostas diferenças entre imprensa popular e de qualidade, incluímos um jornal popular português, o *Correio da Manhã*.

Examinaram-se todas as edições dos cinco jornais por forma a localizar todos os itens relacionados com a SIDA (notícias, artigos, editoriais, fotografias, cartoons, cartas ao director, entrevistas, artigos de opinião) publicados entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 1993 – um total de 92 dias de notícias. Foram excluídos os anúncios. Utilizou-se análise de conteúdo para examinar os 417 itens encontrados nos cinco jornais. Cada item foi codificado pelos seguintes aspectos:

- 1) Autoria do item (não assinado, assinado pelo jornalista, etc.);
- 2) Géneros jornalístico (sumário, notícia, artigo, editorial, etc.);
- 3) Proeminência do item noticioso (primeira página, outra);
- 4) Enfoque do item (nacional ou internacional);
- 5) Localização geográfica segundo o continente (América do Norte, Europa, etc.);

- 6) Localização geográfica precisa em termos de país (EUA, França, etc.);
- 7) Orientação para o evento (referência a um evento específico ou não);
- 8) Conteúdo do item segundo as categorias usadas por Rogers, Dearing e Chang¹;

Cada jornal foi analisado por dois codificadores que subsequentemente resolveram diferenças na sua codificação. O acordo entre codificadores total variou de 89% para o *Diário de Notícias* a 99% para a *Folha de São Paulo* e *El País*. Em categorias específicas, variou de 74% a 100%.

A análise de conteúdo dos 417 itens foi complementada pela sua leitura qualitativa. Embora o estudo se limite apenas à cobertura noticiosa de um tema e a duração do período de tempo sob escrutínio não seja extensa, sustentamos que as descobertas fornecem uma melhor compreensão das notícias e, acima de tudo, oferecem pistas importantes para uma investigação posterior na procura de uma teoria das notícias mais compreensiva.

As descobertas

1. Características gerais da cobertura do HIV/SIDA

O Quadro 1 indica o número de itens em cada jornal para cada semana do nosso estudo.

Quadro 1: Itens noticiosos sobre SIDA (números absolutos).

	Folha S.P.	El Pais	N.Y.Times	C. Manhã	D. N.	Total
Semana 1 (Out.1-3)	0	1	3	1	3	8
Semana 2 (Out. 4-10)	7	7	7	6	4	31
Semana 3 (Out. 11-17)	2	6	4	8	3	23
Semana 4 (Out. 18-24)	3	7	2	1	2	15
Semana 5 (Out. 25-31)	2	2	3	7	9	23
Semana 6 (Nov. 1-7)	4	12	9	2	6	33
Semana 7 (Nov. 8-14)	7	10	8	8	8	41
Semana 8 (Nov.15-21)	5	6	6	2	8	27
Semana 9 (Nov. 22-28)	15	6	10	2	10	43
Semana 10 (N. 29-D.5)	33	19	15	10	10	87
Semana 11 (Dez. 6-12)	12	6	8	0	3	29
Semana 12 (Dez. 13-19)	2	3	8	4	5	22
Semana 13 (Dez. 20-26)	6	2	6	2	2	18
Semana 14 (Dez.27-31)	4	6	2	1	4	17
Total	102	93	91	54	77	417

Como se pode ver no Quadro 1, foram encontrados 417 itens sobre HIV / SIDA nos cinco jornais entre 1 de Outubro e 21 de Dezembro de 1993, com o diário matutino popular lisboeta *Correio da Manhã* (54 itens) a oferecer aos seus leitores menos notícias sobre a SIDA do que os jornais de qualidade. A *Folha de São Paulo* teve 102 itens, *El País* 93 itens, o *New York Times* 91 itens, e o *Diário de Notícias* um total de 77 itens.

Neste período, não houve notícias sobre SIDA em mais de metade dos dias, tanto no *Correio da Manhã* (65%) como na *Folha de São Paulo* (58%), e em pouco menos de metade dos dias no *Diário de Notícias* (47%), *New York Times* (40%), e *El País* (39%). Com excepção de *New York Times*, a cobertura noticiosa sobre HIV/SIDA é esporádica: os restantes jornais tiveram um período de seis ou mais dias sem qualquer notícia sobre SIDA. A cobertura noticiosa sobre SIDA apresentada pelo jornal brasileiro lembra mesmo uma viagem numa montanha russa, com longos, frequentes períodos sem cobertura (um de onze dias) e forte concentração de itens por volta do Dia Mundial da SIDA, a 1 de Dezembro.

Não obstante, existe forte semelhança nos cinco jornais: um pico na cobertura noticiosa ocorre por volta do Dia Mundial da SIDA. O número de itens noticiosos publicado três dias antes e depois de 1 de Dezembro constitui 13% dos itens no *Diário de Notícias*, 16% no *Correio da Manhã*, 18 % no *New York Times*, 19 % no *El País*, e uns incríveis 39 % na *Folha de São Paulo*. No total, mais de 1/5 dos itens noticiosos sobre SIDA aparecem neste período de tempo. A importância da cobertura noticiosa sobre este Dia Mundial será desenvolvida mais tarde.

A esmagadora maioria das peças foi preparada pelos membros da tribo jornalística. As notícias dominaram nos cinco jornais, indo de 82% na *Folha de São Paulo* a 98% no *Correio da Manhã*. Pouca atenção foi dada à SIDA em entrevistas, editoriais, artigos de opinião ou cartas ao director. Apesar disso, houve mais artigos de opinião e cartas ao director no jornal brasileiro, devido ao esforço especial feito a propósito do Dia Mundial da SIDA. Dois jornais não publicaram editoriais sobre SIDA (*Folha de São Paulo* e *Correio da Manhã*); o *Diário de Notícias* publicou um, o *El País* dois e o *New York Times* três. Quase metade dos editoriais foi dedicada ao Dia Mundial da SIDA, outra indicação da sua importância na cobertura deste tema.

Entendemos por proeminência acima de tudo a atenção na primeira página, mas pode também significar um editorial, um artigo de fundo na revista dominical do jornal, ou um suplemento especial. É pela atenção na primeira página, em particular, que começamos a chegar aos “valores-notícia” que os jornalistas privilegiam.

Todos os jornais, numa altura ou noutra, deram algum tipo de proeminência às notícias sobre SIDA. Na sua maioria, contudo, estas notícias foram relegadas

para páginas interiores. O número elevado na *Folha de São Paulo* (102) resulta do Suplemento especial publicado no Dia Mundial da Sida conter 18 itens. Para além deste suplemento, a SIDA só foi notícia de primeira página duas vezes no jornal brasileiro. Foi notícia de primeira página também duas vezes no *Correio da Manhã* (o único tipo de proeminência dado a este assunto neste jornal popular), surgiu seis vezes na primeira página do *Diário de Notícias* e sete na do *New York Times*. Nunca apareceu na primeira página do *El País*. Apenas 4% dos itens sobre SIDA receberam tratamento de primeira página.

As notícias de primeira página tiveram como factor um importante valor para a tribo jornalística: o escândalo. O escândalo do sangue alemão foi notícia de primeira página duas vezes no *New York Times* e uma vez no *Diário de Notícias*. Outro valor-notícia para o trabalho jornalístico é a notoriedade do principal agente da notícia: o Presidente Clinton no *New York Times* (1 Dezembro) e o Papa no *Diário de Notícias* (4 de Dezembro). Como assinalámos, o Dia Mundial da SIDA teve proeminência na cobertura noticiosa da SIDA, em editoriais e em Suplemento especial.

2. Os jornalistas como “comunidade interpretativa” transnacional

A fim de se compreender comparativamente a cobertura noticiosa da SIDA é vital sublinhar o papel fundamental que desempenha a proximidade geográfica. Como mostra o Quadro 2, em todos os jornais do nosso estudo as notícias eram em primeiro lugar nacionais e não internacionais. O *New York Times*, com 81% de notícias nacionais e apenas 19% de notícias internacionais, foi o caso mais extremo.

Quadro 2: Foco geográfico: nacional ou internacional.

Foco Geográfico	FolhaS.P.	El País	N.Y.Times	C. Manhã	D.N.
Internacional	41%	48%	19%	35%	49%
Nacional	59%	52%	81%	65%	51%
<i>qui-quadrado</i>					37.660
<i>probabilidade</i>					0.000

Fonte: Traquina, 2002

Cada um dos jornais privilegia também notícias do seu próprio continente, como podemos ver no Quadro 3: 82% das notícias no *New York Times* eram da América do Norte; no *El País*, no *Correio da Manhã*, e no *Diário de Notícias*, respectivamente, 70, 80 e 81 % das notícias eram da Europa, mas isso devido ao domínio das notícias nacionais.

Quadro 3: Foco geográfico por continente.

Continente	FolhaS.P.	El País	N.Y.Times	C. Manhã	D.N.
Europa	12%	70%	15%	80%	81%
América do Norte	20%	17%	82%	6%	5%
América do Sul	59%	1%	0%	0%	0%
África	1%	3%	2%	2%	7%
Ásia	2%	1%	0%	0%	1%
Antártica	0%	1%	0%	0%	1%
Combinação	0%	4%	0%	2%	1%
Organização	0%	1%	1%	0%	1%
Não Aplicável	6%	2%	0%	4%	3%
<i>qui-quadrado</i>					85.449
<i>probabilidade</i>					0.180

Fonte: Traquina, 2002

Assim, a proximidade geográfica é poderosa essencialmente no interior das fronteiras nacionais; funciona para além delas mas de forma incompleta. Por exemplo, no jornal brasileiro, não houve notícias sobre a SIDA que envolvessem outros países sul-americanos. Não aparecem notícias sobre a SIDA em Espanha nos jornais portugueses, e o mesmo ocorre no jornal espanhol sobre Portugal. No *New York Times*, apenas 1% das notícias envolve o Canadá e não houve notícias sobre a SIDA no México. No entanto, a cobertura do escândalo do sangue alemão parece ser realmente influenciada pela proximidade geográfica: a quantidade de notícias sobre o escândalo diminuiu com a distância geográfica.

Apenas três países são tópicos de notícias sobre SIDA: Estados Unidos, Alemanha e França em todos os jornais. A proximidade geográfica parece exercer alguma influência: a percentagem de notícias de França e da Alemanha é mais elevada nos jornais europeus.

Em segundo lugar, a cobertura noticiosa da SIDA foi claramente orientada para o acontecimento: dos 417 itens sobre SIDA nos cinco jornais examinados, 83% são orientados para eventos. O peso das notícias orientadas para eventos vai de 75% no *New York Times* e na *Folha de São Paulo* a um máximo de 96% no *Correio da Manhã*. O nosso estudo valida a conclusão de Cook (1991: 4) de existirem poucas notícias investigativas sobre SIDA.

Que as notícias são orientadas para acontecimentos é magnificamente demonstrado pelo papel significativo desempenhado pelo Dia Mundial da SIDA, a 1 de Dezembro, nesta cobertura. No total, 17% das notícias relacionavam-se com o Dia Mundial da SIDA e, como foi já afirmado, dois terços dos editoriais foram provocados por esta data. O Dia Mundial da SIDA foi o *news peg* para

outras peças ou esforços especiais nos jornais estudados aqui: 1) o Suplemento especial publicado nesse dia pela *Folha de São Paulo* que contribui sozinho para 18% da sua cobertura da SIDA; 2) artigos de revista publicados no domingo anterior, que incluem uma entrevista com uma ONG importante; reportagens que apresentam seropositivos ou pessoas atingidas pela SIDA. Com exceção do *New York Times*, se não fosse o Dia Mundial da SIDA, teria havido muito menos “histórias de interesse humano” focadas em pessoas a viver com a SIDA.

Para testar se os jornalistas são uma “comunidade interpretativa” transnacional, outra questão é: com que tópicos lidamos nas notícias sobre SIDA? Recorremos às categorias usadas por Rogers, Dearing e Chang (1991) no seu estudo da cobertura americana da SIDA nos anos 80, abrangendo 91 meses e seis media noticiosos¹. Houve categorias comuns na cobertura noticiosa da SIDA nos cinco jornais do nosso estudo.

No cômputo geral, a Ética foi a categoria principal, devido em grande parte ao desenvolvimento da história do escândalo do sangue alemão. Liderou nos três jornais europeus, representando 32% dos itens no *Diário de Notícias*, 22% no *El País* e no *Correio da Manhã*. Foi segunda na cobertura do *New York Times* (18%), mas apenas a sétima no jornal brasileiro (apenas 7%). No estudo de Rogers et al., esta categoria recebeu escassa atenção, apenas cerca de 2%. No nosso período de 3 meses situado nos anos 90, recebeu quase 19% da cobertura noticiosa total dos cinco jornais do nosso estudo.

Nos anos 90, a categoria Bio-Médica é ainda central para a cobertura noticiosa da SIDA, tal como era no estudo de Rogers, Dearing e Chang². Esta categoria foi a principal em dois jornais, a *Folha de São Paulo* (24% dos itens) e o *New York Times* (18%), terceira no *El País* (13%) e quarta no *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* (9%). As notícias acerca de investigação médico-científica sobre SIDA constituíram a base da cobertura deste tema, em particular na *Folha de São Paulo*, na qual representou quase um quarto dos itens sobre SIDA.

No nosso estudo, as categorias Políticas Governamentais e Ajuda foram igualmente importantes na cobertura noticiosa dos cinco jornais.

As Políticas Governamentais foram mais importantes nos dois jornais europeus de qualidade, *El País* (14% dos itens) e *Diário de Notícias* (13%), pela atenção que deram à história do escândalo do sangue alemão. Esta categoria foi a terceira mais importante no *Correio da Manhã* (13%), a quarta no *New York Times* (8%) e a quinta na *Folha de São Paulo* (6%).

Houve assim variação na quantidade de notícias classificadas nesta categoria, indo do mínimo de 6% na *Folha de São Paulo*, aos 13% nos dois jornais portugueses, até ao máximo de 14% no diário espanhol. Em Espanha, uma controvérsia sobre o programa espanhol para a SIDA e o despedimento do seu director que coincidiu com o Dia Mundial da SIDA reforçou esta categoria. Em Portugal,

ações judiciais levadas a cabo pelos hemofílicos contra o governo e o anúncio, feito pela Ministra da Saúde no Dia Mundial da SIDA, do aumento de fundos para combater a SIDA, alimentaram esta categoria. Nos Estados Unidos, um discurso do Presidente relacionado com a SIDA a 1 de Dezembro forneceu um cabide noticioso.

Ajuda é uma categoria importante na cobertura noticiosa da SIDA nos cinco jornais do nosso estudo, mas particularmente no *New York Times* (18%) e *Correio da Manhã* (15%). A sua presença foi em grande parte resultado da atenção dada por estes jornais ao Dia Mundial da SIDA, instituído em 1988, mas também da crescente visibilidade das organizações não-governamentais (ONGS).

Outra categoria importante da cobertura noticiosa da SIDA é Epidemia, embora possamos detectar aqui diferenças mais significativas. Foi a segunda no jornal brasileiro, com 12% da sua cobertura, e a quarta no *El Pais*, com 11% da sua cobertura. Embora presente nos três outros jornais, representou apenas 6% da cobertura no *Correio da Manhã*, 4% da cobertura no *Diário de Notícias*, e 4% da cobertura no *New York Times*.

As estatísticas sobre SIDA têm sido sempre exemplo da sua cobertura noticiosa: enquanto no estudo de Rogers, Dearing e Chang, Epidemia representava 8% da cobertura dos seis media noticiosos americanos, aqui representou 7%. Podemos assim dizer que esta cobertura ainda prefere as estatísticas aos rostos, visto a categoria Interesse Humano representar apenas 2% da cobertura total. Na verdade, pode-se dizer que esta categoria ainda é marginal: inexistente no *Correio da Manhã*, representa apenas 1% da cobertura no *El Pais* e no *Diário de Notícias*, 3% na *Folha de São Paulo* e 5% no *New York Times*, o único destes jornais em que as caras se sobrepõem aos números. Não obstante, o nosso estudo apoia a afirmação de Cook (1991: 7) sobre a cobertura da SIDA nos anos 80, quando escreve que a experiência de pessoas a viver com SIDA só ocasionalmente foi focada.

Historicamente, é significativa a importância de Figuras Públicas nesta cobertura. Por exemplo, a estória de Rock Hudson em 1985 foi crucial para projectar a SIDA das margens para o palco. Rogers, Dearing e Chang (1991: 13) argumentam que a história de Rock Hudson, como a história da discriminação contra Ryan White, um rapaz infectado com o HIV, serviu para personalizar e humanizar o tema da SIDA, algo que relatórios anteriores baseados em estatísticas sobre o número de casos de SIDA por mês não tinham feito. Embora a história de Rock Hudson tenha “personalizado” o tema HIV/SIDA, defendemos que foi notícia devido à “notoriedade da pessoa envolvida no acontecimento” como valor-notícia entre os membros da tribo jornalística (Galtung e Ruge, 1965).

Em termos quantitativos, a categoria Figura Pública foi secundária no nosso estudo, representando 3% da cobertura do *New York Times* e *Diário de Notícias*,

4% na *Folha de São Paulo* e no *Correio da Manhã*, e 5% no *El País*. Os itens nesta categoria envolvem principalmente a morte de indivíduos proeminentes, em que a proeminência é determinada essencialmente pela proximidade geográfica, mas houve notícias em jornais não-americanos sobre Magic Johnson. Outras figuras públicas noticiadas foram Madonna (*Folha de São Paulo*, 1 de Dezembro), Richard Gere e Cindy Crawford (*Correio da Manhã*, 17 de Dezembro), o príncipe Carlos e a princesa Diana (*Correio da Manhã*, 2 de Dezembro) e o Papa (*Diário de Notícias*, 3 de Dezembro).

É nossa opinião que existem fortes semelhanças na cobertura noticiosa da SIDA pelos cinco jornais do nosso estudo, como pode ser visto mais claramente no Quadro 4, que hierarquiza as categorias para cada jornal.

Quadro IV: Hierarquização de categorias por jornal.

	Folha de Sao Paulo	El Pais	New York Times	Correio da Manha	Diário de Noticias
1.	Bio-Médico	Ética	Bio-Médico	Ética	Ética
2.	Epidemia	Política Gov.	Ética	Ajuda	Política Gov.
3.	Ajuda	Bio-Médico	Ajuda	Política Gov.	Ajuda
4.	Prevenção	Epidemia	Política Gov.	Bio-Médico	Bio-Médico
5.	Política Gov.	Ajuda	Interesse Humano	Discriminação	Epidemia
6.	Direitos Civis	Figuras Públicas	Discriminação	Epidemia	Prevenção
7.	Ética	Discriminação	Epidemia	Figuras Públicas	Figuras Públicas

Fonte: Traquina, 2002

Em diferentes graus, na cobertura noticiosa da SIDA em quatro jornais do nosso estudo pontificaram as categorias Bio-Médica, Ajuda e Política Governamental. A categoria Ética foi muito importante, com a excepção do jornal brasileiro *Folha de São Paulo*, em que argumentaríamos que recebeu menos atenção porque, devido à distância geográfica, o jornal deu menos cobertura ao escândalo do sangue alemão. Por fim, a categoria Epidemia mantém uma presença na cobertura noticiosa da SIDA, embora menos importante no *New York Times* e muito mais importante na *Folha de São Paulo*. Esta série de categorias constitui o núcleo da cobertura da SIDA, com a categoria Prevenção substituindo Ética na cobertura noticiosa do jornal brasileiro, a categoria Interesse Humano substitui Epidemia no *New York Times* e Discriminação substitui Epidemia no *Correio da Manhã*.

Este Quadro mereceria mais comentários mas sublinhamos apenas a relativa trivialidade da categoria Prevenção, que representou apenas 4% da cobertura

noticiosa dos nossos cinco jornais. Na verdade, esta categoria só foi importante no jornal brasileiro, que a salientou no Suplemento especial. Pouco existiu na cobertura noticiosa da SIDA no que respeita à informação sobre como evitar a infecção. Mais uma vez, o nosso estudo defende a conclusão de Cook de que os jornalistas são cautelosos acerca do papel educativo dos media noticiosos. Escreve Cook (1991: 11):

Para cumprir essa função educativa, as assunções tradicionais acerca do que são notícias velhas devem mudar. Uma das razões porque as pessoas retiram tão pouco das notícias é que o reforço necessário para aprender é perdido pela ascensão e queda constantes dos temas, que desaparecem das notícias mesmo antes de serem absorvidos. A procura do novo prevalece sobre o compromisso contínuo de seguir temas urgentes aos quais regressam numa base de rotina.

Já vimos existirem semelhanças na cobertura noticiosa da SIDA entre os cinco jornais do nosso estudo, situados em quatro países e três continentes diferentes. Os nossos dados fornecem provas conclusivas de que os jornalistas são uma “comunidade interpretativa” transnacional?

Respondemos ser necessária investigação posterior e o uso de outros métodos de investigação para fornecer provas conclusivas em defesa desta hipótese. Não obstante, estes dados apoiam a nossa hipótese teórica por ser claro que os jornalistas dos quatro diferentes países partilham valores-notícia.

Primeiro, em todos os jornais, embora em graus diferentes, os jornalistas partilham o tempo como valor-notícia, como é mostrado pela importância do Dia Mundial da SIDA como parte central da cobertura noticiosa da SIDA neste período. As notícias relacionadas com este dia lideram na *Folha de São Paulo* (nada menos que uns espantosos 39% de todos os itens), no *Correio da Manhã* (19%) e no *New York Times* (13%), e são a segunda mais importante nos dois outros jornais do nosso estudo: o *Diário de Notícias* (10%) e o *El País* (6%). Como demonstrámos, a cobertura noticiosa é “orientada para o acontecimento” e o dia 1 de Dezembro oferece aos jornalistas um *cabide noticioso* onde pendurar histórias sobre SIDA. Quase um quinto de todas as notícias (17%) liga-se directamente a esta data.

Segundo, em todos os jornais, o escândalo do sangue alemão e acontecimentos relacionados foi uma estória noticiosa importante. Foi a estória noticiosa principal, como no *Diário de Notícias* (17%) e *El País* (15%), ou a segunda estória principal, como no *Correio da Manhã* (10%), *New York Times* (8%), e até da *Folha de São Paulo* (3%), embora no caso do jornal brasileiro a estória do escândalo do sangue alemão aparecesse ligada à descoberta francesa da “porta” de entrada do vírus do HIV no corpo humano. A proeminência do escândalo do sangue

alemão na cobertura noticiosa da SIDA neste período aponta para outro valor-notícia comum entre os membros da tribo jornalística para além das fronteiras nacionais: o escândalo. O famoso verso de Shakespeare “Algo está podre no reino da Dinamarca” é valor-notícia central ligado à ideologia jornalística que aponta o papel dos jornalistas como “guardiões” nas sociedades democráticas.

Terceiro, o acontecimento “em desenvolvimento”, para usarmos a tipificação dos acontecimentos de Tuchman (1978), do escândalo do sangue alemão e acontecimentos relacionados é o tipo de notícia dominante neste período de três meses; representa nada menos que 59% das notícias do estrangeiro no *New York Times*, 39% das notícias do estrangeiro no *Diário de Notícias*, 29% das notícias do estrangeiro no *El País*, e 7% das notícias do estrangeiro na *Folha de São Paulo*. Em acção aqui está não apenas o valor-notícia do “escândalo” mas também o da “notoriedade do actor da notícia” visto envolver um ministro. Teria sido um acontecimento imbuído de tal noticiabilidade caso não envolvesse um membro importante do governo?

Assim, argumentaríamos que a “notoriedade” é outro valor-notícia partilhado pelos jornalistas para além das fronteiras nacionais. O escândalo do sangue alemão fornece algumas provas. Mas é fornecido, como sugerimos, pela referência a figuras nacionais proeminentes e algumas figuras internacionais, como a princesa Diana, Magic Johnson e o Papa, na cobertura noticiosa dos cinco jornais.

Quarto, mostrámos a importância do valor-notícia “relevância”, traduzido por proximidade geográfica. A maioria das notícias sobre SIDA era nacional e não ultrapassou as fronteiras nacionais. Até o escândalo do sangue alemão mostra a importância da proximidade geográfica no processo noticioso; houve menos cobertura no jornal brasileiro.

Quinto, outro valor-notícia que os jornalistas partilham é o conflito ou a controvérsia. Esteve presente em muitas notícias em cada um dos jornais. Por exemplo, o despedimento do director do programa espanhol para a SIDA no *El País* (1 de Dezembro), um processo judicial por causa da SIDA contra companhias médicas (*New York Times*, 3 de Outubro), oposição ao programa das seringas em Portugal (*Correio da Manhã*; 17 de Outubro), hemofílicos e processo legal (*Diário de Notícias*, 27 de Outubro), rapto num hospital em França (*Diário de Notícias*, 1 de Novembro), reacções racistas à SIDA (*Correio da Manhã*, 8 de Novembro), exigências dos hemofílicos (*El País*, 13 de Novembro), adiamento de votação sobre orientações para a SIDA (*New York Times*, 20 de Novembro), contestação por parte de companhias de seguros brasileiras ao governo a propósito da SIDA (*Folha de São Paulo*, 26 de Novembro), choque entre revistas e jornais britânicos (*New York Times*, 10 de Dezembro), pressão por parte de hemofílicos (*Correio da Manhã*, 11 de Dezembro), denúncia por parte de Montagnier do monopólio americano da pesquisa (*El País*, 27 de

Dezembro), exigência de dinheiro por parte de um terrorista russo para se tratar da SIDA (*El País*, 28 de Dezembro).

A presença deste valor-notícia pode também ser vista em notícias que ultrapassaram fronteiras. Uma foi a controvérsia a propósito dos anúncios da Benetton em que figuravam vítimas da SIDA e provocaram disputas legais (*El País*, 8 de Outubro; *Correio da Manhã*, 12 de Outubro; *New York Times*, 23 de Novembro; *Diário de Notícias*, 25 de Novembro; *Folha de São Paulo*, 30 de Novembro). Outra foi o conflito histórico entre o cientista americano Robert Gallo e o cientista francês Luc Montagnier e a atenção dada por alguns jornais ao arquivamento do caso contra Gallo pelos tribunais americanos (*Folha de São Paulo*, 13 de Novembro; *El País*, 13 de Novembro; *New York Times*, 13 de Novembro; e *Correio da Manhã*, 14 de Novembro).

Conclusões

A análise comparativa da cobertura noticiosa da SIDA por cinco jornais em quatro países em três continentes diferentes mostrou existirem semelhanças significativas quando ao que é notícia. Vimos que os jornalistas através das fronteiras nacionais partilham “valores-notícia” semelhantes. Certamente que deve ser feita mais investigação. Mas os dados apresentados neste estudo dão apoio à hipótese teórica de que os jornalistas são uma “comunidade interpretativa” transnacional.

Notas

¹ As categorias usadas por Rogers, Dearing e Chang (1991) são:

1 - Crianças com SIDA: estórias noticiosas acerca de crianças com SIDA; 2 - Figuras Públicas: estórias noticiosas contendo informações pessoais acerca de pessoas com SIDA que são reconhecidas publicamente; 3 - Epidemia: estórias noticiosas relatando factos estatísticos acerca da propagação da SIDA; 4 - Bio-Médico: estórias noticiosas relatando descobertas científicas acerca da SIDA; 5 - Prevenção: estórias noticiosas lidando com métodos para a prevenção da SIDA, por exemplo o uso de preservativos; 6 - Discriminação: estórias noticiosas relatando o tratamento injusto de pessoas com SIDA, por exemplo a recusa do pessoal em fornecer assistência médica a pessoas com SIDA; 7 - Ajuda de Pessoas: estórias noticiosas relatando actividades não-governamentais para ajudar pessoas com SIDA, por exemplo, trabalho voluntário; 8 - Políticas governamentais: estórias noticiosas acerca de actividades governamentais contra a SIDA, por exemplo a educação sexual na escola, atribuição de orçamentos para o combate à SIDA, etc.; 9 - Direitos civis: estórias noticiosas com respeito à privacidade ou temas de direitos civis relacionados com a SIDA, por exemplo controvérsia acerca da violação dos direitos civis que pode ser causada por testes sanguíneos obrigatórios para detecção

do HIV; 10 - Ética: estórias noticiosas acerca de aspectos imorais ou irresponsáveis de comportamento com SIDA, tais como o uso de sangue de pessoas com SIDA como arma de ameaça; 11 - Interesse Humano: estórias noticiosas descrevendo pessoas com SIDA como vítimas de modo a que os leitores ou espectadores possam sentir que conhecem as vítimas mais pessoalmente; 12 - Resultados de sondagens: estórias noticiosas baseadas em resultados de sondagens sobre a SIDA; 13 - Outras.

² O estudo de Rogers, Dearing e Chang baseia-se numa análise de conteúdo de seis importantes mass media americanos (o *New York Times*, o *Washington Post*, o *Los Angeles Times*, e os noticiários da noite da ABC, NBC e CBS) de Junho de 1981 a Dezembro de 1988 (91 meses).

Bibliografia

- Beharrell, P. (1993), *AIDS and the British Press*, in Glasgow University Media Group (Eds.), *Getting the Message*, London: Routledge.
- Bird, S. E. and Dardenne, R. W. (1988), *Myth, Chronicle and Story: Exploring the Narrative Qualities of News*, in James W. Carey (Ed.), *Media, Myth and Narrative*, Newbury Park, Ca.: Sage Publications.
- Bourdieu, P. (1979), *La distinction*, Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1984), *Questions de sociologie*, Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1996), *Journalisme et ethique*, *Les Cahiers du Journalisme*, No. 1.
- Bourdieu, P. (1998), *On Television*, New York: The New Press.
- Breed, W. (1955), *Social Control in the Newsroom: A Functional Analysis*, *Social Control*, Vol. 33, Fall.
- Cohen, B. C. (1963), *The Press and Foreign Policy*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Cook, T. E. (1991), *Notes for the Next Epidemic – Part One: Lessons from the News Coverage of AIDS*, Cambridge, Ma: The Joan Shorenstein Barone Center.
- Epstein, E. J. (1973), *News From Nowhere*, New York: Random House.
- Ericson, R. V., Baranek, P. M., and Janet B. L. C. (1987), *Visualizing Deviance: A Study of News Organizations*, Toronto: University of Toronto Press.
- Galtung, J. and Ruge, M. H. (1965), *The Structure of Foreign News*, *Journal of International Peace Research*, Vol. 1.
- Gamson, W. A. (1989), *News as Framing*, *American Behavioral Scientist*, Vol. 33.
- Gitlin, T. (1980), *The Whole World Is Watching*, Berkeley, Ca: University of California Press.
- Goffman, E. (1975), *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, Boston: Northeastern University Press.

- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., and Brian Reports (1978), *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*, London: Methuen and New York: Holmes & Meier.
- Hymes, D. H. (1980), Functions of Speech, in D. H. Hymes, *Languages in Education*, Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics.
- Lippmann, W. (1922), *Public Opinion*, New York: The Free Press.
- Lippmann, W. (1965), The Problems of Truly Free, Mature Press, *The Washington Post*, May 30.
- Maffesoli, M. (1988), *Le temps des tribus: le declin de l'individualisme dans les sociétés de masse*, Paris: Librairie des Meridiens, Klincksieck & Cie.
- McCombs, M. E. and Shaw, D. L. (1972), The Agenda-Setting Function of the Media, *Public Opinion Quarterly*, Vol. 36.
- McCombs, M. E. and Shaw, D. L. (1993), The Evolution of the Agenda-Setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas, *Journal of Communication*, Vol. 43, N.º 2.
- McManus, J. (1994), *Market-Driven Journalism: Let the Citizen Beware*, Thousand Oaks, Ca.: Sage Publications.
- Miller, D. and Beharrell, P. (1995), AIDS and Access to Television: How Journalists Use Their Sources, BSA Conference Paper.
- Molotch, H. and Lester, M. (1974), News as Purposive Behavior: On the Strategic use of Routine Events, Accidents, and Scandals, *American Sociological Review*, Vol. 39, N.º 1.
- Patterson, T. E. (1997), The News Media: An Effective Political Actor?, *Political Communication*, Vol. 14.
- Philips, E. B. (1976), What is News? Novelty Without Change?, *Journal of Communication*, Vol. 26, No. 4.
- Roeh, I. (1989), Journalism and Storytelling, Coverage as Narrative, *American Behavioral Scientist*, Vol. 13.
- Rogers, E. M., Dearing, J. W. and Chang, S. (1991), AIDS in the 1980's: The Agenda-setting Process for a Public Issue, *Journalism Monographs*, No. 126.
- Schlesinger, P. (1977), Newsmen and Their Time machine, *The British Journal of Sociology*, Vol. 28, No. 3.
- Traquina, N. (2001). Teorias das Notícias: o Estudo do Jornalismo no Século XX. In N. Traquina & A. Cabrera & C. Ponte & R. Santos, *O Jornalismo Português em Análise de Casos* (pp. 19-92). Lisboa: Caminho.
- Tuchman, G. (1976), Telling Stories, *Journal of Communication*, Vol. 26, N.º 4.
- Tuchman, G. (1978), *Making News: A Study in the Construction of Reality*, New York: The Free Press.
- UNESCO (1953), *Les agences telegraphiques d'information*, Paris, UNESCO.
- UNAIDS (2000) *Report on the Global HIV/AIDS Epidemic*, June.

White, D. M. (1950), The 'Gatekeeper': A Case Study in the Selection of News, *Journalism Quarterly*, Vol. 27, N.º 4.

Zelizer, B. (1993), Journalists as Interpretive Community, *Critical Studies in Mass*

O nascimento de Adam Nash

Análise comparada de uma notícia de genética em seis jornais de informação geral

Cristina Ponte

Universidade Nova de Lisboa

Resumo:

Este artigo foca o tratamento noticioso de um mesmo evento do campo da ciência genética: o primeiro nascimento conhecido de uma criança a partir de um embrião geneticamente seleccionado. A notícia, um exclusivo do *Washington Post* a 3 de Outubro de 2000, surgiu no dia seguinte nos jornais *Público*, *Diário de Notícias*, *El País*, *Le Monde* e *Guardian*. Comparam-se as opções editoriais destes jornais, marcadas pela pressão da novidade, e observam-se as suas diferenças, entre uma cobertura mais pautada pela narração do evento e outra mais contextualizada na problemática.

Palavras-chave:

Jornalismo Comparado; Notícia; Análise de Imprensa; Análise Crítica do Discurso; Genética.

Introdução

A maior parte da investigação sobre notícias tem focado mais os processos de obtenção da informação e as relações entre fontes e jornalistas do que a sua escrita, re-escrita e “apresentação”, apesar de ser aí que se opera a sua real influência, como assinala Michael Schudson (2000) que nota também que os estudos dos media têm estado sobretudo ligados a questões políticas nacionais.

Existem pois escassos estudos comparados que dêem conta de como jornais de diferentes países cobriram um mesmo acontecimento. Entre outros, evocamos os trabalhos de Hughes (1936) e van Dijk (1988), separados por cinco décadas

e com conclusões dissemelhantes. Hughes aprecia a cobertura do caso Lindbergh (o rapto e posterior assassinio do filho do avião norte-americano, em 1932) na imprensa dos Estados Unidos e da Alemanha e dá conta da diferença entre o modelo omnibus da imprensa norte-americana, reunindo num mesmo jornal várias orientações de conteúdos, face à pluralidade de tipos de jornais alemães nesse ano. Van Dijk, por seu lado, analisa a cobertura do assassinato do presidente libanês Gemayel em 138 jornais de 99 países, onde foi marcante o fluxo informativo de agências noticiosas, e assinala na imprensa de diferentes países (por exemplo, Suécia, Espanha, China) um padrão semelhante ao dos jornais ingleses. Ainda que no estudo de van Dijk tenham sido notadas diferenças entre jornais de países desenvolvidos e do Terceiro Mundo, as maiores variações ocorreram entre os jornais “populares” e “de referência”, com os populares a usarem mais a ordem cronológica e efeitos dramáticos.

Se parece possível afirmar a relevância das variáveis histórica e organizacional nos estudos da notícia, será de aprofundar aspectos relacionados com a hegemonia do modelo jornalístico anglo-americano no contexto de diferentes notícias, tendo em conta variantes como a língua e a cultura nacionais.

Inserido num estudo mais geral sobre a noticiabilidade da infância (Ponte, 2002), este artigo compara jornais de informação geral tidos como de “qualidade” nos respectivos países e aprecia o seu tratamento jornalístico de um acontecimento que todos cobriram. O acontecimento, o nascimento de um bebé concebido com o propósito de ser geneticamente compatível com a irmã, doente com leucemia, foi noticiado em primeira mão pelo jornal norte-americano *Washington Post* (WP) no dia 3 de Outubro de 2000, e foi a única matéria comum nos jornais *Público*, *Diário de Notícias*, *Le Monde*, *The Guardian* e *El País*, num conjunto de 97 peças relativas a situações que envolvessem crianças, na primeira semana de Outubro desse ano.

Neste caso, uma notícia de um jornal, preparada e negociada em exclusivo com as fontes, tornou-se matéria noticiável para outros, para os quais constituía novidade. As várias opções editoriais, feitas sob a pressão do tempo, são a base desta análise.

O contexto: a genética humana e o caso Adam Nash

Envolvendo crianças, esta é uma notícia de ciência, mais especificamente de genética humana, área sensível pelas questões éticas e legais que coloca. A investigação neste domínio tem aberto várias possibilidades, orientadas quer para terapias contra doenças genéticas (recurso a “células primitivas” de adultos, ou seja, células que permanecem por se desenvolver e que podem adquirir características de outras células; criação de células primitivas de embriões;

clonagem de tecidos) quer para a produção de seres com determinadas características genéticas (“desenho de bebês”, clonagem de humanos).

A genética humana tem tido crescente visibilidade pública, por vezes de forma espectacular no anúncio das suas descobertas ou acções produzidas. Conrad (1999) justifica este interesse tomando como analogia histórica o sucesso que teve no Ocidente a adopção do modelo da teoria dos germes, no princípio do século XX, que se tornou base do pensamento médico e público sobre a doença em geral. Cada doença teria um agente específico, o contexto interno (o organismo) é privilegiado em relação ao meio físico e social exterior e o corpo metaforizado como máquina. Estas três ideias (determinismo, interioridade, corpo como máquina) tornaram-se também populares na vulgarização da ciência genética.

Neste tema, os debates entre especialistas e grupos de pressão têm sido enquadrados por dois discursos fundamentais: o da “grande promessa” e o das “preocupações” (MacIntyre, 1997). Vários estudos deram conta do papel relevante dos media no enquadramento das novas tecnologias genéticas como “grande promessa”: apresenta-se um ângulo positivo favorável, a ênfase é posta na esperança, poucas peças referem questões de risco e são escassos os artigos que focam questões de natureza ética ou legais (Kitzinger e Reilly, 1997; Glasner, 2000).

A genética humana constitui ainda assunto para *boas* histórias de ciência também do ponto de vista da narração jornalística quando é possível encontrar ocorrências que possam ser contadas segundo as fórmulas que Propp identificou nos contos populares: histórias com *heróis* lutando por *objectos*, *destinadores* e *destinatários*, *coadjuvantes* e *oponentes*. Por outro lado, este como outros temas da ciência, exige tradução da sua linguagem para a linguagem do jornalismo.

O caso em análise refere-se a uma doença genética. Em 1993, Molly Nash, filha de John e Lisa Nash, ambos possuidores do gene responsável por uma variedade de leucemia, a anemia de Falconi, nasceu afectada por esta doença com desfecho fatal a curto prazo. O casal desejava ter mais filhos mas receava que viessem a herdar esse gene. A solução encontrada por investigadores de ciência genética foi a produção in-vitro de embriões do casal, e o seu controlo quanto à sua composição e compatibilidade com os genes de Molly. Desta forma, as células do cordão umbilical podiam substituir a sua medula óssea afectada.

O nascimento de Adam ocorreu a 29 de Agosto de 2000 e foi publicamente revelado mais de um mês depois, uns dias após a primeira transfusão de células para Molly, a 26 de Setembro. A notícia surgiu em exclusivo na primeira página no *Washington Post*, a 3 de Outubro. As fotografias familiares que acompanharam esta notícia foram tiradas entre o nascimento de Adam e o internamento de Molly, num espaço ao ar livre.

Estamos perante um evento terapêutico, um nascimento programado do ponto de vista da sua génese e das suas etapas, e que se torna notícia por um processo também ele programado para se fazer publicitar nos media.

Este acontecimento de ciência é assim enquadrado pela estória de um casal que luta pela vida da sua filha, uma estória humana dramática e onde a presença das duas crianças potencia a inocência e a dependência, valores associados culturalmente à infância e que fazem dos mais novos excelentes protagonistas de estórias de interesse humano, nomeadamente no campo da saúde e assistência. Mas é também a estória de conflitos e polémicas entre coadjuvantes e oponentes. Para os primeiros, o nascimento de Adam glorifica as possibilidades da genética no tratamento de doenças e justifica-se em termos de decisão familiar, para os segundos preocupa pelas escolhas que se podem seguir. De um lado, temos o discurso da confiança na ciência e a defesa da liberdade de decisão. Do outro, as preocupações, com a transferência das escolhas genéticas para opções de comportamento. São estas vertentes que vamos encontrar na notícia do nascimento de Adam, surgida nos jornais mais de um mês após a sua ocorrência.

O objectivo desta análise é, pois, uma apreciação comparada das formas como este acontecimento é contado como notícia. O que procuramos investigar e sublinhar são *escolhas*: entre todas as formas possíveis de contar esta estória, quais foram seguidas nos vários jornais?

Metodologia

No conjunto das 22 peças encontradas, destacamos a forma como foi apresentado o evento na peça original do *WP* e no dia seguinte, nos jornais europeus: em que locais, com que visibilidade, com que recursos textuais e de imagem. Damos de forma sumária conta da continuidade que este tema mereceu ainda nestes jornais, dois dias depois.

Seguindo a perspectiva sistémico-funcional trabalhada por Fowler (1991) na análise crítica do discurso, observámos o tratamento noticioso a três níveis: 1) representação da acção: como foi recortado o acontecimento, que protagonistas e que processos (materiais, verbais, relacionais) foram escolhidos; 2) nível interaccional: com que autoridade e em que registos o jornal se expressa para os seus leitores; 3) nível textual: de que modos foi organizada a mensagem pela manipulação do material linguístico.

Análises

A peça do *WP*, a 3 de Outubro de 2000, é a fonte referida nos jornais europeus. Acedemos a ela pela edição em linha, pelo que não podemos comentar a sua

apresentação gráfica. Não foi também encontrada continuidade nas edições seguintes, o que parece indicar que se terá esgotado nesse dia.

A peça, assinada, tem como título *Test-tube baby born to save ill sister*. O acto médico vem assim sobrelexicalizado pelo verbo *salvar*. A notícia, a mais extensa deste conjunto (6800 caracteres) e de 24 curtos parágrafos, articula de modo estreito a narrativa do evento com comentários e enquadramentos de especialistas e do próprio jornal.

A polarização faz-se logo no terceiro parágrafo, na marcação do acto médico com os valores contraditórios de promessa e de preocupação:

Whether or not the transplant works, doctors and ethicist said, the procedure is both a promising and worrisome harbinger of where scientific advances are taking human reproduction in the near future – at least for those who can afford to take that path.

Nos parágrafos seguintes, o comentário interpretativo segue a estrutura binária comum no jornalismo anglo-americano (por um lado/por outro...). A primeira voz pertence aos especialistas, parafraseados e depois citados, focados na terapia:

On the one hand, experts said, that future will be one in which the power of genetics and embryo cell research will lead to novel therapies for incurable diseases (...).

“We knew we were running out of time”, said Charles Strom, director of medical genetics at Illinois Masonic Medical Center, where the genetic testing was done. Now, he said, the girl has an 85 percent to 90 percent chance of being largely free of the marrow disease.

É agora do jornal a voz no contraponto argumentativo, deslocando a questão da doença para a escolha de traços específicos:

On the other hand, the new work also points to a future in which parents will have unprecedented options to choose the traits of their children, for whatever practical or capricious reason they may have.

O jornal antecede assim a voz de outro cientista, Jeffrey Khan, que faz a analogia das escolhas genéticas com as de acessórios de automóvel:

“You could say it’s quickly becoming like buying a new car, where you decided which package of accessories you want,” said Jeffrey Kahn, director of the University of Minnesota’s centre for bioethics. “I suspect that it’s only because we don’t yet have the tests that we’re not having parents asking for embryos without a predisposition to homosexuality or for kids who will grow to more than 6ft tall.”

A este enquadramento inicial que cruza as possibilidades da genética no tratamento de doenças e para escolhas comportamentais, segue-se a narração do acontecimento em foco, com Lisa Nash em posição central e citação das suas emoções no momento do transplante:

“It was the most awesome, monumental experience of our life, yet it was so simple. You’d think there’d be thunderbolts and lightning, but it was calm.”

Quase no final da notícia, apresenta-se nova oposição: este evento é ligado a outro semelhante (geração de um dador compatível para irmã doente), sem manipulação dos genes e confiando-se no factor sorte. O jornal pesquisou e encontrou num passado distante um acontecimento paralelo que usou como enquadramento de contraste.

A peça finaliza de novo com a voz de Charles Strom, o cientista directamente envolvido que desloca o tema do nascimento de Adam para a esfera privada da família:

“People have kids for all kinds of reasons: to save a failing marriage, to work on the family farm, to perpetuate the family name. In the scheme of the things, this is the most wanted child I’ve ever met.”

Temos assim finalizada a estória deste nascimento como uma estória familiar, do foro privado das decisões individuais. O discurso da “preocupação”, enunciado também pelo jornal e a sugestão de que se pode “confiar no destino” como alternativa inscrevem-se neste texto que não refere em momento algum a ausência de regulação para o tratamento genético de doenças.

No dia seguinte, quatro dos jornais observados destacaram o evento como peça principal de página, com um número próximo de caracteres (cerca de 6000). O tema surge na primeira página em três jornais (*DN*, *Guardian*, *El Pais*), nos dois primeiros como manchete apoiada por fotografias das crianças e família, numa ênfase ao interesse humano do acontecimento.

O Quadro I discrimina os títulos das peças publicadas nos jornais do dia 4 de Outubro, a sua localização e género.

Com excepção do título do *Público*, metáfora condensadora de sentido, e do *Monde*, que recorre ao léxico *soigner*, mais restrito ao campo da saúde, os restantes evocam o título original do *WP*. Marca também do jornal francês é o uso do passado e da voz passiva, enquanto nos restantes predomina a voz activa e o presente como reforço da actualidade do acontecimento.

Há nestes títulos dissonância entre sujeito gramatical (*Bebé, un enfant, pareja, parents*) e os sujeitos lógicos que conduziram a acção (médicos, cientistas). Verifica-se pois a tendência para a sobrelexicalização da acção como *salvação* e

Quadro I: Títulos dos jornais (4 de Outubro).

DN	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bebê-proveta fabricado para salvar a irmã (manchete, pág. 1, fotografia) 2. Bebê nasce para salvar irmã de morte prematura (notícia, pág. Ciência e Ambiente)
Público	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bebê salva irmã (notícia breve, pág. Ciência e Ambiente)
El País	<ol style="list-style-type: none"> 1. Una pareja selecciona a un hijo genéticamente para salvar a su hermana con un trasplante (pág. 1, canto inferior direito, sem fotografia) 2. Una pareja selecciona genéticamente a su bebé para salvar con sus células a otra hija (notícia, pág. Sociedad, com fotografia) 3. Los cultivos de células humanas harían innecesaria la procreación destinada a trasplantar tejidos (coment. idem)
Guardian	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parents create baby to save sister (manchete, pág. 1, com fotografia) 2. Parents' 'donor' baby raises ethical worries (continuação, pág. 2)
LeMonde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Un enfant a été créé par fécondation in vitro pour soigner sa soeur leucémique aux Etats-Unis (notícia, pág. Sociedad, sem foto) 2. En France, trois équipes pratiquent le diagnostic pré-implantatoire (caixa)

Fonte: Ponte, 2002

a construção do casal Nash como sujeito principal deste acontecimento em busca de uma solução (Adam, neste caso) para a situação de Molly. Médicos e cientistas de genética, sujeitos fundamentais deste processo, surgem de forma implícita como coadjuvantes do seu objectivo. Com estes processos, valoriza-se a configuração do acontecimento no quadro de uma família em risco de perda, ainda mais do que no título do *WP*.

Vejamos a construção do acontecimento em cada jornal:

O *Público* apresenta neste primeiro dia uma notícia breve ao fundo da página de Ciência, sem citações nem referência de origem. A peça centra-se na descrição do acto médico e a linguagem técnica sustenta o relato factual e cronológico, protagonizado por médicos e de onde estão ausentes como decisores os pais:

Os médicos do Illinois Masonic Medical Centre (IMMC) criaram diversos embriões até encontrarem as células compatíveis com as da pequena Molly Nash, que sofre de anemia de Falconi, uma doença rara de origem genética que pode ser tratada através do transplante de medula óssea. Os médicos criaram diversos embriões “in vitro” a partir de espermatozóides e ovócitos dos pais de Molly e analisaram os genes de uma célula de cada um dos embriões. Depois implantaram no útero da mãe o embrião cujas células eram saudáveis e nasceu um rapaz. Os investigadores recolheram, então, células estaminais do cordão umbilical de Adam e transplantaram-nas para o sistema circulatório da irmã. Aguardam-se agora os resultados da intervenção cirúrgica, feita na semana passada.

Por contraste, o *DN* tratou este caso com redundância. Na primeira página apresenta uma manchete a cobrir mais de três quartos, dominada por uma enorme fotografia de Molly Nash segurando cuidadosamente o irmão (Figura 1), a única fotografia deste conjunto que isola as duas crianças e as coloca em primeiro plano. No interior, na secção de Ciência e Ambiente, o tratamento infográfico é a mais-valia do jornal. O texto, de 21 parágrafos e não assinado, traduz quase literalmente a narrativa do *WP*, que refere. O protagonismo pertence a Lisa Nash e ao cientista responsável pela intervenção, Charles Strom. O caso em contraste é destacado em caixa (*Um precedente com o factor sorte*) e a estrutura binária de comentário do início da peça do jornal norte-americano é deslocada para o final. Recorre-se a esse jornal como dizente de autoridade e a peça termina com a citação metafórica de Jeffrey Khan:

A intervenção, no entanto, não está isenta de críticas, já que, conforme sublinha o *Post*, faz prever um futuro em que os pais terão opções, até agora sem precedentes, para escolher as características que desejam para os seus filhos, qualquer que seja a razão que apresentem – ou um grave problema de saúde, como sucedeu com Lisa e Jack Nash, ou pura e simplesmente um capricho.

“Poder-se-ia dizer que isto está a tornar-se como comprar um carro novo, em que se escolhem os acessórios”, comentou Jeffrey Kahn, director do Centro de Bioética da Universidade de Minnesota. “Suspeito mesmo que, se já houvesse os testes apropriados, teríamos pais a pedir embriões com uma predisposição para a homossexualidade ou para não ultrapassarem, em adultos, o metro e oitenta de altura”, acrescentou. (sic)

Partilhando com o *WP* um estilo jornalístico dominado pela frase curta, a peça do *Guardian* inicia-se na primeira página também com uma fotografia destacada, agora da família Nash (Figura 2). Assinada pelo correspondente em Washington e por um jornalista de Londres, enfatiza o ponto de vista britânico nos seus 25 parágrafos. O caso é logo enquadrado como polémico no início da peça, fundindo-se as possibilidades da genética para tratamentos de doenças e para outras escolhas:

The case, the first of its kind to come to light, is certain to open a fierce debate on the ethics of designing babies with specific genetic traits.

O acontecimento é narrado sumariamente e a maior parte da peça é a convocação de vozes a comentá-lo de modos cruzados, nomeadamente especialistas britânicos.

O relato recorre à descrição científica, com contenção e supressão de efeitos dramáticos e de pormenores da notícia do *WP*. A distanciação é reforçada pelo

Diário de Notícias

www.dn.pt

CRONISTA: MARIO BETHENCOURT PEREIRA | DIRECTOR-GERENTE: ANTONIO PEDRO FERREIRA | PRESSO (NA PÁGINA): 1999 - 818 0000 | ANO 130.º | Nº 148 042 | QUARTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2008

GENÉTICA

Bebé-proveta fabricado para salvar a irmã

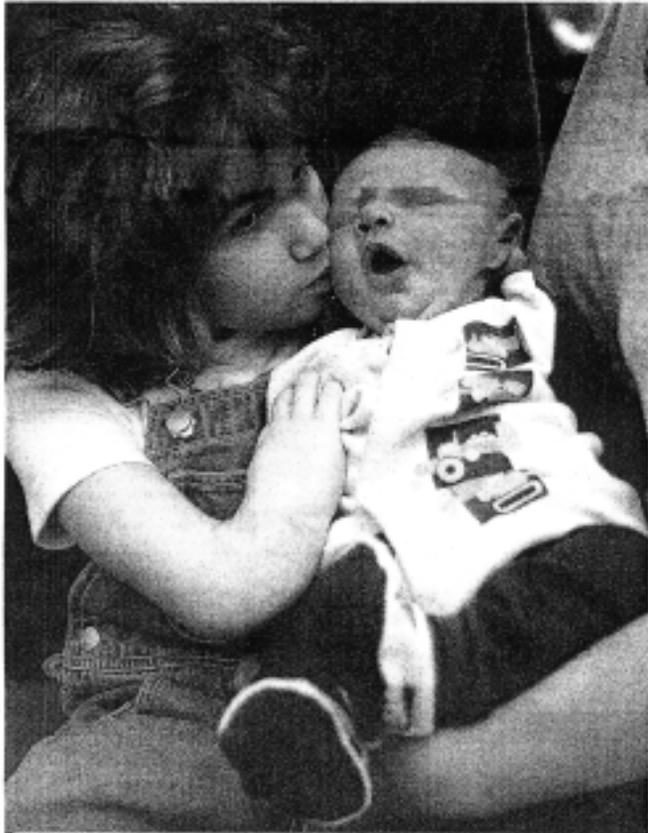
Médicos só debaram desenvolver o embrião por ser totalmente compatível para o transplante



■ Um casal do Colorado, nos Estados Unidos, usou técnicas genéticas para ter um novo filho, produzido com a técnica usada para os bebés-proveta, com um tipo específico de células necessárias para salvar a sua filha de sete anos, que sofre de uma doença hereditária da medula óssea. Trata-se da primeira vez que um casal se tornou conhecido por utilizar um embrião, antes de ter um

Adam, o bebé, nasceu em Denver a 29 de Agosto e o transplante para Moly foi efectuado no dia 26 de Setembro

plantedo no útero da mãe, com esta finalidade. O bebé, chamado Adam, nasceu em Denver, a 29 de Agosto, mas a notícia só agora foi tornada pública. Os médicos recolheram, então, células da sua cordão umbilical, nos procedimentos iniciais, e no dia 16 de Setembro introduziram-nas no sistema circulatório de Moly, de sete anos, a filha do casal em risco de vida. **Página 24**



INÉDITO. Moly, de sete anos, e o irmão Adam fotografados poucos dias antes do transplante da medula óssea

The Guardian EUROPE

Test-tube child designed in US as cell transplant donor

Parents create baby to save sister

Julian Borgeas Washington
and James Mack

Doctors have used genetic screening to select a test tube baby with precisely the right cells for him to act as a donor to his seriously ill elder sister. The case, the first of its kind to come to light, is certain to open a fierce debate on the ethics of designing babies with specific genetic traits.

The procedure, based on a selective form of in vitro fertilisation, could save the life of the six-year-old girl, who is suffering from a rare inherited disorder called Fanconi anaemia, which stops red blood cells from maturing. But it has raised the fear that the technique could be used to create parents to "design" children with a variety of genetic traits.

Known as the rapidly developing genetic selection age, they believe there have been several similar cases which have not been made public.

Many couples with children who inherited diseases face the dilemma of deciding whether to have more babies, knowing that they too could also be born with the disorder. Some have conceived only to abort the fetus as soon as they discovered that it shared the defective gene. In vitro selection offers a less traumatic alternative.

Adam Nash, the baby at the centre of the case reported yesterday, was born on August 26. At his birth, doctors selected cells from his umbilical cord, which were then infused into his elder sister, Mia.

Fanconi anaemia is universally fatal without a transplant, but Mia is believed to have a 50-60% chance of recovering.

Their parents, Lisa and Jack Nash, had a 20% chance of passing on the Fanconi gene to any new child and were afraid of conceiving normally. So they made use of a new technique called *in vitro* genetic diagnosis.

Twelve embryos were created by standard *in vitro* fertilisation and single cells were taken from each of them to test for the Fanconi gene, as well as other measures of compatibility with Mia. Two of the embryos was found to have both these attributes and one of those was considered healthy enough to transfer to Lisa Nash's uterus.

Mrs Nash said she had decided to produce her case because it would help other couples facing the same problem.



Baby Adam Nash with sister Mia, saved by cells from his umbilical cord, and parents Jack and Lisa Nash. Photograph: Bernard Gormon

"We just wanted people to know that the technology was out there," she said. Dr David Viner, a senior consultant paediatric at Great Ormond Street children's hospital in London, said he believed the British case was a rare instance in which designing a child to be a donor was ethically justified. "In this case, hopefully, you're going to end up with two children who Page 2

Figure 2 - The Guardian

tratamento formal utilizado para com Lisa Nash (*Mrs. Nash*). O médico britânico Paul Veys, especializado em transplantes, largamente citado, reenquadra o evento na problemática da concepção de crianças dadoras em geral, mas o retorno ao caso do Colorado marca a parte final.

Na última parte da notícia amplia-se o debate, com o jornal a apagar-se como voz e a distribuir as outras vozes (*he said, she said*). Encontramos de novo a crítica de Jeffrey Kahn e a sua metáfora das escolhas. Lisa Nash é colocada em posição de defesa:

Mrs. Nash rejected the suggestion that she may have opened a genetic Pandora's box:

"I'm not forcing this on anyone, just as I don't want anyone else to force their views on me. I just wanted to do what was best for my family", she said.

Cabe a Paul Billings, fundador de uma empresa de pesquisa genética, a citação final que aponta a não regulação nesta matéria e a sua colocação na esfera das famílias:

"There is a danger we are making a mountain out of a personal tragedy. I don't think that people are going to rush to IVT treatments, which are an alienating and expensive procedure..."

As long as this family loves the child, then we should stay out of their business."

A peça encerra assim de forma semelhante à do jornal norte-americano, na colocação do problema como do foro privado.

No *El Pais*, o acontecimento surge discreto na primeira página, sem fotografia, e é o conteúdo principal da página 32 da secção Sociedade, articulado em duas peças inseridas num filete (Figura 3), não assinadas mas sinalizadas como provenientes da redacção de Madrid.

A primeira, com fotografia de família, privilegia a narração e a descrição do evento do Colorado, enquadra a informação no contexto jurídico europeu e particulariza a regulação espanhola. O texto, em 9 parágrafos, é parco em citações, apenas a do Charles Strom, no início, e a de Lisa Nash, no final.

Ao lead de resumo que condensa informação dispersa da notícia primeira, segue-se a voz de Strom:

"La gente tiene hijos por todo tipo de razones: para salvar un matrimonio fallido, para trabajar en la granja familiar, para perpetuar sus apellidos. Así las cosas, éste es el niño más deseado que he visto en mi vida."

A citação que finaliza a notícia do *WP* abre então aqui o corpo da notícia, em discurso directo, propondo o enquadramento familiar. A narração do

Una pareja selecciona genéticamente a su bebé para salvar con sus células a otra hija

El trasplante, realizado en EE UU, permite atajar una enfermedad mortal de la sangre

EL PAÍS, Madrid. Una pareja de Colorado (EE UU) decidió el año pasado someter a un test genético a los 15 embriones que había elaborado por fecundación in vitro para seleccionar entre

ellos a aquel que, una vez nacido, podría servir como donante de células para otra hija de sus hijos que tenía una enfermedad mortal. El niño, llamado Adam, nació el pasado 29 de agosto. Las células obteni-

das de su cordón umbilical se trasplantaron a su hermana, Molly, el 26 de septiembre en el Hospital Universitario de Pittsburgh (Pensilvania). La niña tiene ahora un 90% de probabilidades de curarse.

Charles Strom, director de genética clínica del Centro Médico de Medicina del Embrion, donde se realizaron las pruebas genéticas a los embriones, ha justificado el procedimiento en estas declaraciones a The Washington Post: "La gente tiene hijos por todo tipo de razones para tener un matrimonio feliz, para trabajar en la propia familia, para perpetuar una apellido. Así las cosas, esto es el niño más asociado que la vida en sí vida".

Aunque hay algún precedente de parejas que deciden tener un segundo niño para ser el, pero como una medida de reserva de células para su hermano mayor, el caso de Colorado supone, que si se sabe, la primera vez que una pareja decide seleccionar genéticamente a sus embriones para implantar en el útero aquí con las características ideales para servir de donante. En una semana, los médicos de Minneapolis se burlan con seguridad si las células se han implantado de forma estable.

La niña, Molly Nash, sufre una enfermedad genética de la médula ósea llamada anemia de Fanconi. La médula ósea produce normalmente las células de la sangre, incluidos los glóbulos rojos que transportan el oxígeno de los pulmones a los órganos, y los linfocitos (glóbulos blancos) responsables del sistema inmune. Los niños con la enfermedad de Fanconi padecen anemia, defectos de coagulación sanguínea y graves anomalías físicas, y rara vez sobreviven más allá de los cinco años. El único tratamiento que puede salvarlos es un trasplante de células de un donante genéticamente compatible.

Los padres de Adam y de Molly, Lisa y Jack Nash, son ambos portadores de la mutación genética responsable de la anemia de Fanconi. Levantó la mutación en su cromosoma, pe-



Molly Nash y el pequeño Adam, junto a sus padres, el mes pasado. (1)

ro no padecen la enfermedad porque el otro cromosoma aporta el gen normal. Con estos padres, una cuarta parte de los hijos (aquellas que heredan los dos genes mutados) sufren, en promedio, la dolencia. Esta es el caso de Molly.

Reconocida previa

Los Nash habían reconocido a tener un segundo hijo por tener a que padeciera también la anemia hasta que, hace unos años, tuvieron noticia de una técnica que permitía est-

arlo. La técnica consiste en producir varios embriones por fecundación in vitro y dejarlos desarrollarse en placas de laboratorio hasta que cada uno tiene varias células. Los investigadores toman luego una sola célula de cada embrión (lo que no provoca ningún daño) y examinan sus genes para ver si contienen la mutación. Luego implantan en la madre un embrión que no contenga mutaciones.

Este tipo de selección se acepta en la mayoría de los países occidentales cuando se-

ta destinada a evitar enfermedades genéticas en los propios hijos. En algunas está permitida por la Ley de Reproducción Asistida. La pareja Nash empezó a usar la técnica con este objetivo, lo que no tiene nada de particular. En los últimos años hicieron tres intentos fallidos. Finalmente, el año pasado, obtuvieron 15 embriones por fecundación in vitro y los médicos los examinaron no sólo para determinar si estaban libres de la mutación de la anemia, sino también para ver si eran genéticamente compatibles con su hija Molly. De los 15 embriones, sólo uno cumplían ambas condiciones. La pareja dijo implantar en la madre uno de tres de embriones.

Células madre

Nueve meses después, el 29 de agosto pasado, nació Adam sin problemas. Los médicos extraen células de su cordón umbilical y la semana pasada, las injertaron en la sangre de Molly. Se sabe que el cordón umbilical contiene células madre capaces de alojarse en la médula ósea del receptor. Allí se dividen indefinidamente, al igual que las células normales de la médula ósea, y pueden producir continuamente todos los tipos celulares de la sangre, como los glóbulos rojos y los linfocitos.

La madre, Lisa Nash, ha declarado a The Washington Post que, mientras las células purificadas del cordón umbilical pasaban a través de su tubo de plástico al interior del cuerpo de la niña, "Molly se sentía a Adam en su regazo". La madre añadió: "Ha sido la experiencia más impresionante y emocional de nuestra vida, y sin embargo, ha resultado tan simple... Una habitación pensada que iba a haber ruidos y truenos, pero todo fue muy tranquilo".

Los cultivos de células humanas harían innecesaria la procreación destinada a trasplantar tejidos

EL PAÍS, Madrid. En un acuerdo, la Comisión de Lisa y Jack Nash puede considerarse imposible desde un punto de vista ético y legal. Los dos miembros de la pareja de Colorado son portadores de una enfermedad genética mortal para la cuarta parte de sus hijos. La misma técnica que la medicina ha puesto a su servicio para evitar esa transmisión hereditaria ha permitido seleccionar de entre 15 embriones, el que además podría salvar a su primera hija mediante un trasplante de células de cordón umbilical.

Una vida podía salvarse, y nadie estaría dañado.

Pero, en otro acuerdo, el procedimiento va más allá que sea técnica alternativa que ha resultado un reducida salud, al menos en muchos casos los conservadores, la generación de embriones destinados precisamente a obtener células para trasplantar.

En una última caso, los embriones, en lugar de implantarse en un útero, se destruirían en los pocos días para extraer de ellos las células necesarias. Es esa destrucción la que parece

resolver los mayores problemas éticos. Pero, en el caso de Colorado, ¿cómo se supone que va a ser el destino de los 14 embriones que no han superado el test genético? La mayoría de ellos serían embriones genéticamente sanos, descendientes de los padres portadores. ¿Por qué algunos que esos embriones pueden ser congelados en tanques de nitrógeno líquido hasta que se desee a una pareja oírlos?

Parece claro que la pareja Nash quería tener un segundo hijo en cualquier caso, pero nada garantiza que otros parjes

no vayan a usar la estrategia de selección genética con el único objetivo de procurarse un bebé que sea de óptimo cuando naciera.

En los estos problemas pueden evitarse con las técnicas de obtención de células madre a partir de células de no implantados de pocos días, actualmente prohibidas en todos los países salvo en el Reino Unido y en Estados Unidos. Los legisladores ya tienen ante sí un nuevo dilema: ¿Se permite generar 13 embriones y un bebé para obtener unos cuantos células?

acontecimento é acompanhada pela descrição da doença e o historial deste caso. Condensa-se informação sobre o processo de reprodução assistida, privilegiando a descrição e a explicação e combinando o registo científico com a sua vulgarização (informação complementar e entre parentesis). A narrativa encerra com as palavras da mãe, num “final feliz”:

La madre, Lisa Nash, ha declarado a *The Washington Post* que, mientras las células purificadas del cordón umbilical pasaban a través de un tubo de plástico al interior del cuerpo de la niña, “Molly sostenía a Adam en su regazo.” La madre añadió: “Ha sido la experiencia más impresionante y monumental de nuestra vida y sin embargo, ha resultado tan simple... Una hubiera pensando que iba a haber rayos e truenos, pero todo fue muy tranquilo.”

Esta notícia, essencialmente narrativa e descritiva e centrada exclusivamente na doença e no seu tratamento, é complementada por outra peça da redacção, seu contraponto, contextualizando e questionando o procedimento científico:

En un sentido, la decisión de Lisa e Jack Nash puede considerarse impecable desde un punto de vista ético y legal (...). Pero, en otro sentido, el procedimiento va más allá que una técnica alternativa que ha suscitado un rechazo radical, al menos en sectores conservadores: la generación de embriones destinados precisamente a obtener células para transplantes.

As palavras finais são mesmo de interpelação directa aos responsáveis públicos:

Los legisladores ya tienen ante sí un nuevo dilema: Es sensato generar 15 embriones y un bebé para obtener unas cuantas células?

A cobertura do *El País* separa assim dois discursos noticiosos: um focado no acontecimento médico, num registo narrativo-explicativo, outro questionando o tratamento e a falta de regulação. O conhecimento das opções científicas sugere que o jornal dispõe de profissionais conhecedores desta matéria.

O *Le Monde* trata o caso na página 14 da secção Sociedade (Figura 4), sem ilustração, numa peça de 8 parágrafos complementada por uma caixa. O resumo introduz a construção paralela marcada pela diferenciação dos territórios:

Aux Etats-Unis, une fillette atteinte d’une forme de leucémie a reçu, il y a quelques jours, une greffe de cellules provenant du cordon umbilical de son frère. Ce dernier a été créé à cette fin et sélectionné à partir de la technique du “diagnostic pré-implantaire”. En France, où trois équipes hospitalières peuvent poser ce diagnostic, les lois de bioéthique n’autorisent pas de telles pratiques.

Un enfant a été créé par fécondation in vitro pour soigner sa sœur leucémique aux Etats-Unis

Cette première relance le débat sur l'utilisation de la génétique

Aux Etats-Unis, une fillette atteinte d'une forme de leucémie à 18 mois, il y a quelques jours, une greffe de cellules provenant du cordon ombilical

de son frère. Ce dernier avait été créé à cette fin et sélectionné à partir de la technique du « diagnostic pré-implantatoire ». En France, où trois

équipes hospitalières peuvent poser ce diagnostic, les lois de bioéthique n'autorisent pas de techniques.

LA TECHNIQUE génétique dite « diagnostic pré-implantatoire », pour la première fois, été mise en œuvre pour sélectionner un embryon humain afin de tenter, à partir d'une greffe de cellules de ses cellules, de soigner sa sœur atteinte d'une forme de leucémie. Si cette première œuvre de nouvelles perspectives thérapeutiques, elle relance aussi la controverse sur l'usage pouvant ou non être fait d'une technique qui pose qu'elle concerne un ou des embryons sur des critères génétiques, laisse craindre de possibles dérives eugéniques.

Révélateur par le *Washington Post* dans son édition du 3 octobre, cette tentative concerne un couple américain vivant dans l'Etat de Colorado. Lisa et Jack Nash sont les parents d'une petite fille, Molly, âgée de six ans et souffrant d'une variété de Fanconi, forme grave de leucémie nécessitant le recours à une greffe de certaines cellules souches capables de régénérer la moelle osseuse et ainsi de reconstruire ses lignées de cellules sanguines.

L'absence de Fanconi est une maladie héréditaire caractérisée par une série de troubles hémato-logiques (due à la diminution progressive du nombre des différents cellules sanguines), une prédisposition à certains processus cancéreux et diverses anomalies osseuses. Pour les spécialistes médicaux, le cas de Molly correspondait précisément à une thérapie génique mise au point à la fin des années 1980 et qui consiste à greffer chez l'enfant malade des cellules souches présentes dans le cordon ombilical au moment de la naissance d'un enfant dont le système immunitaire est compatible avec celui du malade. La première tentative de ce type avait été réalisée avec succès grâce

à l'étroite collaboration entre une équipe américaine de chercheurs travaillant à Indianapolis et une équipe française dirigée, à l'hôpital Saint-Louis de Paris, par le professeur Elisee Gluckman (Le Monde du 5 décembre 1999). Cinq ans plus tard il s'agit d'une thérapie génique bien codifiée qui, selon les médecins américains auxquels se sont adressés les parents de Molly, offre près de 90% de chance de survie. La thérapie génique qui a été mise

la fraction ovarienne suivie d'un prélèvement d'ovocytes et de fécondations in vitro afin de pouvoir mettre en œuvre la technique génétique du diagnostic pré-implantatoire. Concernant son expérience lors d'une conférence de presse, mardi 3 octobre, Lisa Nash a expliqué qu'elle avait eu la sensation « d'être le bon moment pour » et qu'elle « allait avoir Molly contre vents et marées. » Les biologistes de la reproduction

aujourd'hui toujours hospitalière et, selon un porte-parole de l'établissement hospitalier, en savaient dans les deux semaines à venir si l'intervention est une réussite. Si tel n'était pas le cas, une greffe de cellules prélevées sur le corps d'Adam, pourrait être envisagée, a précisé le porte-parole.

« Ce travail est très excitant, a déclaré le docteur Wary Verlindey, spécialiste de génétique à Chicago. C'est un cas unique. L'embryon a été choisi non seulement parce qu'il était libre de toute mutation génétique, mais aussi parce qu'il était le meilleur donneur possible. Cette technique nous donne la possibilité de prévenir un certain nombre d'affections mortelles chez des enfants par le biais de transfusions en provenance de cellules prélevées sur des embryons bien portants. » Selon le docteur Verlindey, d'autres parents ont, aux Etats-Unis, d'ores et déjà demandé à ce que l'un de leurs enfants puisse bénéficier d'une telle thérapie.

A ceux qui s'inquiéteraient de telles avancées et de l'usage qui peut désormais être ainsi fait d'embryons humains conçus et sélectionnés dans l'intime but de soigner un enfant malade, le docteur Verlindey se veut rassurant. Pour lui, cette méthode ne doit pas être frayée, ne serait-ce que parce que la technique du diagnostic pré-implantatoire est, depuis plusieurs années déjà mise en œuvre pour prévenir la naissance d'enfants atteints de certaines maladies génétiques. « Nous ne sélectionnons pas des embryons sur nous, nous sommes livrés en fait à diagnostiquer des anomalies, a-t-il expliqué, qu'il ne faut pas avoir la référence au après celle-ci, il n'y a pas de différence. »

Jean-Yves NAU

En France, trois équipes pratiquent le diagnostic pré-implantatoire

Autorisée, sous certaines conditions, par les lois de bioéthique du 29 juillet 1994, la technique du diagnostic pré-implantatoire (DPI) n'a en pratique commencé à être mise en œuvre en France qu'en 1998. Seules trois équipes, travaillant en étroite collaboration, ont été autorisées à faire de tels diagnostics : celles des établissements hospitalo-universitaires de Strasbourg, de Necker-Clamart et, tout récemment, de Montpellier. Le DPI est aujourd'hui réservé aux maladies génétiques « d'une particulière gravité » et « reconnues comme inséparables ». Il concerne par l'essentiel la mucopolysaccharidose, certaines myopathies et certaines formes de retard mental mais les spécialistes français commencent à être confrontés à des demandes du type de celle à laquelle leurs confrères américains ont déjà répondu favorablement.

en œuvre par l'équipe dirigée par le docteur Charles Ström, directeur du département de génétique médicale à l'Illinois Masonic Medical Center, constitue une première, ce ce sera que le docteur n'était pas un enfant compatible doit en a utilisé les cellules du cordon ombilical, mais un enfant conçu par fécondation in vitro et que l'on a implanté dans l'utérus de Mrs Nash au moment de sa caesarienne génétique. En d'autres termes, on a proposé aux parents de Molly, couple fertile, d'avoir recours à une technique d'assistance médicale à la procréation (une stimulation de

tion ont pu observer quinze embryons issus de ces cellules souches des parents de Molly. Parmi eux, deux présentaient, aux yeux des généticiens, les meilleures caractéristiques pour devenir des donneurs. C'est l'un de ces deux embryons qui, après son implantation et son développement intra-utérin, a donné la naissance de petit Adam, le 29 août. Un mois plus tard, le 26 septembre, les cellules provenant de cordon ombilical d'Adam ont été injectées dans la circulation sanguine de Molly par une équipe médicale de l'hôpital universitaire Fairview (Baltimore). Molly est

Tal como o *El Pais*, também este jornal cita o *WP* como fonte da notícia. Opta pelo confronto da situação norte-americana e francesa neste campo e convoca também em *lead* a aproximação entre este tratamento e “possíveis derivas eugenistas”.

A estrutura frásica da peça é complexa, a informação condensada em períodos longos, numa marcação de distância face à linguagem médica (uso de aspas), com conceitos que se pressupõem do conhecimento do leitor (eugenismo), contextualização do historial deste tipo de pesquisas em França (e auto-referindo-se, *Le Monde du 6 décembre 1989*) e preocupação de explicar a novidade deste caso (*en d’autres termes*).

Num texto parco em citações, elas vão para Lisa Nash e para um especialista de genética de Chicago, Yury Verlinsky. Da primeira lê-se:

Lisa Nash a expliqué qu’elle avait eu la sensation “d’être la lionne défendant sa portée” et que elle “allait sauver Molly contre vents et marées.”

As primeiras palavras de Verlinsky são o carácter “excitante” da intervenção. Em ambas as citações, fica a sugestão de apreciações de intervenientes marcadas pela emoção.

Dirigindo-se directamente aos seus leitores, o jornal encerra a peça principal com alguma ironia, com as palavras do investigador de Chicago, que se coloca numa perspectiva estrita de intervenção médica:

A ceux qui s’inquièteraint de telles avancées et de l’usage qui peut désormais être ainsi fait de l’embryons humaines conçus et sélectionnés dans l’unique but de soigner un enfant malade, le docteur Verlinsky se veut rassurant. Pour lui, cette méthode ne doit pas effrayer, ne serait-ce que parce que la technique du diagnostic pré-implantatoire est, depuis plusieurs années déjà mise en oeuvre pour prévenir la naissance d’enfants atteints de certaines maladies génétiques. “Nous ne fabriquons pas des embryons sur mesure, nous sommes juste en train de diagnostiquer des maladies, a-t-il expliqué. Qu’on le fasse avant la naissance ou après celle-ci, il n’y a pas de différence.”

A cobertura informativa do *Monde* constitui-se assim como relato comentado do jornal ao acontecimento médico, descrevendo-o, explicando-o e enquadrando-o no contexto francês, numa peça que revela conhecimento dessa situação por parte do jornalista seu autor.

Um dia depois, a 5 de Outubro, o tratamento do tema manteve-se nestes jornais, excepto no *Monde*.

Encontramos agora nos dois jornais portugueses a inquirição e o comentário sucinto de especialistas a este caso: *Quantas vidas vale uma vida?* é o título da notícia do *Público*; *O bebé de todas as polémicas* é o da notícia semelhante do DN,

com este a formular a pergunta *Pais devem escolher características dos filhos?*, no seu inquérito da página 3, enquadrada aqui nas possibilidades de escolhas parentais em geral e não na intervenção da genética para fins médicos.

O *Guardian* e *El País*, além da continuidade do caso Nash e de notícias de situações envolvendo selecção de embriões (evitar transmissão de doenças, desejo de escolha do sexo da criança por parte dos pais) que assim ganharam notoriedade, apresentam este caso nos seus editoriais, de estrutura semelhante (uma página diária, cobrindo em regra mais de um tema de actualidade).

Ambos os editoriais sublinham o sentido do acontecimento pelo uso comum da palavra dilema (*Grave moral dilemmas, Embrión de un dilema*) e pugnam pela necessidade de uma regulação pública desta matéria. Fazendo o ponto de situação sobre o desenvolvimento científico neste campo, o editorial de *El País* salienta que é difusa a fronteira entre análises genéticas para prevenir embriões dotados de mutações genéticas e análises para escolha de características gerais. Conclui que na inexistência de uma regulação pública, as clínicas privadas não perderão tempo com as suas ofertas. Por sua vez, o editorial do jornal britânico considera que este caso, como a então recente disputa do destino das siamesas de Manchester, desencadeou dilemas morais, problemas filosóficos dos tempos modernos que urgem ser discutidos e repensados e que estão a ficar indelevelmente atrasados em relação ao avanço da ciência. Para além do comentário, ambos interpelam assim directamente os decisores e o poder político.

Conclusões

Este foi um caso da quase impossível construção de um evento fora da sua problemática (o que foi feito contudo na notícia breve do *Público*, centrada no acto médico). A publicitação do nascimento de Adam, no exclusivo do *WP*, foi um “cabide noticioso” que os jornais agarraram de forma diferente. No primeiro dia, os jornais portugueses não enquadraram o acontecimento no contexto nacional, ao contrário dos restantes. O *Guardian* recorreu a figuras de autoridade, especialistas britânicos de campos diferentes. O *Monde* e o *El País* foram mais longe no tratamento pelos seus profissionais e no enquadramento da notícia do *WP* do ponto de vista científico, jurídico e ético ancorado na realidade do país.

Se predominou a emoção da “grande promessa” e a tónica nas decisões individuais, encontramos também o discurso da “preocupação”. Será na variação da ênfase à narração ou à explicação e comentário distanciado que se observa a maior divergência destes dois pólos. Entre as peças informativas desenvolvidas da imprensa europeia com base na notícia do *WP*, é no confronto entre o *Diário de Notícias* e o *Le Monde* que essa diferença é maior, entre a narração e o tratamento afectivo e de proximidade com a família Nash, do primeiro, e o

tratamento distanciado do segundo, marcado por uma linguagem de explicação e de contextualização a partir da situação francesa.

Em várias peças, a começar pela do *Washington Post*, a informação acompanha comentários do jornal e recorre a especialistas com posições antagónicas, numa realização do “ritual estratégico” da objectividade (Tuchman, 1971). Singulariza-se o *El País* e o *Le Monde* que privilegiam o enquadramento da doença deste caso e se apresentam eles próprios como apreciadores críticos da solução encontrada.

Sublinhamos também a relevância do parágrafo final em todas as peças informativas, sempre uma citação, sempre uma escolha de uma voz e da sua perspectiva. Como pudemos apreciar, as citações variaram no seu sentido, propondo cada qual uma “moral” possível de enquadrar de novo a leitura da peça. Neste caso, a eliminarem-se esses parágrafos, os textos seriam afectados no seu sentido.

A par das imagens de Molly e Adam Nash, emergem as vozes de Lisa Nash, a mãe lutadora, Charles Strom, o director do Centro que realizou a intervenção, e Jeffrey Kahn, bioético preocupado com a abertura de vias a outras escolhas. O elo narrativo do *herói*, *objecto*, *coadjuvante* e *oponente* emerge assim nesta cobertura essencialmente apresentada nos jornais anglo-americanos (enquadramento seguido e potenciado pelo DN) como problema do foro familiar.

No dia seguinte à primeira notícia nos jornais europeus, será nos que dispõem de um editorial diário e aberto a temas de actualidade, o *Guardian* e o *El País*, que encontramos a maior perspectivização deste matéria de ciência como problema social de actualidade.

Com os limites de uma análise reduzida a um número escasso de peças e centradas num único evento, parece-nos contudo ser possível sublinhar a atracção pela “estória exemplar” e pela “grande promessa”, com maior contraponto e distância em redacções com jornalistas conhecedores deste campo da ciência genética, capazes de responderem com rapidez à informação de base e de a re-enquadrarem. Salientamos também neste caso que o modelo hegemónico anglo-americano (como o texto curto, de leitura rápida e estilo directo, foco na informação dos “factos” e no ritual da audição de especialistas com posições antagónicas) encontra diferenças nos tratamentos desenvolvidos nos dois jornais latinos (*Le Monde* e *El País*), com uma escrita mais complexa e maior ênfase na explicação e na contextualização. Se estes contrastes não contradizem a existência de uma cultura profissional com grandes afinidades, convidam também a observar as diferenças e a reflectir sobre o tipo de conhecimento social estimulado por cada escolha noticiosa.

Para Allan Bell (1991: 174), há ainda muito a aprender sobre as características das estruturas das notícias, o que distingue as estórias num jornal de qualidade

ou popular, as notícias de desporto em relação às notícias gerais. Podemos acrescentar que também as notícias de ciência constituem um território a estudar, onde a simples dramatização e a canalização para o “interesse humano” pode constituir uma limitação à necessária contextualização e problematização política, cultural e social das questões na esfera pública.

Nota

Agradecemos aos jornais *Diário de Notícias*, *El País*, *Le Monde* e *The Guardian* a autorização para reproduzirmos as suas páginas.

Bibliografia

- Bell, A. (1991). *The Language of News Media* (5ª ed.). Oxford: Balckwell Publishers lda, 1996.
- Conrad, P. (1999). A Mirage of Genes. *Sociology of Health and Illness*, 21(2), 228-241.
- Fowler, R. (1991). *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press* (3ª ed.). London: Routledge, 1994.
- Glasner, P. (2000). Reporting Risks: Problematising Public Participation and the Human Genome Project. In S. Allan & B. Adam & C. Carter (Eds.), *Environmental Risks and the Media* (pp. 130-142). London: Routledge.
- Hughes, H. (1936). The Lindbergh Case: a Study of Human Interest and Politics. *The American Journal of Sociology*, XLII, 32-54.
- Kitzinger, J., & Reilly, J. (1997). The Rise and the Fall of Risk Reporting. *European Journal of Communication*, 12(3), 319-350.
- MacIntyre S (1997). Social and psychological issues associated with the new Genetics. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B – Biological Sciences* 352 (1357): 1095-1101 Aug 29 1997.
- Ponte, C. (2002). *Quando as crianças são notícia. Contributo para o estudo da noticiabilidade na imprensa escrita de informação geral (1970-2000)*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa (não publicada).
- Schudson, M. (2000). The Sociology of News Production Revisited (Again). In J. Curran & M. Gurevitch (Eds.), *Mass Media and Society* (pp. 175-200). London: Arnold.
- Tuchman, G. (1971). A objectividade como ritual estratégico. In N. Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'* (pp. 74-90), Lisboa, Vega, 1993.
- van Dijk, T. A. (1988). *News Analysis: Case Studies of International and National News in the Press*. London: Lawrence Elbaum Ass.

Presidenciais 2001:

temas e vozes na cobertura jornalística da campanha eleitoral¹

Estrela Serrano

Escola Superior de Comunicação Social

Resumo:

Os estudos realizados, nomeadamente nos EUA e no Reino Unido, sobre a cobertura jornalística de campanhas eleitorais sugerem que os media noticiosos cobrem as campanhas como uma competição entre jogadores, privilegiando as disputas entre candidatos e as estratégias eleitorais, enquanto relegam para segundo plano temas fundamentais para a vida dos cidadãos. Baseado na análise das notícias sobre a campanha eleitoral para as eleições presidenciais realizadas em 2001, em Portugal, este estudo revela que não existe uma diferença entre os textos publicados nos media impressos e os noticiários televisivos, relativamente aos temas seleccionados pelos jornalistas e à sua hierarquização. Assim, em todos os media analisados, as estratégias eleitorais e os actos de campanha foram privilegiados pela cobertura jornalística, em detrimento dos temas de substância e da personalidade dos candidatos.

Palavras chave:

Portugal; Política; Campanhas Eleitorais; Presidente da República; Imprensa; Televisão.

1. Introdução

Durante a última campanha para as eleições presidenciais em Portugal – realizadas em Janeiro de 2001 – reacendeu-se o debate sobre um alegado desinteresse dos cidadãos na democracia representativa e, conseqüentemente, sobre os previsíveis níveis de abstenção que viriam a atingir 49,09%. Surgiram, então, algumas vozes que atribuíam aos media uma quota-parte da responsabilidade no abstencionismo e o próprio Presidente, após a reeleição, mencionou os media e o seu papel na democracia como um tema relevante do seu segundo mandato.

Essas preocupações vão no sentido de estudos feitos principalmente nos EUA e no Reino Unido sobre a cobertura jornalística de campanhas eleitorais,

cujos resultados coincidem, em quase todos eles, no facto de os media cobrirem as campanhas como se tratasse de uma competição entre jogadores, com as disputas entre candidatos e as estratégias eleitorais a relegarem para segundo plano temas tidos como fundamentais para os cidadãos. Segundo esses estudos, o tipo de cobertura jornalística efectuado contribui para o descrédito da política e dos políticos e, conseqüentemente, para o enfraquecimento da democracia.

Blumler e Gurevitch (1995) referem-se ao enfraquecimento da confiança nas normas da cidadania, considerando que as táticas usadas nas campanhas eleitorais surgem cada vez menos atractivas. Segundo estes autores, essas táticas conjugadas com o estilo “cão de guarda” que caracteriza o jornalismo anglo-saxónico levam à personalização, dramatização e a um estilo de notícias centrado em trivialidades. Os argumentos políticos são, nesta perspectiva, muitas vezes, reduzidos a *slogans* e o cinismo aumenta, o que tem conduzido ao desinteresse do público pela comunicação política. Estes autores consideram que a crise da comunicação política tem origem sistémica, apontando, pelo menos, dois processos que podem contribuir para essa crise: o primeiro, “societal”; o segundo, mais especificamente relacionado com a evolução do sistema de comunicação política.

De entre os traços mais dominantes apontados pelos autores a dissolução dos laços tradicionais é um dos mais importantes. As instituições que antes organizavam o sentido, a identidade e a autoridade, estruturavam as preferências políticas e simplificavam os processos de procura de poder – em especial os partidos políticos, a família nuclear, os vizinhos e os grupos sociais de classe – perderam relevância e influência. Em seu lugar, desenvolveu-se uma sociedade mais complexa e fragmentada, repleta de múltiplos grupos de interesse e de valores contraditórios (Luhmann, 1975; Swanson e Mancini, 1995, citados pelos autores). Estas transformações foram acompanhadas por uma mobilidade acelerada, não apenas geográfica, ocupacional e social, mas também psíquica – através de atitudes culturais e valores, opções de vida, identidades sociais, declínio do consenso – conduzindo a um crescente uso da comunicação como meio de participar em comunidades imaginadas. Nestas condições, governar torna-se mais difícil; o apoio popular é mais contingente e uma efectiva comunicação torna-se mais vital.

Por outro lado, o papel desempenhado pelos media na política também evoluiu. No último quarto de século, os media passaram gradualmente de um papel de reportar a política ou sobre a política, a partir do exterior, para um papel de participantes activos, influenciando uma parte importante do processo político. Este tipo de intervenção é especialmente visível durante as campanhas eleitorais, uma vez que as funções políticas dos media – e especialmente da televisão – assumem grande visibilidade e significado durante esses períodos

de intensa comunicação. Tomados em conjunto, estes desenvolvimentos resultaram numa crescente dependência dos políticos e dos votantes, dos media e das mensagens que eles fornecem.

A cobertura jornalística de eleições nem sempre se revestiu das formas que a caracterizam hoje. Patterson (1994) cita um trabalho de Kristi Andersen e Stuart Thorson sobre a cobertura das eleições presidenciais americanas de 1896, 1928, 1960 e 1984, onde os autores referem que os discursos dos candidatos eram um traço marcante da cobertura das três primeiras dessas eleições, especialmente em 1896 e 1928. As declarações dos candidatos constituíam, então, o essencial das notícias. Segundo os autores, uma notícia podia começar com um parágrafo ou dois sobre a dimensão e o “clima” da assistência, mas a “estória” consistia, principalmente, em longas citações dos discursos dos candidatos, não existindo, praticamente, nenhuma análise sobre a estratégia dos candidatos. As notícias enquadradas como “jogo” eram abundantes mas surgiam em textos separados e muitas dessas opiniões provinham de líderes partidários. Segundo o referido estudo, na eleição presidencial de 1960 a estratégia dos candidatos tornou-se a parte mais importante das notícias mas a sua discussão surgia em artigos de análise. Na altura das eleições de 1984, o formato “jogo” dominava já a maioria das notícias. Para os autores, comparativamente às três eleições anteriores, em 1984 a cobertura dos discursos dos candidatos ocupava, apenas, uma pequena parte das notícias. Os artigos tratavam os eventos que envolviam as várias partes, colocando-as em conjunto como se os candidatos estivessem envolvidos num debate directo. Este tipo de notícias era, praticamente, ausente em 1896 e 1928, constituindo uma pequena parte em 1960.

Em 1984 a mudança foi enorme. Os candidatos possuíam menos *chances* de falar por si próprios, os eventos eram comprimidos e sintetizados, os repórteres questionavam as actividades dos candidatos e atribuíam-lhes, frequentemente, intenções estratégicas. Referindo-se ao caso americano que considera único, Patterson (1980, 1994) assinala a transformação das eleições numa forma de comunicação centrada nos jornalistas e nas questões de estratégia. A justificação para esta situação, encontra-se, para o autor, não apenas nos media mas também na natureza das campanhas modernas. Em sua opinião, apesar dos candidatos falarem de assuntos de substância preocupam-se mais com a imagem, adaptando-se aos formatos mediáticos. O autor afirma que a necessidade de atrair a atenção dos media, e através deles o apoio dos votantes, levou à profissionalização da produção e disseminação das mensagens políticas, pelo que as campanhas eleitorais são, crescentemente, conduzidas e controladas por consultores de comunicação e directores de campanha.

Também P. Bourdieu (1996) refere que os jornalistas organizam a informação – sobretudo os debates – não apenas durante períodos eleitorais – como um

jogo em que os intervenientes desempenham papéis que os conduzem a vitórias ou derrotas, exercendo o jornalista o papel do árbitro.

Por seu turno, Weaver (1975/1993) considera que a probabilidade de existir afastamento e cinismo por parte do público, relativamente às eleições, é maior quando a agenda da campanha é controlada pelos políticos ou pelos media sem a intervenção real dos cidadãos. Sabato (1992), afirma que o estilo *horse race* e o “jornalismo de ataque” praticado nos EUA, em períodos eleitorais, influencia não só os candidatos mas, também, o público. Este autor considera que a visão do público sobre a política – optimista ou pessimista, idealista ou cínica – é, em certa medida, um produto da informação divulgada pelos media. Esse tipo de jornalismo tem, segundo Sabato, efeitos substanciais e cumulativos no sistema político americano, não apenas no tipo de assuntos discutidos nas campanhas mas, também, nos tipos de pessoas atraídas para a disputa eleitoral.

Os investigadores americanos Sigelman e Bullock (1991/2000) analisaram a cobertura jornalística das campanhas presidenciais americanas nos cinco jornais de maior circulação, de 1888 a 1988, em períodos com intervalos de 20 anos correspondentes a três épocas: “era da imprensa escrita”, “era da radio” e “era da televisão”. Os autores procuraram apurar a evolução da cobertura jornalística nas diferentes épocas, tendo obtido dados significativos, entre os quais se nota a existência de uma ligeira mas progressiva diminuição da cobertura de aspectos relacionados com o carácter dos candidatos; o lento mas crescente peso dos temas de interesse público na cobertura das campanhas e o predomínio das actividades de campanha dos candidatos, na imprensa, rádio e televisão, ultrapassado, nos últimos anos abrangidos pelo estudo, pela cobertura de aspectos competitivos, tais como sondagens, disputas entre candidatos, etc. que ganharam grande peso na “era da televisão” comparativamente à “era da imprensa escrita”.

De acordo com um estudo comparativo da cobertura jornalística de eleições realizado por Smetko et al (1991) na Grã Bretanha e nos EUA, o nível de cobertura dos assuntos de substância é duas vezes maior na Grã Bretanha. Nesse estudo, os autores apuraram que a maior parte dos temas da campanha na Grã-Bretanha tem origem nos políticos enquanto nos EUA tem origem nos jornalistas. Na Grã-Bretanha, as citações dos discursos dos candidatos atingem cerca de 30% na cobertura televisiva, enquanto nos EUA atingem apenas 10% (Smetko et al, 1991: 60).

No que respeita aos Países Baixos, um trabalho da responsabilidade de Claes H. de Vreese, (2001) sobre a cobertura jornalística da campanha eleitoral para as eleições nacionais de 1998 e europeias de 1999, realizada pelo serviço público de radiodifusão holandês (NOS), provou que as duas eleições tiveram abordagens semelhantes. Contudo, o destaque que cada uma mereceu apresenta

diferenças significativas. O estudo mostra, ainda, um decréscimo do número de notícias e uma orientação das notícias para aspectos mais analíticos e interpretativos do que em anteriores eleições.

O interesse dos cidadãos pela informação política durante as campanhas eleitorais foi estudado pelos investigadores alemães Dieter Ohr e Peter Schrott (2001) que analisaram as eleições locais alemãs com o objectivo de apurarem o que leva os cidadãos a procurar informação política. Entre as categorias consideradas – expectativas sociais em manter-se politicamente informados; dever pessoal de manter-se politicamente informado; desejo de exprimir preferências políticas através do voto; aspectos de entretenimento da política – os autores apuraram que as expectativas sociais em manter-se politicamente informados é a categoria com maior peso na procura da informação política eleitoral por parte dos cidadãos.

Apesar de a generalidade dos estudos empíricos apontar para uma situação que, em parte, responsabiliza a cobertura jornalística de eleições pelo descrédito dos políticos, num artigo publicado no *Harvard International Journal of Press/Politics*, elaborado com base num encontro realizado após as eleições presidenciais americanas de 1996, no qual participaram responsáveis das maiores cadeias de televisão, profissionais das sondagens, comentadores, directores de jornais e académicos, com o objectivo de analisar os jornais televisivos publicados durante as eleições, a investigadora norte-americana Doris Graber (1998/2000) dá conta da existência de uma melhoria na cobertura jornalística dessas eleições. Segundo Graber, as notícias foram melhor enquadradas, temas de interesse para o “cidadão médio” ganharam maior relevância e o tempo concedido aos candidatos para apresentarem as suas próprias propostas aumentou. Segundo a autora, em vez de se concentrarem sobre as elites, as notícias apresentaram uma perspectiva mais abrangente, envolvendo outras zonas do país e outros tipos de pessoas. Por outro lado, os participantes no encontro constataram um aumento do número e do tipo de protagonistas na informação televisiva.

Em Portugal, a cobertura jornalística da actividade política, em geral, e das campanhas eleitorais, em particular, continua a ser um terreno pouco estudado, o que constitui uma lacuna em termos de conhecimento empírico da realidade portuguesa. Nesse sentido, este estudo pretende ser uma contribuição para o conhecimento dessa realidade, constituindo parte de um trabalho mais alargado, ainda em curso, sobre a cobertura jornalística de eleições realizadas em Portugal.

2. A campanha: dados de partida

Concorreram às eleições presidenciais de 2001 cinco candidatos: Jorge Sampaio, que concorria a um segundo mandato e era apoiado pelo Partido Socialista (PS),

no poder; Ferreira do Amaral, apoiado pelo Partido Social Democrata (PSD), o maior partido da oposição; António Abreu, apoiado por uma coligação que incluía o Partido Comunista (PCP) e o Partido Ecologista Os Verdes (PEV); Fernando Rosas, apoiado pelo Bloco de Esquerda (BE) e Garcia Pereira, apoiado pelo MRPP.

Jorge Sampaio, Presidente em exercício, partia para esta eleição como o candidato ganhador, facto que marcou indelevelmente a sua campanha, na medida em que o seu discurso se centrou, essencialmente, no combate à abstenção. Ferreira do Amaral, ex-ministro dos governos de Cavaco Silva, embora oficialmente apoiado apenas pelo PSD era o candidato natural de uma larga faixa de eleitores situada à direita do Partido Socialista, uma vez que o partido com representação parlamentar mais à direita do espectro partidário português – o Centro Democrático Social (CDS) – não apresentou candidato próprio a estas eleições. Por seu turno, o candidato do PCP – António Abreu – foi, desde início, um candidato destinado a desistir, circunstância que apesar de não se ter concretizado marcou definitivamente a sua campanha. De facto, apesar de Abreu repetir permanentemente que iria até às urnas, os jornalistas nunca levaram a sério essa afirmação, reflectindo essa convicção na cobertura da sua campanha, na qual a única expectativa era saber qual o momento em que a desistência se concretizaria e em que o PCP apelaria ao voto em Jorge Sampaio.

Tratou-se, pois, de uma disputa eleitoral em que os resultados estavam, praticamente, decididos à partida. Daí as preocupações do candidato-presidente e a expectativa dos jornalistas e analistas sobre o presumível crescimento da abstenção. Os resultados obtidos pelos candidatos confirmaram todas as expectativas: Jorge Sampaio obteve 55,76%, Ferreira do Amaral, 34,54%, António Abreu 5,13%, Fernando Rosas 2,98% e Garcia Pereira 1,59%. Por seu turno, a abstenção atingiu os valores mais elevados em eleições presidenciais realizadas em Portugal desde 1976, com uma percentagem de 49,09%, como atrás se refere².

2.1. Objectivos e Método

O objectivo deste estudo consistiu na análise da cobertura da campanha eleitoral para a eleição do Presidente da República, que decorreu de 2 a 12 de Janeiro de 2001, no sentido da identificação, por um lado, dos temas mais focados nas peças jornalísticas publicadas na imprensa e na televisão e, por outro, da origem das notícias, isto é, das vozes mais presentes nos textos jornalísticos da campanha. Os resultados aqui apresentados são parcelares e respeitam, apenas, aos media seleccionados e ao período analisado.

A análise incidiu sobre as peças publicadas nos jornais diários *Diário de Notícias* e *Público*, e nos jornais televisivos das 20h00 do canal público *RTP 1* e

dos privados *SIC* e *TVI*, abrangendo todos os géneros jornalísticos e procurando responder às seguintes principais questões:

- Quais os temas predominantes na cobertura jornalística da campanha eleitoral para o Presidente da República, realizada em Portugal, em 2001?
- Qual a origem das notícias e as vozes predominantes na cobertura da campanha?
- Existe, ou não, paralelismo com os resultados obtidos em estudos realizados noutros países, nomeadamente, nos EUA e no Reino Unido, relativamente aos itens estudados?

A metodologia utilizada no estudo consistiu no levantamento das categorias temáticas mais focadas nos textos jornalísticos e nas peças televisivas analisadas, tendo sido criadas 3 categorias – “Agenda pública”, “Campanha eleitoral” e “Personalidade”.

Na categoria “Agenda pública” incluíram-se os temas relacionados com as políticas públicas que Patterson (1994) define como relativamente insignificantes por ausência de um potencial de polémica e controvérsia. Nessa categoria, incluíram-se temas como saúde, segurança, justiça, educação, 3.^a Idade, economia, segurança social, aos quais se acrescentou, devido à conjuntura vivida na altura, o tema “Urânio empobrecido”³, assunto que percorreu todo o período da campanha eleitoral. Estes temas foram, aliás, repetidamente invocados por cidadãos participantes nos diversos “Fóruns TSF” que esta estação de rádio realizou durante o período da campanha com a presença de cada um dos candidatos, como inscrevendo-se nas suas principais preocupações. Não obstante o Presidente da República, em Portugal, não possuir poderes executivos, o interesse e a intervenção sobre temas da agenda pública inscrevem-se no discurso e na prática dos presidentes do pós-25 de Abril⁴.

A segunda categoria considerada no estudo, sob o título “Campanha eleitoral”, aplica-se aos textos jornalísticos enquadrados num contexto de estratégia e sucesso eleitoral e inclui actividades do programa da campanha – as estratégias e a organização, os comícios e as táticas, as deslocações dos candidatos, os jantares e almoços, os encontros com eleitores em instituições ou em locais públicos como feiras, mercados, etc e os apelos ao voto. Abrange o estilo *horse race* (Sigelman e Bullock, 1991), as “controvérsias da campanha” (Patterson, 1994) e preocupações de curto prazo sobre as quais é suposto os candidatos pronunciarem-se ou agirem. A campanha é apresentada em termos de estratégia e tática e/ou sucesso eleitoral, incluindo referências a sondagens e à posição que os candidatos nelas ocupam. O jogo da campanha fornece o núcleo da notícia ou do artigo.

A terceira categoria – “Personalidade” – refere-se aos “traços ou ao perfil do candidato” (Sigelman e Bullock, 1991) tais como o carácter, a biografia,

a experiência política, a imagem, as relações com os outros. Abrange os textos noticiosos com enfoque nas qualidades pessoais dos candidatos em vez de nos partidos ou temas – quanto maior for o número de referências aos candidatos maior é a personalização (Patterson, 1994). Aplica-se aos textos centrados nas qualidades de liderança do candidato (competência, integridade, ética, coragem, experiência), bem como no seu desempenho e estilo.

O estudo procurou, também, identificar a origem dos temas focados nas notícias (Smetko et al, 1991), isto é, saber se têm origem nos candidatos ou nos jornalistas, apurando, assim, o peso da voz e do discurso dos candidatos comparativamente ao peso da voz e do discurso dos jornalistas. Foram desprezadas outras vozes citadas nas notícias. O objectivo foi, pois, analisar se, em Portugal, os temas da campanha são, prioritariamente, de iniciativa dos jornalistas, como acontece nos EUA (Patterson, 1994), ou se, como acontece na Grã-Bretanha (Smetko et al 1991), têm origem, sobretudo, nos candidatos. Para isso, foram quantificadas, nos textos dos jornais *Público* e *Diário de Notícias*, as menções e citações dos discursos dos candidatos e as asserções do jornalista sem menção de fonte, procedendo-se à sua análise comparativa. Não se incluiu, nesta fase do estudo, a televisão.

2.2. Análise dos dados

Tema “Campanha Eleitoral”

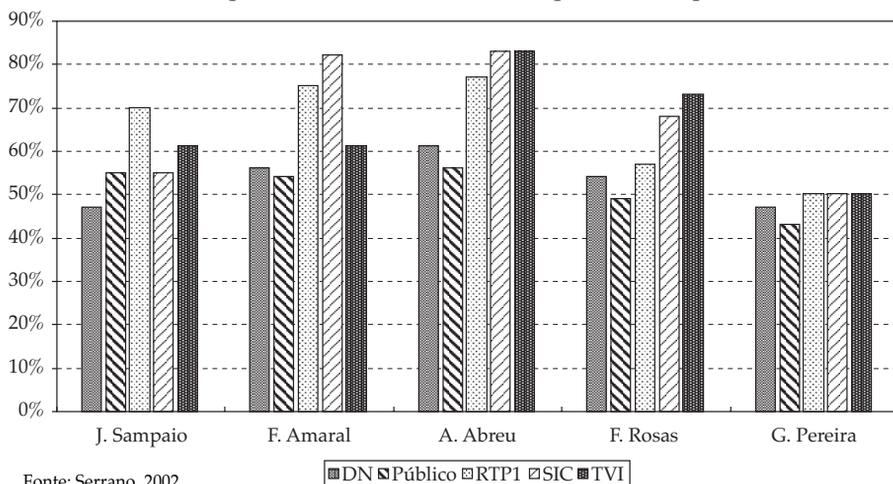
Relativamente aos temas focados nos media analisados (Gráfico 1), a categoria temática “Campanha eleitoral” foi a mais focada na imprensa escrita e nos

Gráfico 1: Distribuição dos temas.



canais de televisão, com valores que atingem os 70 a 90% para todos os candidatos, à excepção do candidato Garcia Pereira, em que apenas num dos media analisados esse tema não atinge 50% da totalidade dos temas (Gráfico 2).

Gráfico 2: “Campanha eleitoral” - referências por media e por candidato.



Comparando o peso da “Campanha eleitoral” na cobertura jornalística de cada candidato (Gráfico 1) verifica-se que o candidato do PCP, António Abreu, e o candidato do principal partido da oposição, Ferreira do Amaral, foram os que atingiram valores mais elevados (superiores a 80% nos dois candidatos) embora a curta distância dos candidatos Fernando Rosas e Jorge Sampaio, ambos com valores de cerca de 70% nesta categoria.

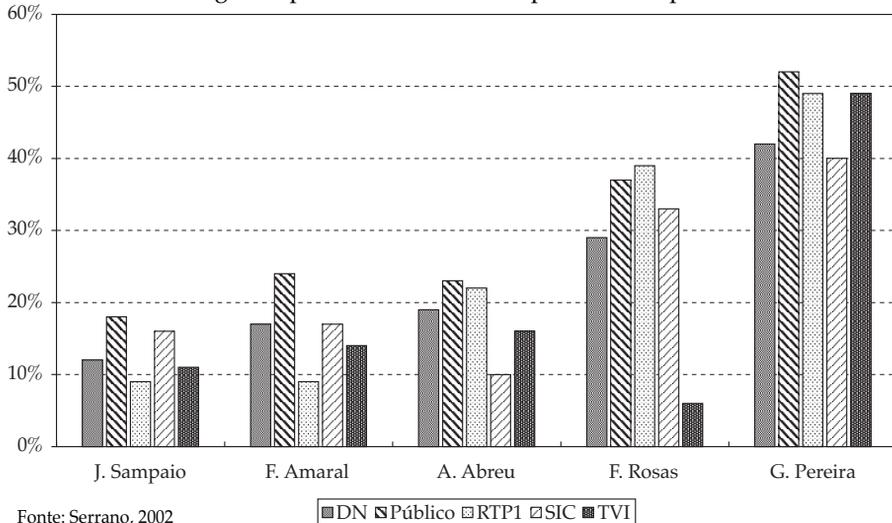
Comparando a frequência desta categoria nos media analisados, verifica-se que ela é superior nos noticiários televisivos, relativamente à imprensa escrita. Assim, entre os jornais, o *Público* é o que menos privilegia esta categoria, relativamente a todos os candidatos, à excepção do candidato Jorge Sampaio em que o *Diário de Notícias* apresenta valores inferiores (Gráfico 2). Quanto aos canais de televisão, os privados SIC e TVI deram maior ênfase aos aspectos da campanha eleitoral do que o canal público, embora com diferenças mínimas. Exceptua-se o caso do candidato Jorge Sampaio em que a RTP ultrapassou os canais privados no enfoque nos temas da “Campanha eleitoral”.

Os resultados obtidos nesta categoria permitem afirmar que as estratégias e táticas eleitorais – ganhar ou perder, desistir ou continuar, atacar o adversário principal – foram os temas dominantes na cobertura jornalística da campanha à excepção, como atrás se refere, do candidato Garcia Pereira.

Tema “Agenda pública”

A categoria temática “Agenda pública” na qual, como se disse, se incluíram temas sociais do quotidiano dos cidadãos e ainda a questão do urânio empobrecido surge, na cobertura jornalística, a grande distância dos temas incluídos na categoria “Campanha eleitoral”, com valores de frequência mais elevados no candidato Garcia Pereira, seguido de Fernando Rosas, verificando-se, nos três restantes candidatos valores muito inferiores (Gráfico 3). Jorge Sampaio foi o candidato cuja cobertura jornalística menos enfatizou os temas da “Agenda pública”, apesar de no caso da SIC não ter sido feita qualquer referência a temas desta categoria na cobertura do candidato do PCP, o que se explica pela expectativa da sua desistência que dominou a cobertura jornalística da sua campanha.

Gráfico 3: “Agenda pública” - referências por media e por candidato.



Analisando a presença desta categoria nos media que compõem o corpus verifica-se que as referências aos temas da “Agenda pública” se encontram com maior frequência na imprensa escrita e, de entre os dois jornais considerados, o *Público* é o que contém o maior número de referências. Pormenor significativo, reside no facto de os valores encontrados nas notícias sobre a “Agenda pública” poderem ser ainda menores se a questão do urânio empobrecido não tivesse sido um tema de primeiro plano nas preocupações dos portugueses na altura da campanha eleitoral, com um número significativo de referências nas peças jornalísticas. Os valores obtidos nesta categoria são baixos e as diferenças mínimas entre os canais de televisão, no que se refere aos candidatos Jorge Sampaio e Ferreira do Amaral, aumentando significativamente

para os candidatos apoiados pelos partidos eleitoralmente mais pequenos – Fernando Rosas e Garcia Pereira.

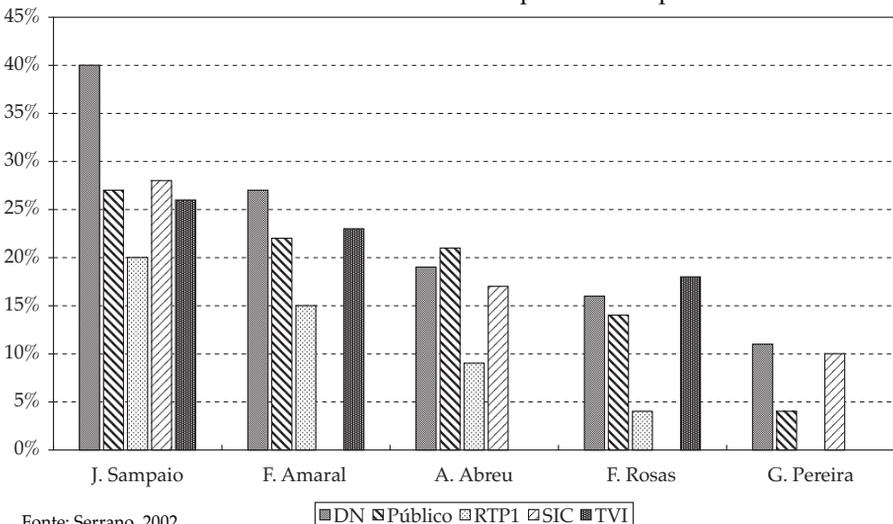
Estes resultados correspondem aos obtidos nos estudos anteriormente citados, nomeadamente os de Patterson (1994). Este investigador explica o desinteresse dos media pelos temas da agenda pública, ou agenda dos cidadãos, com o facto de os jornalistas estarem, sobretudo, interessados em controvérsias e em eventos e não em aprofundar problemáticas. Segundo este autor, ainda que os candidatos passem a campanha falando de temas importantes para a sociedade e que necessitam de solução os jornalistas só lhes dão atenção se esses problemas revestirem uma forma que eles reconheçam como notícia, nomeadamente, a controvérsia e o conflito.

Tema “Personalidade”

No que respeita à categoria “Personalidade”, isto é, o perfil, o carácter, a biografia do candidato, os dados mostram que Jorge Sampaio é o que recolhe maior número de menções (Gráfico 4), sendo o único em que esse tema ultrapassa as referências aos temas da “Agenda pública”. Nos restantes candidatos o tema da personalidade, ou é inexistente, ou situa-se em níveis baixos relativamente aos temas da campanha eleitoral e a uma grande distância dos temas da categoria “Agenda pública” (Gráfico 1).

Analisando o peso da categoria “Personalidade” na cobertura realizada pelos media seleccionados, o *Diário de Notícias* distingue-se pelo peso desta categoria

Gráfico 4: “Personalidade” - referências por media e por candidato.



na cobertura do candidato Jorge Sampaio, sendo o órgão de comunicação social (incluindo os canais de televisão) que mais privilegiou esta categoria para todos os candidatos, à excepção de António Abreu, a cuja personalidade o *Público* dedicou mais atenção. De notar que Jorge Sampaio foi o único candidato a merecer referências à sua personalidade em todos os media analisados, enquanto que no caso de Ferreira do Amaral e Fernando Rosas a *SIC* omitiu quaisquer referências a esse aspecto, o mesmo acontecendo com a *RTP* e a *TVI* relativamente a Garcia Pereira e a *TVI*, quanto a António Abreu.

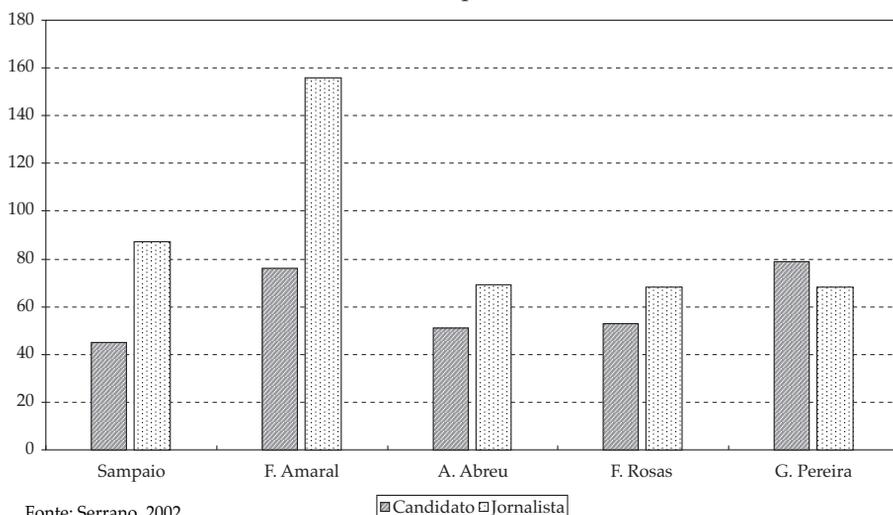
Ao contrário do que acontece nos EUA, em que o tema da personalidade tem estado presente desde sempre na cobertura jornalística das eleições presidenciais (Sabato, 1992), em Portugal, nas últimas presidenciais, esse tema não mereceu, pois, atenção significativa por parte dos media. Os jornalistas não consideraram dever divulgar hábitos privados dos candidatos. Por outro lado, também contrariamente a dados obtidos em estudos realizados nos EUA – em que a televisão se destaca da imprensa escrita na cobertura do carácter e da personalidades dos candidatos – em Portugal a imprensa escrita ultrapassou as televisões na cobertura dos aspectos ligados à personalidade dos candidatos. Contudo, a cobertura desses aspectos não foi além de referências à presença, nas actividades de campanha, da família dos candidatos (mulher e filhos, nos casos de Sampaio e Ferreira do Amaral), a manifestações da sensibilidade de alguns deles (lágrimas, irritação, simpatia, etc.), ou a aspectos biográficos, tais como a experiência de funções em lugares públicos ou a formação académica.

As vozes presentes nas notícias

Relativamente à origem dos temas focados nos textos jornalísticos e às vozes com maior presença nesses textos, foram considerados, como atrás se refere, apenas os candidatos e os jornalistas, excluindo-se da análise outras vozes e fontes. A análise abrangeu, apenas, os jornais *Diário de Notícias* e *Público*, tendo sido excluídos os textos de opinião.

Os dados obtidos (Gráfico 5) mostram que, em ambos os jornais, os temas focados nos textos noticiosos tiveram origem nos jornalistas, à excepção da campanha de Garcia Pereira, cuja voz nas notícias se sobrepõe à do jornalista. As notícias relativas aos candidatos apoiados pelos maiores partidos – Jorge Sampaio e Ferreira do Amaral – são aquelas em que a presença do jornalista é mais marcada. Entre os três candidatos dos partidos com menor expressão eleitoral não existem diferenças sensíveis. Estes dados confirmam que a maioria dos temas focados na cobertura jornalística da campanha eleitoral tem origem nos jornalistas e não nos candidatos, o que aponta para uma presença crescente do jornalista e para a sobreposição do seu discurso ao discurso e à voz dos

Gráfico 5: Vozes da campanha (n.ºs absolutos).



candidatos. Exceptua-se, como atrás se afirma, o candidato com menor expressão eleitoral – Garcia Pereira.

Os dados apontam, também, para uma tendência verificada em trabalhos de investigadores europeus e americanos que consiste na existência de um “género” de notícias crescentemente interpretativo e analítico, patente no facto de os jornalistas sobreporem as suas interpretações aos discursos dos candidatos. Estes dados necessitam, contudo, de ser confrontados com a análise das intervenções dos candidatos e dos jornalistas nos noticiários televisivos da campanha eleitoral.

Por outro lado, quer nos jornais, quer nos canais de televisão, as notícias incidem na sua maioria – como a análise temática tinha mostrado – sobre temas da própria campanha eleitoral, tendo como fonte predominante a agenda oficial da campanha de cada candidato. São quase inexistentes as iniciativas baseadas em trabalhos jornalísticos de investigação, relativamente à procura de temas e ângulos fora do estrito campo dos programas das candidaturas. Os relatos jornalísticos incidem, pois, essencialmente, sobre as acções de campanha, verificando-se, contudo, que na imprensa escrita a voz e a presença dos jornalistas ultrapassou a dos candidatos.

3. Conclusões

Em primeiro lugar, relativamente aos temas mais focados na cobertura jornalística da campanha, não foram encontradas diferenças significativas entre os textos

publicados nos media impressos e os noticiários televisivos, quer relativamente aos temas seleccionados pelos jornalistas, quer à sua hierarquização. Assim, em todos os media analisados a cobertura jornalística incide, fundamentalmente, sobre a categoria temática “Campanha eleitoral”, nomeadamente, eventos, itinerários dos candidatos e aspectos anedóticos ou polémicos da campanha.

Em segundo lugar, verifica-se que o consenso entre os jornais e os canais de televisão, relativamente aos temas considerados significativos, se repete entre as televisões, relativamente às imagens da campanha.

Este consenso entre jornalistas que cobrem um mesmo candidato para media diferentes, traduz aquilo que o jornalista americano Timothy Crouse (1974), classificou como “pack journalism”, ou seja, os repórteres deslocados da redacção para acompanharem os candidatos ficam imersos num ambiente onde a colaboração com os colegas de media concorrentes e com as fontes se sobrepõe ao distanciamento que é suposto caracterizar a cobertura jornalística. As notícias tornam-se, nessas condições, muito semelhantes entre si. No caso das televisões, os jornalistas precisam de boas imagens e de *sound-bites*, pelo que muitas vezes, são compelidos a usar as mensagens fabricadas pelos conselheiros de *marketing* dos candidatos.

O espectro da abstenção e a esperada, mas não concretizada, desistência do candidato apoiado pelo Partido Comunista Português – António Abreu – marcaram significativamente as notícias sobre a campanha deste candidato e a de Jorge Sampaio. No primeiro caso, a incerteza sobre o destino da candidatura e, no segundo, a insistência no apelo ao voto, levaram os próprios candidatos a centrarem as suas intervenções nesses dois temas.

Em terceiro lugar, os dados mostram que os temas da “Agenda pública”, como a saúde, o trabalho, o ambiente, a educação, surgem com maior frequência nas notícias sobre as candidaturas com menor expressão eleitoral – casos de Garcia Pereira e Fernando Rosas –, sendo que, pelos motivos atrás referidos, é precisamente o candidato vencedor – Jorge Sampaio – que surge nos media com menor número de referências a esses temas. (Gráfico 1)

O negativismo e a ideia de “jogo” entre contendores, de que falam os estudos sobre a cobertura das campanhas eleitorais americanas, é visível no relevo dado aos temas de estratégia eleitoral. Por outro lado, a polémica em torno do urânio empobrecido transformou-o em tema de disputa entre candidatos, apesar de as peças publicadas sobre ele não conterem qualquer dado novo, limitando-se a veicular as posições de cada candidato sobre o assunto e as críticas ao Governo e ao candidato-Presidente. Como referem alguns balanços feitos pelos próprios jornais, se não fosse o urânio quase ninguém teria dado pela campanha eleitoral. Com efeito, o tema foi explorado, não como um tema real da agenda pública – devido à preocupação e dramatismo de que se revestiu para grande número

de portugueses – mas, sobretudo, como arma de estratégia eleitoral. Sem a sua existência a categoria temática “Agenda pública” teria obtido valores ainda mais insignificantes na cobertura jornalística das presidenciais.

Por outro lado, a encenação e a profissionalização da campanha, visíveis, sobretudo, nos candidatos Jorge Sampaio e Ferreira do Amaral, levaram os jornalistas a mencionar nas suas reportagens elementos marginais à substância da eleição, tais como a *performance* do candidato-presidente, anunciado em algumas peças como *one man show* – alusão à sua presença isolada em palco – e a privilegiarem conflitos episódicos entre membros do *staff* de Ferreira do Amaral. Paralelamente, aspectos da personalidade do candidato-presidente, como a capacidade de se comover e a irritação perante algumas situações pontuais, foram mencionados pelos jornalistas em todos os media analisados.

Quanto à origem dos temas focados nas notícias sobre a campanha, os dados mostram que a grande maioria dos temas teve origem nos jornalistas, cuja voz ultrapassou, em todos os textos publicados, a voz dos candidatos, à excepção das notícias sobre Garcia Pereira. Por outro lado, foi possível apurar que na cobertura da campanha eleitoral o debate político dos temas de substância esteve praticamente ausente das notícias. Contudo, essa ausência não se deve, apenas, aos jornalistas. Com efeito, também os políticos e os seus conselheiros foram, conjuntamente, responsáveis por essa situação. É certo que os jornalistas baixaram os padrões no que respeita às exigências de uma cobertura jornalística que correspondesse ao interesse público e que assuntos triviais ultrapassaram, nas notícias, o debate político sério. Mas, por outro lado, se é verdade que os jornalistas podem sempre tomar a iniciativa de investigar algumas problemáticas por sua conta e pressionar os candidatos a responder a perguntas significativas, continuam, no entanto, a ver-se constrangidos por aquilo que os candidatos querem discutir ou ignorar.

Dado significativo a necessitar, contudo, de novos estudos, sobretudo para a televisão, é a presença crescente, nas notícias, da voz dos jornalistas em prejuízo da voz dos candidatos, patente nos dados obtidos nestas eleições, relativamente à origem dos temas focados nas notícias do *Diário de Notícias* e do *Público*. Essa tendência aponta para uma mudança na própria concepção do papel do jornalista na cobertura de eleições, como mostram vários trabalhos (Patterson 1994, 2000; Graber, 1998; Blumler e Gurevitch, 1995; Smetko et al 1991; Claes H. de Vreese, 2001), segundo os quais as notícias se tornam cada vez mais interpretativas e os jornalistas se posicionam cada vez mais não apenas como “árbitros” do processo eleitoral mas como “actores” do próprio processo.

A influência dos media na percepção que o público faz da política é um dado incontornável e de consequências múltiplas. A transparência das instituições e a responsabilização pública dos titulares dos cargos públicos – visível

no escrutínio permanente dos governos e nas campanhas eleitorais – constituem elementos positivos dessa influência. Mas existem também consequências que alguns investigadores como Sabato (1992) e Patterson (1994; 2000) consideram perturbadoras, visíveis na cobertura mediática da política, especialmente de campanhas eleitorais. São elas a desvalorização e vulgarização do discurso político e dos políticos que provocam cinismo e desinteresse pela participação dos cidadãos na vida política.

O prosseguimento dos estudos sobre a cobertura jornalística de campanhas eleitorais e de assuntos políticos, em geral, permitirá testar e aprofundar os dados agora obtidos.

Notas

¹ Adaptação da comunicação apresentada ao II Congresso da SOPCOM em Outubro de 2001.

² Os valores da abstenção em eleições presidenciais anteriores mostram um crescimento abrupto na eleição de 2001. São os seguintes os números da abstenção em eleições presidenciais anteriores, segundo dados da Comissão Nacional de Eleições: 1976: 24,58%; 1980: 15,75%; 1986 (1.ª Volta): 24,38%; 1986 (2.ª Volta): 21,77; 1996: 33,63%; 2001: 49,09% (<http://www.cne.pt>).

³ O tema, conhecido como “síndrome dos Balcãs” provocou grande emoção e polémica nos media portugueses, devido, em grande parte, à morte do militar português Hugo Paulino que prestara serviço no Kosovo, cuja autópsia revelou resultados “compatíveis com efeitos do urânio empobrecido” In Kosovo - dossiers Público, www.publico.pt.

⁴ Entre as iniciativas presidenciais destinadas a mostrar o interesse do presidente pelo quotidiano dos cidadãos, as “presidências-abertas” criadas pelo Presidente Mário Soares (1986-1996) e continuadas pelo seu sucessor, Jorge Sampaio, com o nome de “semanas temáticas”, proporcionam ao Presidente da República um contacto mais directo com as populações e com os seus problemas, os quais, mercê da cobertura mediática de que disfrutam, trazem para a agenda dos media temas geralmente dela arredados (Serrano, 2001).

Bibliografia

- Blumler, J. e M. Gurevitch (1995), *The Crisis of Public Communication*, London and New York: Routledge.
- Blumler, J. G. (1998), *Wrestling with the Public Interest in Organized Communications*. In *The Media in Question - Popular Cultures and Public Interest*, eds. J. H. L. v. Z. Kees Brants, London: Sage Publications.
- Bourdieu, P. (1996), *Sur la Television*, Paris: Liber éditions.
- Crouse, T. (1974), *The Boys on the Bus*, Toronto: Ballantine Books.

- De Vreese, C. (2001) Election Coverage - New Directions for Public Broadcasting: The Netherlands and Beyond, *European Journal of Communication*, 16(2): 155-180.
- Graber, D. (1998/2000), Para onde vai a cobertura televisiva das eleições? Lições da Campanha Eleitoral de 1996, *Revista de Comunicação e Linguagens* 27: 181-192.
- Ohr, D. e Schorott (2001), Campaigns and Information Seeking: evidence from a German State Election, *European Journal of Communication*, Vol. 16 (4): 85-101.
- Patterson, T. (1994), *Out of Order*, New York: Vintage Books.
- Patterson, T. (2000) Serão os media noticiosos actores políticos eficazes? *Revista de Comunicação e Linguagens* 27: 79-96.
- Sabato, L. (1992). Open Season: How the News Media Cover Presidential Campaigns in the Age of Attack Journalism. In *Media Power in Politics*, ed. Doris Graber, Chicago, University of Chicago: CQ, Press.
- Serrano, E. (2001) *As Presidências Abertas de Mário Soares - as estratégias e o aparelho de comunicação*, Lisboa: Minerva.
- Sigelman, L. e D. Bullock (1991), Candidates, Issues, Horse Races, and Hoopla, *American Politics Quarterly* 19: 5-31. Também publicado no n.º 27 da RCL.
- Semetko, Holli and Jay Blumler, Michael Gurevitch, David H. Weaver, Steve Barkin and Cleveland Wilhoit, (1991), *The Formation of Campaign Agendas*, Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum.
- Weaver, P. (1975/1993), As notícias de jornal e as notícias de televisão. In Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa: Vega, 294-305.

Daniel Dayan

Entrevista de
José Carlos Abrantes

No Curso da Arrábida intitulado *Públicos, Televisão*, que se desenrolou entre 27 e 31 de Agosto de 2001 no Convento da Arrábida, investigadores discutiram a questão dos públicos de televisão. A conferência de abertura esteve a cargo de Daniel Dayan, investigador do CNRS.

Daniel Dayan concedeu-nos esta entrevista sobre o seu percurso, as suas ideias, as suas concepções sobre comunicação, sobre televisão, sobre a investigação.

José Carlos Abrantes: Gostaria de lhe pedir para se apresentar de forma breve.

Daniel Dayan: Sou investigador no Centre National de la Recherche Scientifique de Paris (CNRS). Ensino igualmente na cadeira de Sociologia dos Media no Institut d'Etudes Politiques e, em conjunto com alguns colegas, sou responsável também do seminário *Sociologia dos Públicos*, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris.

Como se iniciou no domínio da comunicação? Julgo que foi pelo cinema...

Sim, foi. Tenho uma dupla formação: antes de chegar à comunicação, tinha feito uma licenciatura em antropologia e outra em literatura comparada. O meu primeiro trabalho de investigação foi sobre o cinema japonês. De seguida, preparei um doutoramento em semiologia e fui, durante um ano, assistente de Roland Barthes. Foi com ele que abordei as questões de teoria do cinema na altura em que a pesquisa sobre

o cinema e sobre as imagens era dominada pelo modelo linguístico de Christian Metz, modelo que se pode classificar de sintagmático. Mas o que me interessava era um outro modelo, também inspirado da linguística, mas da linguística de Benveniste. Tratava-se da reflexão sobre a enunciação e, mais concretamente, sobre o lugar do olhar no cinema.

Como concretizou essa abordagem?

Escrevi um artigo que introduzia uma mudança central no modo de ver o problema. Em vez de me debruçar sobre a narrativa – na medida em que todo o interesse de Christian Metz era o de encontrar uma espécie de semiologia da narrativa ou da narrativa pelas imagens – o meu artigo incidia sobre a posição do espectador e sobre a noção de relação entre o espectador e o espectáculo. Isto consistia em dizer algo que me parece ainda hoje exacto, a saber, que o cinema americano clássico (o que chamamos de cinema

americano clássico provavelmente porque é o que se ensina nas escolas) se caracteriza por uma equivalência estabelecida entre três olhares. Trata-se do olhar do espectador na sala, do olhar mecânico da camera e do olhar da ficção, o que Umberto Eco chamou em literatura "lector in fabula". Tratava-se de uma teoria que retomei a um investigador dos *Cahiers du Cinéma*, Jean Pierre Houdar. Poderíamos chamar esta teoria, a teoria do "spectator in fabula". Isto significa que no filme clássico há sempre alguém que olha de um modo em que todo o espetáculo se gera no interior da imagem. Isto significa que a origem de uma imagem está sempre numa outra imagem, ou seja, a figura principal deste género de cinema é o campo-contra campo e o espectador exterior entra neste sistema levado pelo olhar de um dos protagonistas.

Fala aqui de personalidades conhecidas, Barthes, Metz. Encontrou também Bazin?

Não, eu sou mais novo, fiz parte da geração seguinte. Mesmo Metz era um pouco mais velho que eu, que fui estudante de Barthes. Sou da geração de Todorov e Kristeva.

Fiz uma pesquisa na internet e dei-me conta que tem outros textos sobre o cinema.

Sim, o cinema foi o meu primeiro campo de interesse. Fui aluno de Roland Barthes na altura em que ele escreveu um livro extraordinário, S-Z. Em certo sentido ele escreveu esse livro à nossa frente, à frente dos alunos. Tratava-se então do início de uma análise semiótica que não tentava fechar a narrativa à maneira de Greimas mas que utilizava a semiótica como um meio para interrogar o texto. Barthes fez S-Z partindo de uma novela de Balzac que excede pouco mais de quinze páginas.

Dizia há pouco que o livro foi escrito à vossa frente. Como?

Cada semana o seminário incidia sobre a análise de algumas linhas da novela. O seminário durou um ano, e ao fim de um ano analisámos o conjunto da novela. Eu queria utilizar este método, tratava-se de falar de cinema mas no cinema as imagens não são uma narrativa linear, por isso era preciso que tivesse um *corpus* ainda mais reduzido que o de Barthes. A partir deste problema decidi analisar os sete primeiros minutos de um filme de John Ford pensando que se existia um sistema de cinema clássico, esse sistema se veria no decorrer dos sete primeiros minutos do filme. Por isso o meu primeiro livro foi consagrado aos sete primeiros minutos de um filme clássico, tentando demonstrar os códigos que permitem a legibilidade deste filme.

E o filme é A Cavalgada Fantástica?...

The StageCoach em inglês. Foi o filme que permitiu a Orson Wells aprender cinema pois quando assinou o contrato para fazer *Citizen Kane* ele era encenador de teatro. Orson Wells conta que se fechou com esse filme e que o viu trinta e cinco vezes e, depois de o ter visto essas trinta e cinco vezes considerou-se pronto para fazer *Citizen Kane*.

A outra referência que encontrei é o texto "Tuder Code of Classical Cinema"....

Trata-se de um artigo que publiquei quando era estudante na Universidade de Standford, na Califórnia, na altura em que fazia o meu mestrado em cinema. Mostrei o texto ao meu professor que disse: "Não percebo nada, julgo que vai ser mal sucedido no seu mestrado, pois é demasiado complicado, não percebo o que escreve". Tive a sorte de encontrar um jornalista da revista *Film Quarterly* que me disse:

“Vou mostrar o seu artigo ao comité de redacção”. A discussão na redacção foi muito dividida mas, mesmo assim, publicaram o artigo e este provocou alguma polémica.

Mas qual era a ideia central?

A ideia central consistia em partir do campo-contra campo como figura essencial, romper com a tradição metziana, partir sobre uma nova série de questões. Acho que as pessoas estavam ao mesmo tempo irritadas com meu objectivo, com a insistente referência aos *Cahiers du Cinéma* e irritadas com a referência a Foucault e às tecnologias do olhar. Por isso, havia todo o tipo de razões para irritar, mas esta irritação teve dois resultados: o primeiro é que o artigo ficou conhecido e o segundo é que passei no meu exame.

Como passou depois para outros domínios?

Tive um encontro singular, quando estudava nos Estados Unidos, depois de ter estudado em França. Tinha ouvido falar muito da escola de Columbia, de Lazarsfeld e de Elihu Katz e, um belo dia, enquanto estava em Filadélfia recebi um telefonema surpreendente: “O Sr. Elihu Katz quer vê-lo”, disseram-me. Tinha um certo receio mas fui vê-lo. Disse-me que tinha lido o meu artigo e que ia criar um departamento de investigação em comunicação na Universidade de Jerusalém e perguntou-me se eu estaria de acordo em vir a ser um dos professores. Nesta altura estava ocupado a escrever a minha tese, mas conseguir trabalho era já uma maravilha e trabalhar com o maior nome da Sociologia dos Media era uma dupla maravilha. Por isso disse “sim” pensando que de vez em quando é preciso ser aventureiro. Em Jerusalém ensinei semiologia, análise de mitos (Levy-Strauss) e teoria

do cinema. Um dia Elihu Katz veio dizer-me: “Consta que o que faz é interessante. Gostaria que mo provasse”. Respondi: “De acordo, mas como posso provar-lho?”. Katz retorquiu: “Está a desenrolar-se em Jerusalém um evento de enorme importância, a visita de Sadate. Este acontecimento vai ser transmitido pela televisão e vai tornar-se num evento que vai ilustrar o que pode fazer a diplomacia televisiva. A televisão está a transformar certas instituições, por isso proponho-lhe que façamos um curso em conjunto, um ao lado do outro, ou um contra o outro, se preferir. Vai assim mostrar o que se pode fazer com a semiótica enquanto eu vou mostrar como é que a sociologia pode tratar o mesmo acontecimento.” Foi aí que começámos a trabalhar juntos.

É essa a origem de “Media Events”?

Sim, foi assim que começou. Achámos que a colaboração funcionava formidavelmente e que tínhamos encontrado um discurso que permitia o nosso diálogo. Era a minha primeira formação em antropologia, e esta proporcionava uma ligação entre a análise semiológica qualitativa e a problemática teórica da sociologia. Alguns anos mais tarde deixámos os dois a Universidade de Jerusalém, eu definitivamente, ele provisoriamente. Depois fomos os dois convidados para a University of Southern California, em Los Angeles, na Annenberg School. Pediram-me, nesta escola, para ensinar o que começava então a chamar-se *Cultural Studies*.

Foi em que altura?

Foi no início da década de 80. Durante sensivelmente dez anos ensinámos nesta escola, período durante o qual escrevemos este livro. Esta obra acerca dos grandes acontecimentos televisivos tem uma dimensão geograficamente

localizada devido à qual frequentemente me censuraram dizendo: "Tem uma perspectiva muito americana". Tenho uma perspectiva muito americana porque o livro foi escrito em Los Angeles. Logo, trata-se de um livro americano.

Nesta época vivia de forma permanente nos Estados Unidos?

Não, vivia em Paris. Ia aos Estados Unidos um semestre por ano e quando regressava a Paris, ensinava num certo número de universidades ora francesas ora americanas.

Em França os investigadores estiverem durante muito tempo fechados às pesquisas americanas. Mas há alguns (como Daniel Dayan ou Yves Winkin – o divulgador da escola de Palo Alto no mundo francófono) que não estão. Isto leva a que a situação de hoje seja muito diferente em França, mesmo se ainda o censuram, por esta ligação aos Estados Unidos?

Sim, ao princípio censuravam-nos por sermos os representantes de uma não-cultura, ou de um não-saber ou de uma não-ciência. A América era suposto ser uma espécie de deserto onde missionários vindos da Europa trariam a boa palavra aos nativos locais. Depois começou a compreender-se que, no domínio da comunicação e dos media, a América era um sítio que, por um lado, não era um deserto e que, por outro, era um local onde os sociólogos tinham cinquenta anos de avanço. Foi preciso tempo para que fosse reconhecido que, pessoas como Yves Winkin e eu próprio, pudéssemos trazer algo de novo. Mas, curiosamente, trata-se de uma descoberta que se refaz em cada geração. Antes de nós tinha havido alguém chamado Georges Friedman que tinha criado a revista *Communication* e o Centre de Recherche

sur les Media, decalcado do existente na Columbia. Georges Friedman tinha convidado jovens brilhantes para animar o seu centro e queria que estes trabalhassem juntos. Tratava-se de Roland Barthes et Edgar Morin, jovens brilhantes que, infelizmente, nunca trabalharam juntos. Algumas pessoas da minha geração tentaram fazer o que Friedman queria, ou seja, ser simultaneamente alunos de Barthes e de Morin, semiólogos e sociólogos. Tentaram dizer que a comunicação não é somente semiologia mas mais propriamente a forma como as mensagens analisadas pela semiologia são recebidas, o que explica a importância da recepção.

Disse, há pouco que, nos Estados Unidos, havia cinquenta anos de avanço relativamente às investigações em comunicação. O que é lhe parece mais importante nos seus contactos com os Estados-Unidos?

Em primeiro lugar, não se deve fazer uma clivagem radical entre a pesquisa americana e a inglesa. Podemos falar de uma investigação comum, quase que anglo-americana com muitos investigadores que passam o seu tempo a ir de um lado para o outro. Por exemplo, John Fiske é um inglês que se transformou num investigador americano. Mas há também algo de paradoxal: na pesquisa anglo-americana existe o interesse sobre o que a pesquisa francesa trouxe na época de Barthes, de Morin, essa espécie de reconhecimento pela comunicação em França que se tinha começado a organizar em torno de Georges Friedman. Isto significa que em França, Barthes se tornou num monumento histórico mas é esquecido que se tratava de um grande investigador em comunicação e que era neste quadro que ele trabalhava. Nos Estados Unidos isso não é de forma alguma esquecido e, por

exemplo, pessoas como Fiske (na sua Introdução à Televisão) aplicam de maneira sistemática os conceitos introduzidos por Roland Barthes. Ou, para pegar num exemplo inglês, em Inglaterra há um grande sociólogo que contribuiu para a formação dos sociólogos da minha geração, Stuart Hall, e que deu a ler, aos seus alunos, Barthes, Althusser e Foucault. Actualmente, muitos dos sociólogos dos media em Inglaterra têm uma cultura francesa. Por vezes, conhecem melhor a história da investigação francesa sobre comunicação do que os próprios franceses.

Pensa que os franceses também começam a dar atenção à cultura anglo-saxónica, por exemplo, Mattelart?

Mattelart é alguém muito aberto aos trabalhos estrangeiros, tal como Yves Winkin, eu próprio e Erich Maigret. Todos tentámos introduzir em França um certo número de teorias desenvolvidas no mundo anglo-saxónico. Pode-se enveredar por um outro caminho, aquele que é o mais habitual: a escola de Franckfurt que é uma espécie de elo entre a pesquisa francesa e as anglo-saxónicas pois ambas têm esse referente alemão em comum.

Sim, mas a escola de Frankfurt abriu também caminho sobre dois campos que se opõem: o empirismo e a teoria especulativa. Talvez a Europa esteja mais centrada numa abordagem mais teórica e os Estados Unidos numa mais empirista.

Efectivamente considero Adorno uma figura chave, mesmo nos seus erros. Penso que Adorno disse coisas erradas acerca da cultura popular mas simultaneamente ele equaciona muitos problemas de forma acertada. Ele incarna um certo número de questões essenciais, mesmo se às perguntas que formula dá respostas que não me parecem satisfatórias.

Houve um período em que trabalhou no laboratório de investigação do CNRS e mais especificamente na revista Hermes. Foi uma experiência marcante para si?

Sim, foi uma experiência marcante porque eu estava numa pequena equipa em que a maior parte das pessoas ficaram minhas amigas. Havia, entre outros, pessoas como Dominique Wolton, Jean Marc Ferry e eu próprio que tentavam introduzir o pensamento de Habermas. Logo, o grande benefício ao trabalhar na *Hermes* foram as trocas constantes com Jean Marc Ferry que era (na medida em que era...) discípulo de Habermas. Assim, uma dimensão essencial moderna da escola de Frankfurt permitia situar as problemáticas americanas que eu próprio tinha introduzido. Com ele, Dominique Wolton e alguns outros – dos quais, a dado momento, o vosso ex-ministro da cultura, Manuel Maria Carrilho – fizemos uma série de números e é inegável o meu imenso agrado no trabalho que fiz para alguns deles. Fizemos um número que se intitulava *Le nouveau espace public* que era uma tentativa de mostrar como as recentes pesquisas americanas podiam reinterpretar-se no quadro das teorias da esfera pública de Habermas. Tornei-me extremamente curioso relativamente aos trabalhos sobre recepção, consequentemente fiz dois volumosos números sobre recepção, um chama-se *À la recherche du public* e o outro *Espaces publics en images*. O segundo interroga o papel desempenhado pelas imagens no espaço público e procura atacar a dicotomia que normalmente separa os media da palavra e os media da imagem. Parece-me, aliás, que a televisão é, antes de tudo, um *medium* da palavra, que pertence mais à família da rádio do que à do cinema.

Porque diz isso?

Uma vez disse o que lhe estou a dizer num telejornal francês e após o ter feito o jornalista olhou para mim e fez-me uma careta. De seguida perguntou-me “E isto é palavra ou imagem?”. Era suposto ficar sem resposta, então perguntei-lhe: “A emissão dura há doze ou treze minutos, quantas caretas fez desde o início da emissão?” A minha resposta é quantitativa mas, em todo o caso, se virmos a televisão francesa e se lhe retirarmos um certo número de coisas como filmes retransmitidos ou telenovelas, o que é que sobra? Pessoas a falar. E o método para analisar estas imagens, não é o da semiologia da imagem mas o da encenação da palavra. Por outras palavras, o método não é o de Metz mas sim o de Goffman.

Encontrou Eduardo Cintra Torres na Arrábida que interrogou, para um trabalho de mestrado, invisuais que lhe disseram perceber grande parte da televisão que seguem pois esta é muito oral. Segundo estes, a única coisa cuja compreensão seria mais complexa seria o cinema pois este usa uma linguagem visual mais complexa, ao invés da maior parte da televisão que se baseia na palavra.

Tenho um debate com um amigo, Daniel Bougnoux, que insiste sobre a nossa incapacidade de receber mensagens complexas pela televisão. O meu slogan é a palavra = a palavra = a palavra. A questão que ponho é a seguinte: “O que faria que, na televisão, a palavra ficasse bruscamente atingida de idiotice? Se metesemos Sócrates e Platão na televisão tornar-se-iam eles ininteligíveis?”. O problema da palavra não é que seja filmada a sua inteligibilidade, o problema reside no facto de a palavra ser em si inteligente ou estúpida, mas não é por ser filmada

que se vai transformar numa coisa ou noutra. Não se trata da televisão enquanto medium mas sim da prática de um certo tipo de televisão à qual podemos opor a prática de uma outra televisão. Existem todo o tipo de emissões prodigiosas, por exemplo, deu-me um enorme prazer ouvir Paul Ricoeur dar uma aula sobre a sua filosofia e penso que o facto de o ver não me incomodava, não precisava virar a cara para não o ver.

Isso passou em que canal?

Passou num dos canais franceses que se chama *Cinquième* e que partilha o seu tempo de antena com o *Arte*

Pensa que é benéfico haver um canal educativo como a Cinquième ou cultural, se quiser?

Penso que o ideal seria que todos os canais tivessem uma dimensão educativa mas se este ideal não é preenchido mais vale ter um do que... nenhum.

Falou há pouco de recepção. Será que poderia explicar em que consiste esta ideia de estudos de recepção?

Vou explicá-lo com uma pequena história. É a história de uma jovem mulher, que agora tem a minha idade, Janice Radway, que era uma teórica da literatura. Ela escreveu um livro sobre os romances de cordel. Fez uma análise estrutural de um *corpus* – que era composto por um certo número de romances e apercebeu-se que havia características comuns entre eles. Isto permitiu-lhe demonstrar como é que estes romances constituíam uma espécie de sistema cuja narrativa dominante visava alienar a mulher. Permitiu-lhe também ver qual o papel ideológico, político, dos romances de amor femininos. De seguida, pensou: “Agora sei como funciona. Seria interessante saber como é que as leitoras destes

romances os vêm”. Fez então um estudo numa biblioteca especializada neste género de romances com leitoras que, quando acabavam de ler um romance, começavam outro. Janice Radway estudou as entrevistas que fez a essas leitoras e apercebeu-se de duas coisas: que todas as leitoras estavam de acordo entre elas e que nenhuma estava de acordo com ela, Janice Radway. Logo, pensou: ou as leitoras são idiotas e a sua experiência não é mais do que uma experiência de alienação ou sou eu que sou idiota, estando errado o que descobri.

Os estudos de recepção parecem-me partir desta questão fundamental: “Quem é o idiota?”. Será que sou eu, o leitor informado, o teórico, utilizando a semiologia, a gramatologia, as teorias da narrativa, etc... ou os utilizadores reais? Efectivamente, o estudo de recepção começou a partir do momento em que se compreendeu que se tratava de duas abordagens diferentes, legítimas, mas com objectivos completamente diferentes. Num caso, a leitura de Janice Radway consistia em tentar perceber a génese de uma obra de ficção remetendo-a para enunciados ideológicos a partir de um princípio parecido com o da análise mitológica de Lévi-Strauss. Todavia, a perspectiva dos leitores resume-se a ter prazer a partir de uma obra de ficção atribuindo-lhe um significado proveniente da sua experiência. Há então dois usos diversos do texto, mas a utilização dos leitores é tão legítima quanto a primeira, mas é mais importante, do ponto de vista sociológico, pois abrange muito mais pessoas. Por isso, a partir de um certo momento os estudos de recepção consistiram em dizer que a cultura dos receptores não é apenas possível de caracterizar em termos de alienação, de défice, ou de lacuna

cultural mas que esta cultura é específica, que é era preciso explorá-la de forma a saber porquê e, que género de prazer podemos tirar dos textos.

Richard Hogart é um dos fundadores dessa perspectiva...

Não há qualquer dúvida que Richard Hogart assim como Stuart Hall e de uma certa forma Raymond Williams (que está mais virado para a estética do texto) foram os fundadores deste movimento. Podemos verificar neste movimento uma dupla formação. Parece-me que por um lado este movimento nasce sob a designação *Cultural Studies* que representa a tradição que vai de Richard Hogart a Stuart Hall, a David Morley e a John Fiske. É uma tradição essencialmente britânica e marxista, que pratica uma forma particular de marxismo que consiste em dizer: “É tempo de não nos comportarmos relativamente às outras culturas como os missionários (personagens que precederam os etnólogos) fizeram relativamente às culturas longínquas”. Estes explicavam aos indígenas dos países longínquos que só havia uma fé e que era preciso adoptá-la ou ser, para todo o sempre, condenado. Na nossa cultura, vemos muito frequentemente uma atitude pedagógica que consistiu em dizer (para “missionários” como Adorno) aos representantes da cultura popular: “Vocês são loucos, vêem algo que não merece ser visto, são espectadores e leitores de textos indignos. Parem de olhar para esses textos, venham ler os verdadeiros textos, os que merecem ser lidos”. Repare-se que Richard Hogart tem outra posição relativamente à dos missionários, pois, para ele, não existe uma boa ou uma má cultura à qual faltaria o que é bom: há antes duas culturas. É então altura de irmos ver como vivem, pensam e

que espécie de prazeres estéticos e intelectuais têm os representantes das culturas que não são as culturas dominantes. Houve do ponto de vista dos *cultural studies* um interesse que me parece estar muito próximo da etnografia: ver-se livre do que se chamou, em antropologia, etnocentrismo. Neste caso, trata-se de nos vermos livres do etnocentrismo da cultura de elite. Há pessoas, como Adorno, que não querem fazê-lo e pessoas que tentaram fazê-lo, como os da tradição que vem de Richard Hogart a Stuart Hall. Para este último, questionar a cultura de elite tornou-se a pouco e pouco numa questão quase étnica, na medida em que a dado momento Stuart Hall redescobriu a importância da diáspora à qual pertence – a diáspora negra – e há uma espécie de reabilitação das culturas que eram consideradas até aí como marginais. Julgo ser a primeira grande tradição que se inscreve nos estudos de recepção. Aliás, esta transforma os estudos de recepção em estudos essenciais mas os membros desta tradição não querem ser denominados de investigadores da recepção. Quando dizemos “Trabalha sobre a recepção?” eles ficam melindrados. Eles respondem “Não, não, de forma alguma, não faço isso, sou dos *Cultural Studies*, não trabalho sobre recepção”. Agora, do outro lado há estudos de recepção que retomam de forma mais cognitiva a semiótica no ponto em que esta parou. Diria que no início desta segunda tradição há dois grandes pensadores. O primeiro é Umberto Eco, que diz que toda a pesquisa semiológica francesa se caracterizou por uma espécie de amor sem barreiras pelo pensamento de Saussure; o segundo, o pensamento de Peirce. O pensamento de Saussure leva-nos a dizer

que haveria estruturalmente um sentido que faria parte do texto, enquanto o pensamento de Peirce consiste em dizer que o sentido do texto nunca faz parte dele e que este sentido é interpretado, é construído pela sociedade. Logo, a partir do momento em que o sentido não faz parte do texto, a análise deste não poderá libertar um sentido que não está nele. A análise vai debruçar-se não sobre o texto mas sobre os receptores. Trata-se da primeira grande tradição que é a crítica da semiologia tradicional.

E a outra?

A outra grande tradição é inesperada: trata-se da corrente dos efeitos que vem da escola de Columbia e que parte da crítica dos efeitos dos media e de um momento muito particular, que se chama usos e gratificações. Esta escola afirma que não nos devemos perguntar tanto aquilo que o texto nos faz, mas que temos sobretudo de nos interrogar do que nós fazemos com o texto. A partir do momento em que compreendemos que há um sujeito face ao texto, sendo este sujeito activo, entramos nos estudos de recepção. É por esta razão que eu diria que os dois melhores estudos, os mais paradigmáticos sobre recepção – a propósito de televisão – de que dispomos vêm da escola dos *Cultural Studies* com David Morley – e o seu famoso estudo intitulado *The Nationwide Audience* e o outro vem da corrente dos usos e gratificações. Este último é um estudo no qual eu participara inicialmente: trata-se do estudo de Tamar Liebes e Elihu Katz, *The Export of Meaning*.

Esse estudo evidenciou que culturas diferentes olharam para a série televisiva Dallas de formas diferentes. Pode fazer referência a isso?

Dallas foi feito por dois investigadores: Elihu Katz e Tamar Liebes – que foi meu aluno e enquanto tal tem uma formação semiótica. Tratava-se de reunir a semiótica e os usos e gratificações. Penso que o essencial de *Dallas* era mostrar, em primeiro lugar, que as diferentes culturas de recepção têm perfeita consciência do que é o centro do texto, aquilo a que Barthes chamaria *denotação*. Não é porque pertencemos a uma cultura longínqua que não vamos compreender quem é o filho, quem é o irmão de quem, quem mata quem, etc... percebemos muito bem o que se passa. A diferença não se situa a nível da interpretação literal do texto, situa-se a nível da avaliação do texto ou, mais exactamente, a nível dos discursos utilizados para a *performance* interpretativa. E, se avançar com a minha própria explicação, diria que a interpretação é uma *performance* e o que os dois autores demonstraram foi que, cada um de nós, quando precisa de fazer uma *performance* interpretativa vai fazer apelo a um reportório de *performances*. Tomemos um exemplo: quando se pede a uma cantora de ópera para cantar, esta vai buscar uma canção, um trecho do seu reportório de cantora de ópera. Se for um cantor de *rock* este irá buscar uma canção ao seu reportório, que é muito diferente. O que *Dallas* veio mostrar foi que os imigrantes russos que vivem em Israel, quando se lhes pedia uma interpretação de *Dallas*, interpretavam a partir de alguns conceitos marxistas. O que poderia querer dizer que eram marxistas, mas se o eram, porque teriam deixado o país do marxismo? Ou então, essa interpretação pode querer significar, não que eles fossem marxistas, mas que o seu reportório para analisar o texto proposto era um reportório que tinham

aprendido na escola, reportório que era marxista. Do mesmo modo, os autores mostraram que os espectadores palestinianos faziam apelo a um outro tipo de reportório que estava mais ligado com a exegese religiosa. Um terceiro grupo (os espectadores de Los Angeles) utilizava uma espécie de vulgata psicanalítica que faz parte do reportório do senso comum americano. Em cada um dos casos, o que as pesquisas sobre *Dallas* mostraram foi que a leitura literal é a mesma mas dá lugar a *performances* interpretativas que remetem para diferentes repertórios culturais.

O que ensina na Universidade de Oslo?

Dou aulas de antropologia dos media e faço um seminário com estudantes que falharam a sua tese de doutoramento ou o seu mestrado. Por vezes há mesmo colegas cujo artigo foi devolvido porque não estava conforme os cânones ou alguém a quem se devolveu um livro com a menção “não publicável”. O jogo é colectivo: encontramos-nos à volta de uma mesa e cada um apresenta o seu trabalho (tendo eu estudado previamente o trabalho). A minha intervenção consiste em demolir o trabalho completamente e dar elementos para a sua reconstrução. Fizemos isto algumas vezes, houve um certo número de teses que foram aprovadas, de artigos que foram publicados. Uma vez, um dos meus colegas tinha um artigo que não tinha sido publicado e o artigo veio a público com a minha co-autoria. Acabámos por assiná-lo em conjunto na medida em que eu tinha trabalhado muito nele.

Acabámos o curso da Arrábida. Deu-me uma grande ajuda na programação, o que agradeço, ajudou a situar o curso do ponto de vista teórico e concordámos que se chamaria “Públicos, Televisão”. Porque se

interessou em vir à Arrábida, e o que tem a dizer a este respeito, acerca da sua experiência no curso?

Em primeiro lugar, foi um prazer trabalharmos juntos. Além disso, a sua proposta foi uma “provocação” sobre um tema que me interessava particularmente: o da *performance* dos públicos. Penso que é interessante ver que, quando interpretamos um texto, nos entregamos a uma *performance* pública. Os estudos de recepção privilegiaram até agora uma aproximação ora avaliativa – será que o que vejo é bom ou mau? será que estou de acordo ou não? será que se for dominante eu vou aceitar a ideologia dominante ou vou protestar contra ela? – ora cognitiva – será que percebi? será que fiz uma síntese diferente? o que é que privilegiei na minha reconstituição do texto? Acreditei que estas duas visões eliminavam uma terceira visão que me parece bastante importante: a de que existe uma *performance* interpretativa. Assim, é evidente que face a um dado texto existe uma *performance* interpretativa de um crítico. Por exemplo enquanto crítico pedem-me para fazer uma *performance* interpretativa que pode ser julgada relativamente a uma outra *performance* de outro crítico a propósito do mesmo texto. Há melhores, há piores, mas de alguma maneira eu ofereço um espectáculo a propósito de outro espectáculo, torno-me espectáculo, eu próprio. O que me pergunto é se esta *performance* interpretativa – que deve ser também avaliativa – é simplesmente a propriedade dos críticos profissionais e se não é o produto do público em geral. Se o é, será que não poderíamos falar de público de televisão? Suscitou o meu interesse o facto de durante muito tempo os estudos elaborados acerca da televisão

serem essencialmente estudos de audiências que se cingiam em dizer “ah, sim senhor, eu conheço-o, tem cinquenta anos, é professor universitário, leu tais livros, logo, na medida em que o conheço sei que vai gostar deste programa”. Baseando-se num certo número de critérios estatísticos, eminentes matemáticos interpelavam-me bruscamente para me dizer “faz parte de certo público”. Ora, para mim, integrar certo público não é em nada algo de pacífico, um público é activo ou é inexistente, logo, trata-se de saber se existem públicos de televisão e se estes públicos se manifestam na vida social, se tomam aí posição. Por isso, o ponto de partida deste colóquio era para mim pegar numa teoria normativa do público, ou seja, no ideal do público que encontramos em filosofia política e em Habermas. Evidentemente que se trata de um ideal datado, mesmo no século dezoito era um pouco utópico. Mesmo assim, peguei neste modelo para saber se alguma coisa na televisão se aproxima deste modelo utópico. O que me impressionou foi a que ponto um certo número de apresentações, e mais exactamente a de John Fiske, confirmavam a pergunta que eu tinha feito. Este mostrou que não só podemos fazer parte de um público por aglomeração estatística mas que esta não precisa de um matemático brilhante para poder ser feita porque um computador pode muito bem calcular em função dos seus gostos precedentes a que audiência o espectador vai pertencer. Portanto, de certa forma, John Fiske retomou o meu propósito tornando-o mais dramático dizendo “um computador pode muito bem prever os seus gostos”. A questão que me coloco é a de saber se os trabalhos sobre as

audiências podem ser feitos por computadores, se esta é a questão que deve ocupar os sociólogos. Será que não deveriam antes interrogar-se sobre os públicos? Um público define-se como um grupo de pessoas que se manifesta sob o olhar de um outro grupo de pessoas na esfera pública, tomando posição de forma consistente. Existem ou não públicos de televisão?

Aliás era também a posição de Gitlin. Olhar as pessoas não só enquanto audiências mas também como tendo as suas vidas próprias.

Penso que é a posição de Gitlin porque ele é, antes de mais, um militante político e também um sociólogo. A sua sociologia encontra-se sempre ligada à sua dimensão militante. No entanto, o que Gitlin mostrou foi que a produção das audiências não é apenas um fracasso mas também, de certa forma, uma ambição da nossa civilização, ambição essa que ele condena.

Que outros aspectos quer salientar?

Por um lado a confirmação que o público de televisão não é, em sentido rigoroso, um público, isto é, que se aproxima por vezes do estatuto normativo de público mas que não consegue tornar-se público de forma inequívoca. Por outro lado, outro aspecto que me interessou foi que alguns públicos podem criar-se. No estudo de Guillaume Soulez mostrou-se que certos públicos podem fazê-lo e no vocabulário que ele utiliza, fala em audiências que se transformam em auditório (sendo este um equivalente do que chamo público). E, para se passar de audiência para auditório existem inúmeras constituições de colectivos, por exemplo, através de cartas escritas a jornais. Vou escrever a um jornal dizendo “ em nome das pessoas que usam barba com uma certa forma, digo que...”. Aqui, vou constituir um

colectivo e este vai-se apresentar como portador de certos valores. O que Guillaume Soulez demonstra é que, em primeiro lugar, esses colectivos são possíveis; em segundo lugar, eles existem, o que permite que nos possamos mobilizar face à televisão – o que Gripsrud também tinha mostrado mas, para este, esta mobilização passa por um fenómeno de *gatekeeping*. Os media podem publicar a sua carta ou não, e, de certa forma, o público que se constitui pode tornar-se num público que esteja presente no espaço público ou num público que seja eliminado e não exista no espaço público. Neste momento, o papel dos media consiste em auxiliar este devir público. Por outras palavras, para que um público se possa manifestar na esfera pública de hoje é necessário passar por uma co-produção com os media. Isto é simultaneamente encorajador na medida em que se sabe que é possível, mas inquietante pois quem diz co-produção com os media diz censura pelos media.

Disse-me que também se interessa pela ideia da construção do olhar.

Com efeito, foi daí que parti. O que mais me interessa na construção do olhar é o facto de o olhar ser considerado como algo de neutro embora existam olhares extremamente diferentes uns dos outros. Por exemplo, a antropologia vai interessar-se por certos fenómenos a que chamamos “mau olhado” ou seja, as pessoas podem olhar-nos de certa forma que faz com que se fique doente. Houve também em França inúmeros assassinatos na rua e quando se perguntou ao assassino a razão que o levou a matar a pessoa, a resposta foi: “ele fez-me um mau olhado”. Mas o que é que isso significa? Penso que, deste ponto de vista, o que sempre me interessou foi produzir uma gramática dos actos

do olhar, o que remete aliás para a palavra inglesa *regard*. Por exemplo, *I send you my regards... regard* significa estima, é olhar com estima ou olhar condenando, ou aplaudindo... Parece-me que sob a aparente unicidade do verbo *olhar* existe um leque de olhares. Para os descrever podemos aludir à classificação do filósofo Austin que escreve um livro que se intitula *Quand dire, c'est faire*. Poder-se-ia escrever um texto chamado *Quand regarder, c'est faire*.

Por último, gostaria de perguntar: quais são os problemas, as fraquezas ou as grandes qualidades da televisão no início do século?

Gostaria, desde já, de referir Eliseo Veron pois na sua apresentação anunciou-nos o fim da televisão. Parece-me falso. Eliseo Veron reconhece ele próprio que há uma ecologia dos media e que os velhos media nunca desaparecem, eles permanecem e preenchem novas funções. Quando o medium já não é capaz de ornamentar a sala, permanece mas é enviado para a cozinha. De facto, julgo que a televisão se vai manter mesmo se arrisca passar mais tempo na cozinha do que na sala. A televisão descobrirá novas funções e vai haver uma espécie de reequilíbrio das suas funções. Em segundo lugar, penso cada vez mais na centralidade de um media ligeiro: a radio. Esta é o *medium* das pessoas que se mexem e das coisas que mexem e a radio, porque precisa de pouco dinheiro, pode ser utilizada para transformar situações políticas bloqueadas. Tive a oportunidade de ir a Palermo onde ouvi emissões sobre a mafia que eram organizadas por um posto de rádio cujo autor acabou por ser assassinado. Mas antes de ser assassinado tinha conseguido transcrever a gesta patética da mafia num novo registo que era cómico. Por outras palavras, ele fazia

emissões para fazer troça da mafia e mostrar que ela podia ser vista como ridícula. Parece-me que muito frequentemente a ligeireza da rádio permite intervenções políticas que a imensa maquinaria dos media mais caros impede. Em terceiro lugar, penso que a televisão é, antes de mais, um *medium* da palavra.

E que consequências tem isso sobre a televisão que se fabrica a cada instante?

Tem consequências, mas parece-me também que na medida em que se trata de um medium da palavra há raros momentos em que a televisão se torna num medium da imagem e em que a imagem prevaleça sobre a palavra. O exemplo da morte do jovem militante ecologista em Génova, algumas imagens da intifada na Palestina ou em Israel mostram que em certos momentos, muito raros, é a imagem que tem mais influência. Estes momentos têm uma certa forma de se inscrever na memória colectiva e de determinar as escolhas e as novas opções ideológicas. Estas imagens pedem uma interpretação e o que se diz acerca delas não as esgota, pois estão disponíveis a outras interpretações como os quadros nos museus estão abertos a interpretações ulteriores. Não se deve subavaliar o poder de certas imagens que, para mim, se encontra ligado a um dos maiores poderes da televisão. Por último, quando tais imagens aparecem, põem em causa uma série de discursos ideológicos visto que fazem trabalhar os espectadores ao nível da recepção e este trabalho vai dar-lhes um enorme poder. Isto explica o que me parece uma enorme responsabilidade das pessoas que fazem a televisão que é descrita pela teoria que se chama em inglês *agenda-setting*. A teoria do *agenda-setting* pergunta quais são os

objectos sobre os quais os media nos pedem para pensar. Cada sociedade tem uma série de objectos (número 1, 2, etc...) e creio que a partir do momento em que somos capazes de propor imagens perturbadoras, desconcertantes, o papel da agenda torna-se essencial visto que em função do objecto sobre o qual a imagem incidirá temos um programa de reconstrução da ideologia sobre esse mesmo objecto. Pessoalmente, penso que as críticas à mundialização são talvez fundadas mas esta, no meu conhecimento, existe há dois mil anos e a sua forma mais forte é o império romano. Parece-me que não se trata de algo de novo e que o protesto de este homem que foi morto era um protesto sincero mas mal construído, não foi pensado e talvez ainda não fosse pensável. Existe uma série de galáxias que são um pouco mitológicas e que podem de um momento para o outro tornar-se o centro das preocupações desde que um

evento brutal tal como a morte deste homem se torne o acontecimento maior da agenda. Julgo que neste caso a televisão tem um papel importantíssimo que consistiria em pôr este acontecimento no topo da agenda porque aí ele seria o objecto sobre o qual todas as pessoas iriam pensar. Mas, seria talvez melhor ter-se pensado um pouco nisso antes.

O que quer dizer?

O que eu quero dizer é que existem inúmeros eventos que estão em competição todos os dias e que, entre eles, há alguns que são extremamente importantes e outros menos importantes. E, julgo que este evento era menos importante e foi privilegiado mas um espaço publico é também um espaço, tem limites. Se eu obstruo o espaço público com todo o tipo de eventos que não são importantes, então impeço os eventos importantes de terem lugar no espaço público.

mesa redonda

A mediação dos fogos florestais

Mário Mesquita

coordenador

Os textos aqui reunidos correspondem a uma mesa-redonda que se efectuou a 20 de Março de 2001, na Universidade de Évora, no âmbito da Conferência Nacional sobre Prevenção e Investigação de Incêndios Florestais, organizada pela Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais. A revista *Media & Jornalismo* agradece ao organizador do colóquio, Eng^o Maia e Costa, a autorização para reproduzir os textos (anteriormente publicados em AAVV, *A floresta, que futuro?*, Lisboa, Ministério da Administração Interna-INA, 2002), que, desta forma, ficarão mais acessíveis.

Informação e espectáculo na luta entre a água e o fogo

Mário Mesquita

Universidade Nova de Lisboa

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

A questão central desta mesa-redonda consiste em averiguar de que forma podem os meios de comunicação social contribuir para a prevenção e o combate aos incêndios florestais. À primeira vista, este tema não parece levantar problemas de particular complexidade, visto que, como é sabido, existe um conjunto de instrumentos mediáticos, cada vez mais sofisticados e interactivos, que podem ser mobilizados pelo Estado ou pelos particulares numa perspectiva de serviço social.

Olhando-a mais de perto, porém, a questão não é assim tão simples. A pedagogia e os media afiguram-se à primeira vista áreas complementares. Se pensarmos os media apenas como instrumentos tecnológicos, a possibilidade da sua utilização para fins pedagógicos surge-nos quase como evidência, muito ampliada pelas enormes potencialidades das novas tecnologias da comunicação, em especial da Internet. No entanto, os usos sociais dos meios da comunicação, desde o último quartel do século XIX até à actualidade, não cessaram de afastar a lógica de entretenimento, prevalecente nos media, da perspectiva pedagógica e educativa.

Durante o século XIX, a invenção do telégrafo solucionou o problema de difundir rapidamente a informação, separando, pela primeira vez na história, a comunicação dos transportes. As mensagens passaram a viajar por canais próprios, separadas das pessoas numa época em que o meio de transporte mais veloz era o comboio com a velocidade máxima de 40 km à hora, nos comboios mais rápidos daquela época. Ao mesmo tempo, o telégrafo – como afirma Neil Postman (2000: 88) – «transformou a informação numa mercadoria, numa “coisa” desejável em si mesma, separada dos seus possíveis usos e significado». Atomizadas e descontextualizadas, as informações disseminadas pelos media passam a valer por si próprias, fragmentadas, sem necessidade de se inserir na moldura de uma história. Pela primeira vez, os seres depararam-se com um problema novo: «o excesso de informação, a informação lixo, a informação separada de qualquer espécie de finalidade ou significado» (idem: 81).

«O telégrafo legitimou – refere Postman (idem: 87-88) – a ideia da informação descontextualizada; isto é, a ideia de que o valor da informação não necessita de estar ligado a nenhuma função que deva desempenhar na vida social e política. Pode existir por si própria como um meio de satisfazer a curiosidade e de oferecer novidade».

A rádio confere à informação a instantaneidade e a força envolvente da linguagem sonora. A fotografia, o cinema e a televisão, ao romperem com o predomínio da linguagem escrita característico dos primeiros tempos da imprensa, associaram, em diferentes suportes técnicos, o mosaico da informação fragmentada ao fascínio da imagem, com tudo o que ela transporta de afectividade e emoção. Não se trata apenas de ir ao encontro do apelo daquilo que é novo, diferente ou exótico, mas de multiplicar essa curiosidade graças ao poder de atracção do som e da imagem. Potenciada pela fotografia, mesmo nos formatos tradicionais da impropriamente chamada imprensa escrita, pelo cinema, nas actualidades cinematográficas, pelos telejornais, pelos «websites», cada vez icónicos e sonorizados, a informação vive, a partir do início do século XX, paredes meias com o espectáculo.

Esta evolução no sentido da espectacularização e da gratuidade no acesso, pago indirectamente pela publicidade, estabeleceu uma distância cada vez maior entre os projectos voluntaristas das elites da educação e da cultura e os usos sociais dos meios de comunicação social cujo acesso, potenciado pelas tecnologias áudio e audiovisuais, se alargou a vastas camadas da população, abrangendo sectores de população iletrada. Os media são cada vez mais uma indústria autónoma que tende a recusar ao Estado o direito de regulamentar a respectiva actividade em termos de serviço.

A cada nova geração de novos meios de comunicação, desde a rádio à Internet, sucederam-se novos planos e novas ilusões de preponderância do serviço

público e da perspectiva pedagógica. Aos novos tipos de comunicação correspondeu uma espécie de retorno às ideias generosas de utilização das novas tecnologias com vista à expansão da educação e da cultura, à construção de uma sociedade de cidadãos.

À medida em que se configuraram novas formas de utilização dos media na sociedade e no mercado, os universos da educação, da cultura e dos media, apesar das zonas de contacto e de convergência, foram trilhando caminhos cada vez mais divergentes. Em volta das tecnologias da comunicação construía-se uma indústria cultural, regulada pelos critérios do mercado nem sempre compatíveis com as finalidades do ensino e da pedagogia.

A Internet, por exemplo, começou por ser utilizada essencialmente pela comunidade científica e continua a representar um enorme potencial para o intercâmbio e o desenvolvimento conjunto da investigação e da reflexão, sem barreiras geográficas, nem demarcação de fronteiras. Mas a sua utilização alargada tem-se orientado cada vez mais no sentido da comercialização e do divertimento, desde os casinos on-line aos sites pornográficos. O conhecimento e a pedagogia continuam a representar um enorme potencial, mas que tende a ser mais residual à medida que se avança para a massificação.

É banal sustentar que os media se têm vindo a apresentar como uma indústria e um «campo social autónomo» que tem no espectáculo, no entretenimento e na diversão o principal motivo de ser da sua existência na sociedade e no mercado. As audiências que credibilizam os media junto dos anunciantes obtêm-se pela espectacularização que, como é sabido, não se circunscreve à «zona demarcada» dos programas e da ficção, visto que se propaga e contagia todo o espaço dito de informação. O jornalismo propriamente dito transforma-se em género minoritário, sob a influência predominante da televisão. À medida em que entra em crise, nos países europeus, a noção de serviço público, o *fait divers* invade o espaço dos telejornais outrora subordinados a critérios de avaliação das notícias inspirados nos métodos de avaliação dos decisores políticos.

Em pleno começo do século XXI – recorrendo, ainda, à palavra de Neil Postman (2000: 89) – «não sabemos, na maior parte dos casos, o que fazer com (a informação) ou acerca dela – à excepção de continuarmos a resolver um problema do século XIX que já foi resolvido. Esta atitude é uma perfeita loucura, como certamente nos diria qualquer sábio do século XVIII».

Para ajudar a encarar esta problemática, Postman distingue *informação*, *conhecimento* e *sabedoria*. Para o autor (idem: 95), «os jornais deveriam sair do campo da informação e passar para o campo do conhecimento, entendido como «informação organizada, informação inserida num contexto, que tem uma finalidade, que nos conduz a procurar mais informação de forma a sabermos mais acerca do mundo». Mas a *informação* e o *conhecimento* não bastam, sendo

necessário introduzir um terceiro conceito, o de *sabedoria*, que o autor define de uma forma que ele próprio classifica de inteiramente prática: «Entendo por *sabedoria* identificar qual é o corpo de conhecimento relevante para a solução de um problema significativo (...) Podemos ter uma grande quantidade de conhecimentos sobre o mundo mas carecer totalmente de sabedoria (...) O conhecimento não se pode julgar a si próprio. Tem de ser avaliado por outro conhecimento, e nisso reside a essência da sabedoria».

Na época das Luzes seria imaginável que Diderot fizesse publicar, na *Enciclopédia*, um texto sobre as formas de prevenção e combate aos fogos florestais, ao lado de «entradas» acerca da reforma do alfabeto, da pesca ou das artes da culinária. No jornalismo posterior à fase industrial da imprensa, os fogos florestais constituem sobretudo o indispensável cenário para dilatar o campo da informação-entretenimento, que os norte-americanos designam hoje por *infotainment*. E os incêndios florestais trazem consigo os ingredientes bastantes para estimular o espectáculo noticioso.

A árvore, a floresta e o fogo, palavras que nos convocam para esta sessão, evocam temas ligados à nossa vida quotidiana. Todas elas provocam fascínio e lembram desafios que se renovam ciclicamente. A luta da água e do fogo, combate entra a hidra e o dragão, corresponde a uma narrativa mítica que data de tempos imemoriais. Os espanhóis cunharam a este propósito um provérbio: «Na luta entre a água e o fogo, é sempre o fogo que perde». Optimista este adágio popular? Sem dúvida, na perspectiva dos agentes que procuram prevenir ou combater o fogo – em primeiro lugar, os bombeiros. Pessimista? Sim, paradoxalmente, também o é no plano simbólico – como recorda Michel Tournier (1996: 82-83) – visto que «o fogo simboliza (...) o entusiasmo, o espírito juvenil, o ardor empreendedor, e a água as tristes e desencorajadoras sujeições da realidade». Realista? Nem tanto, porque omite que, enquanto os homens não vencem o incêndio, com a ajuda da água, perdem-se vidas e haveres...

O espectáculo dos incêndios florestais é, de algum modo, o espectáculo da dor. Com ele se «fabricam», sem piedade, as obras de arte da ficção literária e cinematográfica. Dele se alimenta igualmente a estética mediática, numa época em que o *fait divers* é o alfa e o ómega do jornalismo televisivo. Não é razoável interpretar o jornalismo de forma ascética e redutora que pretenda confiná-lo ao registo de uma racionalidade estreita, cortada da afectividade e da emoção. Aliás, quem conhece alguma coisa de história da imprensa sabe que o *fait divers* constitui, desde as primeiras folhas noticiosas impressas, matéria-prima essencial dos noticiários. Histórias de verdadeiros crimes e supostos milagres, fenómenos raros da natureza e banalidades quotidianas enchem as páginas de pequenas folhas volantes com notícias e histórias que, depois, são contadas de

viva voz a populações maioritariamente analfabetas e sequiosas do extraordinário, do fantástico e do maravilhoso.

Lembro-me de ter assistido, no *campus* de uma Universidade estrangeira, num *zapping* por múltiplas televisões europeias, às belas e horríveis imagens do incêndio do Chiado no final dos anos 80. A grandeza icónica do espectáculo impunha-se, enquanto o louvor à força e à harmonia arquitectónica da Lisboa setecentista e oitocentista se misturava com observações sobre as deficiências do sistema de protecção contra incêndios. Rareava, contudo, a informação, de tal modo que o telespectador português, ocasionalmente ausente do país, após percorrer algumas dezenas de canais televisivos e dois ou três jornais (neste caso, francófonos) ficava a ignorar aspectos essenciais, não podendo sequer responder aos amigos estrangeiros, fãs de Portugal e da Baixa lisboeta, que perguntavam, por exemplo, se o São Carlos e a Brasileira tinham ou não sido atingidos pelas chamas...

Os *fait divers* ligados aos incêndios florestais constituem uma excelente «matéria-prima» jornalística porque permitem sucessivos episódios ao longo de vários dias, numa estrutura narrativa semelhante à do folhetim ou à da telenovela. Como escreve Georges Auclair (1982: 61), «os *fait divers* cuja forma é a melhor, por suscitar mais interesse, são aqueles cuja narrativa se prolonga de um dia para o outro, que pedem uma continuação». Os incêndios florestais, durante o Verão português, prolongam-se ao longo de dois ou três meses, funcionando todos os anos – é, pelo menos, uma hipótese plausível – como se constituíssem uma mesma narrativa. E talvez se possa dizer, à semelhança do que fazem Bird e Dardenne ([1988] 1993: 267) acerca do noticiário sobre crimes, que todas as notícias sobre os fogos florestais se podem reduzir a um único modelo, ou seja, precisando melhor, que cada notícia isolada sobre incêndios tem como cenário outras notícias (ou *estórias*) sobre incêndios.

Se o jornalista justifica pela novidade a selecção das notícias, neste caso, em rigor, o que funciona é a redundância e a repetição, o que, segundo os autores referidos (Bird e Dardenne, *idem*: 265), se poderia justificar pela inserção das notícias numa «prática cultural antiquíssima, a narrativa e a arte de contar *estórias*», que possui uma função normativa na sociedade. Em certo sentido, todas as notícias de incêndios ou fogos florestais poderiam encaixar-se numa única moldura, a que se acrescentariam os pormenores que muitas vezes as diferenciam entre si. Nos tempos da grande concorrência entre o *Diário de Notícias* e *O Século*, antes do 25 de Abril de 1974, os incêndios de edifícios da Baixa, no dizer de repórteres que viveram esse tempo, distinguiam-se pelo número de descrições de velhinhas em pranto que cada um dos jornais publicava...

Estas notícias de incêndios invocam não só o fascínio mitológico do fogo, com todas as suas sugestões contraditórias, mas igualmente o mistério das

estórias policiais e das mitologias da conspiração, visto que nuns casos paira sobre elas a imagem isolada do pirómano solitário, noutros a conspiração invisível de interesses económicos ou outros que raras vezes são concretamente identificados pelo repórter ou pelas fontes policiais, mas que subjazem à recepção dos telespectadores e circulam como boatos espalhados na sociedade.

Pode evidentemente perguntar-se – certamente as intervenções dos participantes na mesa-redonda ajudarão a esclarecer-nos – até que ponto é possível conciliar na produção noticiosa as rotinas profissionais, as lógicas de mercado e as tradições narrativas, com o sentido de serviço social, relacionado com o esforço da prevenção e da educação cívica?

As correntes funcionalistas procederam ao inventário das funções dos media com recurso à bem conhecida distinção de Robert Merton entre a *função manifesta*, aquela que é oficialmente enunciada pela instituição, e a *função latente*, aquela que é efectivamente desempenhada. No caso das notícias sobre incêndios florestais, a função manifesta é obviamente de natureza informativa, mas frequentemente poderá suceder que as funções de distração se sobreponham.

Prosseguindo no uso do esquema proposto por Charles R. Wright, importa considerar igualmente as *disfunções*, ou seja, os efeitos tidos por indesejáveis ou contrários aos fins sociais da instituição em causa. Nos casos de acidentes ou situações de catástrofe colectiva, contam-se entre as possíveis disfunções as situações de pânico ou desorientação provocadas, por vezes involuntariamente, por certas formas de comunicação menos eficientes, embora o exemplo clássico do pânico gerado pela famosa emissão radiofónica de Orson Welles, baseada numa representação teatral da Guerra das Estrelas, não pareça de fácil repetição dado que se verificou num contexto social em que a habituação à descodificação da linguagem dos media ainda era muito insuficiente e rudimentar...

Em qualquer caso, os estudos sobre o fenómeno do medo gerado pelos media de massas demonstram que os públicos, adultos e infantis, associam reacções de medo e de prazer na recepção de determinadas mensagens ou programas televisivos. Medo e gozo podem estar, aliás, associados no acesso à ficção e à informação televisivas, embora, em certos casos, como no filme de *suspense*, os investigadores associem o prazer à sensação de alívio posterior à situação perigosa ou ameaçadora.

Estas palavras introdutórias visam apenas situar esta problemática. Os estudos empíricos poderiam, seguramente, ser mais reveladores acerca da forma como são tratados nos media e no jornalismo, desde o noticiário à ficção, passando pelo registo do documentário ou da publicidade institucional, as questões relacionadas com os incêndios florestais.

O jornalismo, através da difusão de informações, constitui um importante meio para regular o comportamento dos cidadãos no quotidiano, mas a sua

prática balanceia sempre entre a informação e a comunicação, o bem social e o bem de mercado, a racionalidade e a afectividade, o serviço e o espectáculo. Mesmo que nos oriente uma perspectiva normativa, não estamos situados entre opções entre o bem e o mal, nem é possível distinguir nos media escritos e audiovisuais ou na Internet, uma fronteira rígida entre as funções manifestas e as funções latentes da comunicação social.

Nunca será possível, por isso, distinguir na recepção das reportagens dos incêndios florestais o fascínio e o medo do fogo, o serviço informativo e o entretenimento (consciente ou inconsciente) do telespectador. Mas essa análise não deve, obviamente, impedir os responsáveis pela defesa da floresta e pelo combate aos incêndios, nem os responsáveis dos media, de terem em conta a responsabilidade social do jornalismo e o desejo de, sem prejuízo dos seus legítimos interesses profissionais, contribuir para o bem estar e a segurança das populações ameaçadas no seu direito à vida, à habitação e à segurança.

Estudos efectuados acerca das avaliações dos especialistas e do público acerca dos riscos florestais e, em geral, tecnológicos, apontam no sentido da necessidade de associar os públicos às políticas de prevenção: «O público não é irracional – concluem os investigadores Flynn e Slovic (2000: 126) –, é influenciado pela emoção e pelos afectos, dum modo simultaneamente simples e sofisticado (...); por visões do mundo, ideologias, valores e pelo seu contexto social.»

No entanto, é bom conhecermos igualmente os limites do nosso voluntarismo, se queremos compreender as lógicas inerentes ao funcionamento dos media e à sua interacção com os públicos. E para isso é bom ter presente que, observado ao vivo ou recriado em imagens, no espectáculo do fogo se reúnem – como sublinha Bachelard (1999: 39) – «um verdadeiro complexo em que se unem o amor e o respeito do fogo, o instinto de viver e o instinto de morrer».

Bibliografia

- Auclair, G. (1982), *Le Mana Quotidien - Structures et Fonctions de la Chronique de Fait Divers*, Paris: Anthropos.
- Bachelard, G. ([1949] 1999), *La Psychanalyse du Feu*, Paris: Folio-Essais.
- Bird, E & Dardenne, R., ([1988] 1993), Mito, registo e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias, In Traquina, N. (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*, Lisboa: Vega.
- Flynn, J. & Slovic, P., (2000), Avaliações dos peritos e dos públicos acerca dos riscos tecnológicos, In Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras: Celta.
- Postman, N. (2000), *Building a Bridge to the Eighteenth Century - How the Past Can Improve Our Future*, New York: Alfred A. Knopf.
- Tournier, M. (1996), *Le Miroir des Idées*, Paris: Mercure de France (Folio).

As formas de agendamento

Anabela de Sousa Lopes

Escola Superior de Comunicação Social

Compreender os principais mecanismos que regem a actividade dos meios de comunicação social pode contribuir para uma adequação de medidas pedagógicas que se inscrevem num leque alargado e variado de outro tipo de acções, que visam prevenir situações dramáticas, como é o caso dos fogos florestais.

Nesse contexto, a noção de agendamento ou *agenda-setting* é central nesta breve exposição que tem como objectivo enunciar alguns pontos-chave sobre o papel dos *media*, ou, mais concretamente, do jornalismo, no tratamento desta temática.

Agendar um acontecimento é considerá-lo relevante para a produção da notícia. Neste sentido, afirma-se que os meios de comunicação social não nos dizem como pensar, mas dão-nos os assuntos sobre os quais devemos pensar. Considerando apenas a linearidade desta ideia, obviamente este é já um caminho que determina a formação da opinião pública, por serem impostas notícias que são comuns, na sua maioria, a todos os órgãos de comunicação, apesar de existirem diferentes critérios de apresentação, consoante a linha editorial que regula o trabalho jornalístico de cada um deles. As especificidades técnicas determinam também a construção e difusão das mensagens, no entanto, a imagem, o som e a palavra escrita têm frequentemente o mesmo objectivo: uma leitura rápida e imediata de uma ocorrência, de preferência polémica para todos os públicos.

A ruptura na normalidade é alvo da atenção dos jornalistas e, para além disso, como refere Paul Ricoeur (1984: 92), “narrar é já ‘reflectir sobre’ os acontecimentos narrados”. Isto significa que os jornalistas não são meros mediadores entre o acontecimento e os seus receptores. A realidade é filtrada e apresentada sob a forma de um discurso próprio, nem sempre coincidente com outras abordagens, nomeadamente científicas ou políticas. O jornalista informa, enquadrando o acontecimento, conferindo-lhe sentido. Ele é um actor social e não uma simples testemunha que elabora um relato. Cada registo noticioso sobre um incêndio florestal está inserido numa estrutura narrativa, é parte de uma construção cultural. A compreensão da notícia, enquanto unidade delimitada no espaço e no tempo, faz apelo a um conjunto de outras apresentadas no passado que servem de suporte e de moldura. É neste sentido que, por exemplo, são apresentados dados que traçam o quadro de situações passadas e de um momento presente.

O trabalho jornalístico provoca determinados efeitos na sociedade, é fundamental para a construção da opinião pública, ao mesmo tempo que é determi-

nante para a dinâmica de diferentes agentes. Pierre Bourdieu (1997: 48) vai mais longe, dizendo: “Os jornalistas – e teríamos de dizer antes o campo jornalístico – devem a sua importância no mundo social ao facto de deterem um monopólio sobre os instrumentos de produção e de difusão a grande escala da informação e, através destes instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que por vezes se chama ‘o espaço público’, quer dizer, à grande difusão”.

Apesar da pertinência desta questão, será preferível sublinhar que o agendamento dos *media* liga-se a outras agendas: à agenda política e à agenda do público. O caso dos fogos florestais é excepcional, se pensarmos no conjunto de acontecimentos dramáticos, que, por regra, são imprevisíveis, logo, não agendáveis. Apesar do carácter aleatório do acontecimento – que marca fortemente a produção jornalística –, os fogos florestais são sempre notícia. A imagem do fogo, por ser um elemento poderoso, assustador e fascinante, é, por si só, informação a ser difundida pelas televisões e pelas fotografias da imprensa. A função informativa fica dominada pela força do espectáculo que é também inflacionada pela cobertura jornalística, orientada por uma lógica comunicativa que faz mais apelo à emoção do que à explicação dos factos. Note-se ainda que, devido à falta de acontecimentos políticos durante o Verão, o *fait divers* é abundantemente utilizado para preencher o espaço deixado vazio pela agenda política, sem dúvida a principal fonte do agendamento jornalístico.

Se a actuação dos *media* ficar circunscrita aos momentos de crise, em que os incêndios florestais se sucedem quase diariamente, será difícil reforçar o seu papel ao nível da prevenção, precisamente porque domina o acontecimento espectacular, que por si só alimenta o campo dos meios de comunicação social durante períodos de tempo bastante prolongados.

O agendamento desta temática depende também dos agentes políticos e dos especialistas que reforçam essas medidas preventivas. Na verdade, o conhecimento dos mecanismos de actuação dos *media* possibilita a promoção de ideias e de iniciativas. A título de exemplo, apresentamos uma notícia do jornal *Expresso* de 16 de Fevereiro de 2001:

Autarquia e Associação Florestal unidos na luta contra os fogos

A Câmara de Felgueiras e a Associação Florestal do Vale do Sousa (AFVS) assinaram, ontem, um protocolo de colaboração para constituir uma equipa de sapadores no concelho para prevenir fogos florestais, anunciou hoje a autarquia num comunicado.

Tendo em conta essa previsibilidade, a agenda política pode estabelecer uma relação com os *media* no sentido de impulsionar a prevenção e/ou dar a conhecer as suas acções nesse âmbito.

Um dos aspectos importantes na relação entre os meios de comunicação social e os especialistas ligados à prevenção dos incêndios florestais diz respeito à selecção da informação considerada importante para a opinião pública. A dificuldade de entendimento ao nível do discurso é muitas vezes notória. O jornalista quer os números, as imagens, o especialista quer falar das medidas tomadas. Refere Hans Peter Peters (2000: 230): “Os jornalistas consideram os peritos como fontes passivas que são por eles usadas para realizar as funções mediáticas de, por exemplo, informar e entreter a audiência e criticar as elites”.

Para ilustrar esta ideia, retirámos outra notícia do jornal *Expresso*, de 10 de Agosto de 2000:

*Liga para a Protecção da Natureza exige recuperação das florestas ardidadas
Portugal tem índice mais alto de eucaliptal queimado do mundo*

A Liga para a Protecção da Natureza (LPN) exigiu, hoje, a imediata recuperação das áreas florestais devastadas pelos incêndios, em respeito pela vegetação natural de cada zona. Uma nota à imprensa afirma que as estratégias adoptadas na prevenção de fogos não têm surtido efeitos, defendendo que prevenir «é também planificar o pós-fogo imediatamente a seguir à ocorrência».

«Espreitam agora os empreendimentos imobiliários já previstos e que aguardavam a sua vez e mais umas tantas plantações de eucalipto», salienta o comunicado, para adiantar que Portugal tem o mais elevado índice de eucaliptal queimado do mundo, tendo em conta a área do país.

No documento refere-se ainda que, para acabar com os incendiários e com os interesses associados, «não bastam grandes programas de combate aos incêndios».

Trata-se de um registo de uma fonte interessada nesta temática, sem a apresentação de outras fontes que pudessem, eventualmente, fornecer perspectivas divergentes sobre as acções de prevenção dos fogos florestais. Naturalmente, a procura de mais informação – para além da que é fornecida nestes comunicados –, o confronto entre as fontes, são tarefas elementares para se produzir jornalismo rigoroso. Nem sempre isso acontece e muitas vezes o jornalista cede à pressão do tempo que o faz publicar notícias incompletas ou mesmo parciais.

Embora seja evidente o poder do audiovisual sobre a imprensa escrita, e que qualquer medida pedagógica pode ser executada com êxito pelos diferentes meios de comunicação social tendo em conta o *medium* e também os destinatários, é ainda na imprensa escrita que pode ser aprofundada informação, nomeadamente através de artigos de opinião produzidos por especialistas desta

área. A credibilidade atribuída aos conteúdos está intimamente ligada ao reconhecimento da competência do seu autor. A adesão do público à mensagem do perito passa essencialmente pela clareza com que é exposta. Qualquer acção pedagógica no campo da comunicação social não dispensa a intervenção directa daqueles que dominam plenamente determinadas áreas científicas, sem que o jornalista fique dispensado de decodificar e interpretar o discurso do especialista que sustenta as notícias.

Como sublinha Dominique Wolton (1999: 228), “a grandeza do jornalismo está em preferir um acontecimento a uma análise, pois é essa a essência do seu ofício; mas, ao mesmo tempo, os acontecimentos só têm valor quando acompanhados pela análise (...)”.

Bibliografia

Bourdieu, P. (1997), *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta

Peters, H.P. (2000), A Interacção entre Jornalistas e Peritos Científicos, In *Jornalismo 2000*, Revista de Comunicação e Linguagens, Lisboa: Relógio d'Água

Ricouer, P. (1984), *Temps et Récit II - La Configuration dans le Récit de Fiction*, Paris: Seuil

Wolton, D. (1999), *Pensar a Comunicação*, Lisboa: Difel

Distinguir a informação-serviço da informação-produto

Fátima Campos Ferreira

Jornalista da RTP. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Final de Agosto de 2000. Mais um dia de calor abrasador. As notícias sobre incêndios florestais vêm alimentando os telejornais. Mas aquele dia foi especial...

Como habitualmente, pela manhã, na reunião de selecção e alinhamento de conteúdos, foram enumerados os vários focos de incêndio que lavravam no país, e constituíam perigo para as populações.

Por volta das 14h, veio o alerta... Um incêndio de grandes proporções está a atingir a região do parque natural do Abano em Cascais e ameaça zonas residenciais. A notícia chegava acompanhada de outros pormenores: vivia-se uma situação de pânico nas imediações de um parque de campismo...

Duas equipas de reportagem seguiram para o local. Mais tarde viriam ainda a ser reforçadas...

Uma hora depois, confirmavam-se os receios. As chamas aproximavam-se perigosamente das residências e o tal parque de campismo foi evacuado, bem como várias habitações. A situação agravava-se minuto a minuto; tendo

em conta que a zona era densamente urbanizada, a notícia ganhava contornos de importância nacional.

Ao mesmo tempo ardiam hectares de mata protegida e classificada...

Foi então decidido abrir um espaço informativo especial, para dar a conhecer o que se estava a passar.

E assim foi ao longo da tarde, à medida que a situação se agravava cada vez mais.

Em simultâneo, os incêndios ameaçavam outras áreas florestadas e residenciais do país... Um dia negro para as zonas verdes, para as populações, e para os bombeiros.

Às 18h e 30m, iniciou-se então uma emissão especial, com directos aos vários pontos do País.

... Essa emissão haveria de colar ao próprio telejornal, às 20h... Uma maratona informativa que se impôs pela necessidade de retratar a situação de calamidade que afectava todos os distritos. Risco para as populações e seus haveres, hectares de mata destruídos e avultados prejuízos florestais.

Era do interesse público manter os espectadores informados sobre o evoluir da situação... as imagens de labaredas sucediam-se, bem como os testemunhos de bombeiros e populares. Os vários problemas relacionados com o ataque aos fogos, especialmente na zona de Cascais, ganhavam força.

A limpeza do parque natural, a florestação, as queixas, a eventual descoordenação das várias corporações no terreno, as faltas de água, os avisos tardios... e até o «episódio Champallimaud»¹, que teria desenvolvimento no dia seguinte no telejornal, quando o visado esclareceu as razões pelas quais proibiu a entrada dos bombeiros nas suas propriedades.

Um dia extraordinário na vida do país e das redacções. Na época estival as notícias dos incêndios são habituais, quando põem em risco as populações e acarretam graves prejuízos para as florestas portuguesas e para o seu ecossistema.

Aliás, são estas razões que anualmente fazem dos incêndios notícias de primeira página na comunicação social, da mesma forma que as cheias do Inverno, os acidentes de viação e até as explosões recorrentes nas fábricas artesanais de pirotecnia. Acontecimentos que pelos contornos que assumem se tornam de interesse público.

O que difere é o tratamento jornalístico. De tal forma que hoje pode abertamente falar-se de “Jornalisms”... e não apenas de um único género de “Jornalismo”. A coabitação entre a Informação “Serviço” e a Informação “Produto” gera alguma confusão no espectador incauto e menos atento... A estética forte e apelativa das imagens do fogo, nem sempre contextualizadas ou justificadas, pode conduzir a situações de pânico generalizado e exagero.

Numa sociedade em que se problematizam sectores fundamentais como a justiça, a educação e a saúde, em que os capitais privados dominam grande parte dos sectores da vida nacional com o imperativo cada vez maior de gerar receitas e rápidas mais valias, o jornalismo necessita de uma redefinição: os seus objectivos, as fronteiras, se é que ainda existem, os métodos, a deontologia.

Este seria outro debate que não cabe no âmbito do encontro.

A finalizar, devo dizer, que, no meu entender, o jornalismo só faz sentido se auxiliar o cidadão a integrar-se melhor na sociedade.

É necessário facultar-lhe todos os elementos, de forma a contextualizar as matérias essenciais, para que o cidadão possa tomar decisões em consciência, através do conhecimento.

Notas

¹ A autora alude a uma entrevista em que um proprietário da região, da família Champallimaud, proferiu diversas críticas à actuação das corporações de bombeiros da região de Cascais.

Por uma cultura de segurança

Gisela Oliveira

Assessora de Imprensa do Centro de Informação Pública
do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC)

Os caminhos que passam pela política de relações entre o Centro de Informação Pública do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) e os órgãos de comunicação social caracterizam-se pelo reconhecimento do papel que os media podem e devem desempenhar, quer na prevenção das catástrofes naturais, quer na acção de informação pública, numa situação de emergência provocada por um acidente grave, uma catástrofe ou uma calamidade.

No plano operacional, o Centro de Informação Pública, que se divide no sector de informação à população e no sector de informação à comunicação social, está preparado para dar essa resposta pronta e eficaz às solicitações provocadas por uma situação de emergência, tal como sucedeu recentemente com a queda da Ponte em Entre-os-Rios, ou com as cheias em Moçambique, onde permanece uma equipa de socorro do SNPC.

No entanto, para todos os que têm responsabilidades na Protecção Civil em Portugal a tarefa é muito mais ampla. É importante criar uma Cultura de Segurança no nosso país que leve os cidadãos a um envolvimento directo na

Prevenção e à exigência de medidas concretas de planeamento e prevenção de qualquer tipo de catástrofe.

A contribuição dos media na construção de um novo espírito colectivo de Protecção Civil será, sem dúvida, determinante.

A minha experiência nestas funções deixa-me, no entanto, apreensiva. A maior parte dos jornalistas não pode deixar de estar sensibilizada para as tarefas de protecção civil. Mas, infelizmente, os jornalistas estão pouco informados e, por isso, nem sempre são rigorosos na informação que veiculam. Constato esta triste realidade diariamente nos contactos que as redacções estabelecem com os nossos serviços. Naturalmente, aproveitamos todas as oportunidades para um esclarecimento sobre o sistema nacional de Protecção Civil.

A maior parte dos jornalistas não conhece o sistema, da sua base autárquica até ao topo nacional, passando pelo nível distrital. Tal e qual uma pirâmide, esta na sua posição normal e não invertida como na construção de uma notícia.

Este desconhecimento leva, muitas vezes, alguns jornalistas a cair em tentações mediáticas, provocadas por falta de *background* e pelo desejo de conseguir uma notícia de primeira página ou de abertura no telejornal.

Tomemos como exemplo recente a queda da Ponte de Entre-os-Rios. Entre as diversas reportagens e emissões contínuas sobre esta tragédia, uma estação de televisão decide entrevistar uma criança de cinco anos...

Quem é que ganhou com esta reportagem? Os telespectadores ficaram correctamente informados? A população foi sensibilizada e informada relativamente ao esforço que estava e está a ser desenvolvido pela Autoridade Marítima? Onde está a informação, a notícia nessa reportagem?

Parece-me paradigmático este exemplo de ligeireza e de falta de consistência com que se tratam questões importantes que mexem com os mais profundos interesses das pessoas.

Não se trata de pretender colocar a comunicação social ao serviço seja de quem for. Trata-se de criar relações de confiança entre as partes, com base em princípios que devem ser cultivados muito antes da situação de emergência. Esse relacionamento pode e deve ser considerado como uma parte da Prevenção. Em situação de emergência, um conhecimento mútuo é determinante para a minimização das consequências das catástrofes. As populações encontram nos media o interlocutor mais próximo que as pode orientar, ajudar e acalmar perante situações graves.

A assessoria de Imprensa do SNPC deve ter perante os órgãos de comunicação social uma atitude de imparcialidade, de prontidão nas informações e de clareza no discurso.

São os media que permitem, em situação de emergência, a comunicação mais rápida com as populações. Por isso mesmo, em situação de

catástrofe, a relação com os media deve pautar-se por uma rigorosa gestão da informação.

Do assessor de Imprensa de uma instituição como o SNPC espera-se muita calma, porque tem de saber gerir duas situações simultâneas: por um lado, tem de compreender e descodificar as informações dos responsáveis pela gestão da emergência que estão sob tensão; por outro, tem de transmitir a informação aos jornalistas que estão ansiosos por uma notícia de última hora.

Um assessor é um mediador entre a instituição e o público. De permeio tem os media, com quem terá de desenvolver um relacionamento de cumplicidade recíproca, com papéis bem definidos e respeitados, permitindo, assim, que as mensagens circulem de forma transparente e precisa.

Tem sido este o relacionamento do SNPC com os diferentes órgãos de comunicação social. Por um lado o SNPC conhece a linha editorial dos órgãos de informação, o seu auditório, a influência e o tipo de público abrangido; por outro, os órgãos de informação olham para o SNPC como uma fonte de informação credível.

Este relacionamento só se consegue de duas formas: uma, através da imparcialidade. A mesma informação é dada a qualquer órgão de informação, seja ele nacional, regional ou local; a outra, através do contacto permanente e ao longo dos meses, com os jornalistas. Nós não podemos (nem devemos) contar com os jornalistas apenas nas situações de emergência. Há que estar disponível também em situações tranquilas, quando por vezes são solicitadas informações mais específicas para que grandes reportagens ou artigos de investigação possam ser elaborados.

Queremos a ajuda dos media para poder prevenir em vez de remediar, com base em informações verdadeiras que sejam, de facto, de interesse público.

Pela nossa parte, o gabinete de Informação Pública do SNPC procurará sempre aprofundar os canais de comunicação com aqueles que têm a responsabilidade de informar para que esse trabalho possa ser cada vez melhor, a bem da qualidade dos órgãos de comunicação social e da protecção das populações em situação de emergência.

O fogo e a cultura pan-mediática contemporânea

José Luís Garcia

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

As florestas ardem: uma representação obsidente nos textos e nas imagens fotográficas da imprensa escrita, nas palavras ditas e na imagosfera audiovisual

de percepções que se sucedem rápida e quase infinitamente umas às outras e com as mais diversas combinatórias durante o Verão. As florestas ardem: ideia que nos cerca, sitia, persegue e importuna através das suas imensas e impressionantes ressonâncias à tensão entre construção e destruição, memória e oblivionismo, estabilidade e precaridade, segurança e pânico, conspiração e purificação. Uma fixação invocadora de múltiplas figuras míticas, de deuses e diabolizações. Tomando as mais diversas e opostas formas, o fogo integra o universo de criaturas liminares que fascinam o imaginário social, entre a natureza e a técnica humana, ainda que não seja um fenómeno caracteristicamente externo à comunidade dos seres humanos, como uma tempestade ou um terramoto. O fogo que é incêndio é também calor, lareira, casa e habitação. O fogo que é inferno é igualmente ardor, paixão, entusiasmo e até brilho. O fogo que é natureza franqueou a cultura, como mostrou Claude Levi-Strauss com a ideia da passagem do cru ao cozido, mas que alimentou também o barbarismo dos autos de fé da inquisição e do nazismo. O fogo que agora incinera – manifestação de “especismo”, ou estado de tirania humana sobre as outras espécies, segundo o conceito de Peter Singer ([1975] 2000) – as dezenas de milho de animais contaminados e suspeitos de contaminação pela BSE e pela febre aftosa e que ilustram as capas e as reportagens jornalísticas...

As florestas de Portugal ardem no Verão, a Amazónia arde, os animais contaminados ou suspeitos de contaminação são condenados a arder, os gelos antárticos derretem. O destino do homem começa hoje manifestamente a não escapar ao mundo, depois de mais de dois mil anos de quase ausência da relação do humano ao universo devido ao helenismo socrático e ao cristianismo, responsáveis pelo feito de isolar o homem como problema e de o tornar “senhor da natureza”, movimento que se radicalizou com o cientifismo baconiano e o prometeanismo das sociedades científico-industriais dos séculos XIX e XX.

Antes, porém, saindo da multipolaridade sincrética entre a natureza e o homem característica da poesia e dos profetas, a filosofia grega pré-socrática teve o mérito, uma vez particularizado e determinado o problema do mundo através da operação de redução da natureza a uma objectividade que irá permitir o seu equacionamento científico, de trazer para o pensamento sistemático a noção de natural como um universo em que o homem não se encontrava nem excluído nem no seu centro e em que os mesmos princípios que possibilitavam pensar a constituição do mundo físico explicavam a construção do homem. No âmbito do problema cosmológico que dominou a escola jónica, esta última concepção implicava não divorciar o problema do universo do problema do homem, a questão da objectividade da subjectividade, da identidade e da alteridade, da natureza e da cultura, independentemente da incipiência materialista ou do simplismo especulativo com que foi realizado há mais de 23

séculos (presume-se que Tales de Mileto, o fundador da escola jónica, terá nascido em 624 ou 623 a.C). Porque, como nos é lembrado na *História da Filosofia* de Nicola Abbagnano sobre o pensamento pré-socrático:

O homem não pode voltar-se para a investigação do mundo como *objectividade*, sem se tornar consciente da sua subjectividade; o reconhecimento do mundo como *outro* em relação a si é condicionado pelo reconhecimento de si como *eu*. Reciprocamente, o homem não pode dirigir-se à investigação da *unidade* dos fenómenos externos, se não sentir o valor da unidade na sua vida e nas suas relações com os outros homens. O homem não pode reconhecer uma substância que constitua o ser e o princípio das coisas externas senão enquanto reconhecer, similarmente, o ser e a substância da sua existência individual ou em sociedade. (itálicos do autor) ([1976] 1999: 28)

É com Heraclito que a articulação entre o mundo objectivo e o mundo próprio do homem se vai tornar completamente evidente, ao defender que o estudo orientado para o mundo natural se realiza sujeito à condição da inteligibilidade que o homem pode alcançar sobre o ser que lhe é próprio. Todavia, ao contrário do que se tornará a perspectiva hegeliana e marxiana, a unidade do mundo no pensador de Éfeso é uma relação tensa que não anula nem supera o contraste, antes impõe o seu surgimento, a sua existência, a sua interpretação não passível de anulação nem conciliação. É precisamente no fogo que Heraclito reconhece a substância que é o princípio do mundo e explica o seu fluxo perpétuo; um fogo que, note-se, não é um princípio material, mas dinâmico, procriático: “Este mundo, que é o mesmo para todos, não foi criado por qualquer dos deuses ou dos homens, mas foi sempre, é e será fogo eternamente vivo que com ordem regular se acende e com ordem regular se extingue” (fragmento de Heraclito de Diels citado por Abbagnano [1976] 1999: 33). A fuga do fogo ou o retorno ao fogo metaforizam o estado de devir incessante, um movimento de troca que se eterniza e não é confundido com nenhum regresso a um fogo primordial, a um incêndio total.

O oriente também se encontra envolvido na metaforologia do fogo. Jorge Luís Borges, o erudito escritor argentino que atravessou quase todo o século XX e abordou mais do que uma vez as conflagrações na sua obra, escreveu uma breve parábola dedicada ao tema – que seria agora escusado designar como heraclitiana, tal a sua evidência – do intercâmbio permanente entre as coisas e o fogo. Em “A muralha e os livros”, Borges parte de uma narrativa sobre o imperador chinês Shih Huang Ti, responsável quer pela ordem de construir a imensa muralha da China, quer pela de queimar todos os livros anteriores ao seu império, para sugerir uma meditação sobre o sentido desses dois actos – o de construir e o de incendiar – que, segundo a sua interpretação, se invalidam de modo imperceptível.

Sendo prerrogativa comum dos príncipes reduzir a cinzas livros e erigir fortificações, o imperador chinês só se terá distinguido pela escala gigantesca em que operou: queimar toda a memória escrita anterior ao seu domínio e cercar, não uma quinta ou um jardim, mas todo um vasto império. Na sua narrativa, Borges relata-nos que muitos dos que tentaram salvar livros, subtraindo-os ao fogo, foram pelo fogo marcados através de ferros em brasa e condenados a erguer até ao último dos seus dias a enorme muralha chinesa.

O escritor interroga-se então se a edificação da fortaleza não deve ser vista como uma metáfora ou um desafio. Tomada como metáfora, os que tentaram salvar os livros foram sujeitos à condição de Sísifo: por persistirem na luta contra o obívio e pelo cultivo da memória, foram condenados, nas palavras de Borges, “a uma obra tão vasta como o passado, tão torpe e tão inútil” ([1952] 1997: 12). Vista como desafio, a muralha manter-se-ia intacta até que viesse um outro imperador que a destruísse tal como Shih Huang Ti queimou os livros anteriores ao seu reinado; mas esse futuro príncipe, que assim apagaria a recordação do passado, seria afinal, sem que o saiba, apenas a sombra e o espelho do seu antecessor. Em qualquer dos casos, a muralha não é mais do que, como diz o escritor, “a sombra de um César que ordenou que a mais reverente das nações queimasse o seu passado” (idem: 13). A muralha quer, pois, dizer-nos alguma coisa, algo que não nos deve fugir, algo que pode ser nomeado, secundando Borges, como uma “iminência de revelação”.

As florestas que ardem, os animais que condenamos agora a arder, os gelos milenares que derretem, a Amazónia que arde – quererão dizer-nos algo? Do que afirmámos anteriormente talvez se possa inferir que a obsessão da presença e do espectáculo imagético apresentado pelas imagens das florestas que ardem – imagens que se oferecem como superfícies conotativas, mágicas e reversíveis que aparecem, desaparecem e voltam a aparecer – na teatralização da cultura pan-mediática sugere, pelo menos, que o investimento mítico e o elemento trágico da ligação do homem ao mundo, ao cosmo, à natureza, afinal não nos abandonou completamente num tempo e num espaço baseados na racionalização e na tecnologia do homem-artífice ocidental.

Neste sentido, poder-se-á pensar que os “efeitos do real” construídos pelos *mass media* electrónicos fazem talvez ressoar uma inquietação de fundo, uma provável evocação de longa duração: exactamente a de que a singularidade da existência humana começa a não escapar à *physis*. O homem racional e moral que vindo do antropocentrismo helénico e cristão se radicalizou na auto-indulgência cientifista hesita, no início do século XXI, entre considerar-se um ser apenas centrado sobre si, que prescinde orgulhosamente de qualquer mediação ao elemento cosmológico, ou colocar-se como um ser que não exorbita a sua centralidade criadora, que mantém uma perspectiva tensional de centralidade sem centro.

Fixemos agora a atenção no problema das imagens das florestas que ardem produzidas pelos aparelhos técnicos dos *mass media* electrónicos e pela lógica pan-mediática que nos envolve.

No entanto, é importante precisar desde já que, num certo sentido fundamental, existe uma notável mas esquecida contiguidade entre texto e imagem, pois a função dos textos é sempre explicar imagens e, de comum com a imagem, a palavra escrita não significa o mundo de forma directa. Tal como as imagens, os textos são mediações simbólicas e o objectivo destes é estabelecer a mediação entre o homem e aquelas, como argumentou de forma esclarecida Vilém Flusser num notável ensaio de filosofia da técnica a propósito das imagens fotográficas. “Ao inventar a escrita, o homem afastou-se ainda mais do mundo concreto quando, efectivamente, pretendia aproximar-se dele”, podendo, assim, dizer-se que “a escrita surge de um passo para aquém das imagens e não de um passo em direcção ao mundo”, adianta o autor checo como um pressuposto essencial para compreender as implicações dos aparelhos tecnológicos e mediáticos do presente ([1983] 1998: 30).

A partir desta nota enunciemos então o problema que referimos antes, propositadamente de forma interrogativa, tendo como objectivo pensar as imagens e os textos-imagens produzidas pelos *mass media* no que diz respeito às florestas que ardem. Quando vemos “imagens técnicas” – as que são produto dos dispositivos técnicos –, vemos como se estivessemos à janela? A necessidade que todos os indivíduos e as sociedades têm de oferecer uma ordem representacional de si, dos laços visíveis e sobretudo invisíveis que estabelecem com os outros sujeitos, colectivos, seres, entidades divinas e com o mundo, a que poderíamos acrescentar ainda a sua estrutura e o poder, como é que é organizada pelos *mass media*, sobretudo os que estão baseados na produção de imagens técnicas, as televisões? O que é que tais imagens nos revelam mais profundamente? As imagens dos *mass media* electrónicos representam a realidade ou dominam a realidade através da própria representação que fazem? Essas imagens estarão próximas daquela experiência que Borges apelidou de “iminência de revelação”? Quem é que comanda as imagens dos aparelhos fotográficos e das televisões? Será possível alguém comandar verdadeiramente essas imagens? No tempo dos aparelhos que produzem incessantemente imagens técnicas omnipresentes sobre o mundo e as pessoas, alguém muito preciso, alguma corporação, algum grupo profissional, alguma entidade manipula a seu bel-prazer toda a circulação da informação e das imagens?

Numa conferência oral intitulada “Padronização, reprodução e escolha”, que foi mais tarde publicada – precisamente em 1952 – por Lewis Mumford, em conjunto com outras conferências, deparamo-nos com as seguintes palavras:

O facto é que, em todos os domínios da arte e do pensamento, estamos a ser subjugados pela nossa capacidade de criar símbolos (...). Somos submersos pela luxuriante fertilidade da máquina, que opera sem qualquer espécie de controlo malthusiano a não ser as crises financeiras periódicas; e mesmo estas, segundo parece, não são de inteira confiança. Entre nós mesmos e a experiência real avoluma-se actualmente um fluxo contínuo de imagens que nos chega através de todos os meios – a máquina fotográfica e a imprensa, o cinema e a televisão. A imagem era, outrora, um tipo de símbolo raro, suficientemente raro para provocar uma concentração atenta. Actualmente é a experiência real que é rara, e a imagem tornou-se omnipresente ([1952] 2001: 87-88).

Este autor sugere que as técnicas reprodutivas e o espírito do lucro terão multiplicado as possibilidades de formas de vida indirecta, de experiência com a cópia e o simulacro, potenciado a desvalorização do próprio símbolo e intensificado – como tentativa torpe de combate dessa desvalorização – os aspectos sensacionais da imagem. A doutrina da quantificação do “cada vez mais rápido” tende ao sensacionalismo do “cada vez mais ruidoso”; este, ao quebrar o significado, abre-se ao “cada vez mais vazio”. A “benção” dos dons de regularidade e repetição da máquina ter-se-á transformado em “maldição”. A repetição, ampliação e distorção passaram a ser os processos recorrentes para contrariar a saturação e fazer com que as sensações se apresentem como mais importantes do que os significados.

A revolução democrática que Tocqueville intuiu como facto histórico irresistível subjacente a sete séculos de influência igualitarista cristã tem vindo a combinar o nivelamento proporcionado pelas tendências sociais com a padronização impelida pela mecanização. Em resultado das formas de reprodução mecânica, constituiu-se um novo tipo de agrupamento humano, os consumidores, e um novo dever, o de consumir continuamente. No caso particular da relação entre arte e técnica, o tema principal da já referida conferência, Mumford advoga que a reprodução quantitativa, “desde a xilografia até ao fonógrafo para gravação em fio magnetizado, aumentou a necessidade da compreensão e da escolha qualitativas” (idem: 98). Para controlar o fluxo quantitativo, é pois necessário cultivar “hábitos de inibição”, até porque “não ajudamos ninguém com os nossos processos reprodutivos, se misturarmos ilimitadamente água no vinho com a intenção de ter quantidade suficiente para fornecer a todos os membros da comunidade uma pequena porção, dando-lhes a ilusão de que estão a beber algo genuíno” (idem). Neste regime, a entronização mítica contemporânea das sensações pelas sensações afecta a própria sensibilidade, colocando a dúvida se o sensitivo não se está sobretudo a transformar num *frame* enfraquecido e tanto mais abstracto quanto extasiado.

Estas observações continuam a caracterizar bem o fenómeno da reprodutibilidade tecnológica moderna da imagem – e não meramente o da reprodutibilidade da imagem, a qual tem existência prévia – e, em vários sentidos, podem harmonizar-se com a visão sofisticada e precoce de Walter Benjamin. Para este, a técnica da reprodução libertou o objecto reproduzido do domínio da tradição, colocou no lugar da ocorrência única a ocorrência em massa, permitiu à reprodução aproximar-se de quem apreende, actualizando o fenómeno reproduzido em cada uma das suas situações. Estes processos são ambivalentes na sua origem e nos seus efeitos. Provocam um “profundo abalo” do reproduzido e um “abalo da tradição”, mas podem também significar a “renovação da humanidade” ([1936] 1992: 79). “Em grandes épocas históricas altera-se, com a forma da existência colectiva da humanidade, o modo da sua percepção sensorial”, diz-nos Benjamin (idem: 80). E acrescenta mais adiante: “‘Aproximar’ as coisas espacial e humanamente é actualmente um desejo das massas tão apaixonado como a sua tendência para a superação do carácter único de qualquer realidade, através do registo da sua reprodução” (idem: 81). Dominar o objecto, valorizar o processo de exposição da imagem, permitido pelos métodos de reprodutibilidade, em detrimento do valor de culto, e a identificação do público com o equipamento técnico são traços da nova condição perceptual.

Mas o que encerra uma possibilidade, contém também enormes riscos. “O cinema é a forma de arte correspondente à vida cada vez mais perigosa que levam os contemporâneos”, previne Benjamin numa nota perto do final do ensaio que estou a citar, “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica” (idem: 107). O perigo das imagens em movimento, imagens que podem tomar o lugar dos pensamentos de cada um, é comparável à insegurança de qualquer transeunte no trânsito de uma grande cidade: exige uma “presença de espírito acrescida”. O público, sem deixar de ser “examinador” é, no entanto, um examinador “distráido”. É sob esta distração que a ameaça se foi consumando, segundo a conjectura do filósofo que extinguiu a sua vida na fuga aos polícias nazis: “A humanidade que, outrora, com Homero, era um objecto de contemplação para os deuses no Olimpo, é agora objecto de autocontemplação.” Como que antecipando os formatos mais despóticos e ao mesmo tempo mais “democráticos” do que virá a ser o panorama do audiovisual, escreve no epílogo deste seu famoso ensaio: “A (...) auto-alienação [da humanidade] atingiu um grau tal que lhe permite assistir à sua própria destruição, como a um prazer estético de primeiro plano.” (idem: 113).

Compreende-se, assim, a dualidade inscrita na sedução e no mal-estar provocados pelas imagens dos *media*, devido não só às dinâmicas miméticas que podem induzir, mas também à forma como cobrem situações de pânico e acontecimentos, como por exemplo o terrível colapso da ponte de Entre-os-Rios

ocorrido em 2001. Os jornalistas, através da sua comissão deontológica, distanciaram-se de certas quebras nos padrões profissionais do trabalho de reportagem efectuado nesse acontecimento trágico. Foram severamente criticados aspectos relativos ao que poderemos apelidar como obsessão da presença, da dramatização e do espectáculo necrófilo, por outras palavras, o “canibalismo mediático” posto em cena sobretudo por algumas das estações e canais de televisão. Este episódio ajuda-nos a pensar parte das interrogações formuladas relativas a quem controla as imagens das televisões. A resposta não é tão simples como certas teses maniqueístas fazem crer, nomeadamente quando não prescindimos de uma análise que integre a simbiose entre o poder dos actuais meios técnicos, o materialismo economicista e o fascínio da multidão.

Aceitando a auto-crítica dos meios jornalísticos como sincera, a primeira impressão com que se fica é que os jornalistas não controlam ou não detêm uma decisiva influência sobre as imagens que eles próprios captam e transmitem. Com uma certa ironia, poderia ser afirmado que é como se tivesse sido invertida a relação entre as câmaras de filmar e os jornalistas: as primeiras é que comandam os segundos, e não o contrário. Aceitar tal hipótese de compreensão deste fenómeno tem a vantagem de não negligenciar o poder específico da tecnologia na qualidade de variável independente, mas levanta o problema da redução do entendimento de um processo social ao determinismo tecnológico. Uma possibilidade completamente diferente é postular que a indústria dos *mass media* estende um irresistível poder sobre os aparelhos de fotografar e de filmar, colocando os jornalistas como meros executores técnicos. A ausência de autonomia dos jornalistas explicar-se-ia pela total onipotência e unicidade de uma entidade tão reificada como a tecnologia na primeira hipótese: a “indústria dos mass media” ou os “barões dos media”. Nesta interpretação, toda a compreensão do fenómeno reside no determinismo social, tendência muito presente em diversas escolas das ciências sociais e ligada a certas potencialidades da sua epistemologia. Uma terceira conjectura é supor que o público que vê as imagens, e sobre quem é convertido um poder de programação, exerce por sua vez um forte condicionamento sobre o mundo industrial dos *mass media*. Em apoio desta ideia, poderia ser recordado que alguns directores de televisão se lamentam periodicamente por serem obrigados a atender aos gostos das audiências e afirmam claramente que não apreciam e não vêem muitos programas populares transmitidos pelas estações de que são responsáveis. É assim complexa a teia entre técnica, indústria e jornalismo. Algo parece ter-nos escapado das mãos sem sabermos bem o quê nem como, e sem vislumbrarmos de modo evidente o que fazer.

Às vezes ocorre-nos desligar essas imagens, mas não sejamos ingénuos; elas são um domínio da nossa existência que não irá desaparecer, goste-se ou

não, um pouco à imagem da electricidade. Desligarmos completamente as imagens da televisão, depois da sua invenção e do vasto conjunto de factores que interferiu no processo de industrialização da sua produção e massificação do seu uso, seria desligarmo-nos de uma parte do mundo. Por outras palavras, o processo social do seu incremento e aceitação, associado à existência do meio tecnológico, como que nos impede já de o fazer. As redes de comunicação, que integram a dinâmica mais global de informacionalização crescente das sociedades através da apropriação do mundo pelas tecnologias de informação e telecomunicação, envolvem totalmente não só as mensagens, mas as pessoas, as instituições, a política, a economia, a cultura, a ciência... Nada, ou quase nada, escapa agora às teias velozes, planetárias, reticularizadas e economicamente interdependentes do sistema da informação, digitalização e computação tecnocientífica, incluindo a estrutura genética da vida (Martins, 1999/2000; Santos, 2000).

Depreende-se, pelo modo como abordo o fenómeno da comunicação tecnológica de massas, que não deposito qualquer esperança no papel dos *mass media* electrónicos – muito em particular numa televisão plenamente regulada pelo mercado – quanto à procura daquilo que, no seu tempo, associado ao ensino da filosofia, o iluminismo kantiano designou como construção de um espaço público baseado na circulação livre da informação e das ideias, e no uso crítico da razão, na qualidade de acto simultâneo de comunicação e pensamento. Ensina-nos a experiência do século XX dos grandes sistemas utópicos e sua perversão a ter cuidado com as maravilhas improváveis que se podem converter em enormes pesadelos. Mas também não somos propriamente melancólicos de toda a cultura passada, ou cínicos para quem todo o conteúdo dos *media* é intrinsecamente malévolos, ou críticos à maneira daqueles que afirmam que a mensagem dos *media* reside na mera sedução em prol da aceitação das ideias dominantes. Não devem existir dúvidas, porém, que os *mass media* e a propaganda sempre mantiveram uma relação muito próxima.

Neste âmbito, o essencial, aliás, é ultrapassar a visão ingénua da tese da neutralidade dos instrumentos e perceber que parte dos efeitos das técnicas escapam às intenções do homem, devido à sua capacidade de criação de habitats e de conformação. É bem conhecida a história de John Donne que estava convencido que, com a invenção das armas de fogo, devido à sua efectividade mortífera, se encurtaria a duração das guerras. Como mostrou Simmel sobre o poder dos instrumentos, na sua obra magistral *Filosofia do Dinheiro* ([1900]1990), a introdução deste não apenas acelerou o comércio como alterou profundamente o aspecto da civilização.

Sendo a informação um fenómeno muito antigo, o desenvolvimento do universo empresarial dos *mass media* só terá ocorrido a partir da expansão do

comércio e da industrialização ou, pelo menos, tê-la-á acompanhado. O aumento quantitativo de produtos, a sua diversidade e o incremento das trocas marítimas à escala mundial estão decerto no princípio da vontade de conhecimento de outros lugares e do que se passava fora do pequeno mundo em que as pessoas viviam. A circulação das ideias terá sido concomitante à circulação dos objectos, tendo ainda permitido o começo da compreensão da importância da própria circulação como fonte de valor.

Tudo indica que o esclarecimento desta circunstância, que retiro da pequena mas inteligente introdução de Pierre Sorlin ao estudo dos *media* ([1994]1997), se afirma como uma condição crucial para entender dois fenómenos. O primeiro diz respeito à razão por que a imprensa, desde que tomou a forma de comunicação de massas, se encontra tão impregnada pela economia monetária e pela serialização, tal como acontece na maioria das esferas das democracias do consumo e do espectáculo do século XX, e obviamente em todo o sector industrial onde aqueles se incluem. O segundo é relativo às várias ordens de consequências do facto de uma sociedade que repousa imensamente no valor do dinheiro se caracterizar por ser uma sociedade onde os objectos – e até o nosso trabalho, as indemnizações à vida e aos órgãos humanos, bem como as pretensões mercantis relativas às patentes genéticas – funcionam como equivalentes monetários.

Ora, como demonstrou Simmel, na obra já aludida, a sociedade do dinheiro é uma sociedade de nivelamento e de estandardização, com os seus aspectos positivos e negativos. Positivos, quando permite aceder, por parte dos que possuem dinheiro, aos bens e posições que antes lhes estavam vedados pelos sistemas aristocráticos de estratos e castas. Negativos, quando se confirma que, na corrente mantida pelo dinheiro, todas as coisas tendem a ter o mesmo peso específico e a situar-se em idêntico plano – no caso dos *mass media*, por exemplo, a informação necessária à vida política democrática, por um lado, e o entretenimento baseado em valores destrutivos, por outro – diferenciando-se unicamente pela magnitude da área que cobrem. O nivelamento é um dos traços mais distintivos das sociedades democráticas que encoraja uma tendência ruínosa e sobretudo perigosa, como parte da economia monetária específica onde os *mass media* obviamente se integram, para a esfera intelectual e espiritual. Nesta, na qual uma multiplicidade de seres humanos encontra unidade e comunidade, o nivelamento está mais próximo do ser humano do escalão mais “baixo” que do “superior”, pela razão simples de que sempre será mais fácil que este desça do que o outro suba.

O nivelamento é, na minha opinião, um dos principais problemas vividos pelo jornalismo, mormente pelo jornalismo que tem a sua presença na indústria audiovisual, e uma das razões que contribuiu para o actual estatuto minoritário

do jornalismo, em termos da desproporção do peso da informação perante o entretenimento banal e o espectáculo. As notícias são um bem para as sociedades, mas são também uma mercadoria, uma mercadoria com as possibilidades técnicas da imagem em criar um mundo próprio – como o mundo dos anunciantes – ligado à tendência para o nivelamento social ditado pela competição, às vezes brutal, que sempre marcou presença no sector empresarial dos *media*. Talvez alguns magnates dos *media* pudessem até querer oferecer produtos de qualidade, todavia vivem do negócio, embora seja importante frisar que, para esses barões, os *media* também servem para exercer influência social, atingir fins políticos ou obter prestígio. Entre os fins políticos pode encontrar-se a censura e vontade deliberada, em certos períodos ou mesmo por sistema, de corromper toda uma população ou uma parte desta. Os jornalistas, quando não são directamente coniventes, estão de modo contínuo a ceder à pressão insistente das estações e das empresas, muitas vezes até limites insuportáveis.

As notícias da comunicação de massas são vendidas num mercado baseado no nivelamento e, desde a sua origem, adaptaram-se muito bem ao volume do comércio, ao mesmo tempo que forneceram uma contribuição imprescindível para o seu alargamento e modificação. O valor das notícias deixou de se pautar pelo seu papel na formação de uma opinião mais esclarecida baseada na verdade, para passar a constituir um dos elos da cadeia de infoentretenimento que, por imperativos industriais, não pode ser nunca interrompida. Em resumo, tal como qualquer outro produto, qualquer item dos *media* está condicionado pela tecnologia, pelo grau de nivelamento e pelo aumento da procura – embora, não é demais sublinhá-lo, as estratégias dos *media* não dependam apenas do volume do negócio mas também da manutenção e do alargamento da influência social e da obtenção de desígnios políticos.

Se as civilizações passadas estavam fortemente condicionadas pelo simbolismo, iconografia e palavra dos mediadores das divindades e dos soberanos, hoje o exercício desse poder mudou de campo e deslocou-se para as imagens dos *media*. Sob o manto aparente da proximidade, sem os *media* ignorávamos muito do que estaria a acontecer longe de nós, mas os seus “espectáculos de realidade”, a sua hierarquização segundo o critério dos proventos da exposição e do vedetismo, e não a partir da autoridade intelectual, racional e moral, assim como o complexo conjunto de condições que envolvem uma recepção pública acrítica, transformam o crédito do écran no princípio do descrédito da realidade e da acção cívica. As palavras e as imagens dos *media* ao revelarem muito de quem as escreveu, construiu ou manipulou, põem também a descoberto algo de nós. As imagens da comunicação de massas, cujo fluxo não parece ser possível interromper, são pois produto da programação dos dispositivos tecnológicos que funcionam num regime industrial, serializado e capitalista. Sob o pretexto

de representarem o mundo tornam-no mágico e desenvolvem um processo de narcose social. No actual panorama dos *mass media*, o fogo dos incêndios florestais surge mais como móbil e a imagosfera tecnológica mercantilizada como um fim em si.

O problema com os *media* não diz respeito meramente ao seu conteúdo, até porque não dizem todos exactamente o mesmo, apesar de os diversos processos que os envolvem fazerem com que frequentemente funcionem em circuito fechado ou se alastre o mau exemplo. Que a nossa vida não seja toda preenchida pelos *media*, em particular pela televisão, que as imagens técnicas não sejam todo o nosso mundo – essa é a questão. E sobre isso todos temos uma palavra a dizer ou uma acção a pôr em marcha. Para além das imagens dos *media* há muito mundo a descobrir, muita realidade a conhecer, muita vida a viver.

Bibliografia

- Abbagnano, N. ([1976] 1999), *História da Filosofia*, vol. I, Lisboa: Presença.
- Benjamin, W. ([1936] 1992), *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Borges, J. L. ([1952] 1997), *Otras Inquisiciones*, Madrid: Alianza Editorial.
- Flusser, V. ([1983] 1998), *Ensaio sobre a Fotografia. Para uma filosofia da técnica*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Martins, H. (1999/2000), Catastrofismo e plenitude. Para uma sociologia das calamidades revista e ampliada, *Episteme*, n.º 3-4, Set.1999/Fev.2000, pp. 31-68.
- Mumford, L. ([1952] 2001), *Arte e Técnica*, Lisboa: Edições 70.
- Santos, L. G. (2000), A virtualização da biodiversidade, *Política, ecologia e globalização*, Universidade de Verão da Arrábida (texto policopiado).
- Simmel, G. ([1900] 1990), *The Philosophy of Money*, Londres: Routledge.
- Singer, P. ([1975] 2000), *Libertação Animal*, Lisboa: Via Óptima.
- Sorlin, P. ([1994] 1997), *Mass Media*, Oeiras: Celta.

Síntese conclusiva do colóquio

O conjunto de comunicações apresentadas traduziu, naturalmente, pontos de vista diversificados, que reflectem não só as perspectivas teóricas adoptadas por cada um dos participantes, mas também «olhares» próprios das respectivas experiências profissionais: jornalismo, comunicação institucional, ensino e investigação.

Apesar das divergências implícitas nas diversas intervenções e aprofundadas em debate com a assistência, é possível assinalar alguns pontos de convergência na forma de encarar o problema da mediatização dos incêndios florestais.

O primeiro aspecto a assinalar reside na necessidade de adoptar uma perspectiva de serviço social na produção jornalística relacionada com os fogos florestais, o que, nos casos específicos da televisão e do fotojornalismo, não colide necessariamente com a dimensão estética e espectacular que lhe está geralmente associada.

A segunda anotação respeita à possibilidade de introdução de elementos informativos provenientes de actores políticos e de especialistas na matéria que só poderá ser eficaz se tiver em conta as formas de actuação dos jornalistas e as lógicas e retóricas prevalecentes nos media.

O terceiro ponto refere-se à necessidade de um relacionamento leal e sério entre os serviços públicos relacionados com o combate aos fogos florestais e outras fontes noticiosas da área com os media e os jornalistas.

Vivemos numa época em que os mecanismos de mercado constituem o principal regulador dos media. Em certos tipos de prática jornalística valoriza-se a informação sobretudo enquanto «bem de mercado», noutras acentua-se a característica de «bem social». É desejável que, nesta matéria de relevante interesse comunitário, os meios de comunicação, públicos ou privados, façam prevalecer a óptica do serviço social.

James Stanyer (2001). *The Creation of Political News – Television and British Party Political Conferences*. Brighton e Portland: Sussex Academic Press, 206 páginas

Rogério Santos

Sociólogo interessado pelas estratégias mediáticas dos partidos, Stanyer examina o processo pelo qual políticos e jornalistas interagem na preparação, no decurso e nos tempos que se seguem aos congressos partidários. Com uma forte componente de investigação empírica, o autor recolheu muita informação sobre a moderna comunicação política. O trabalho de campo envolveu a observação de congressos sucessivos dos partidos Conservador, Trabalhista e Liberal-Democrata, entre 1993 a 1996, na passagem dos governos do conservador John Major para o trabalhista Tony Blair, e entrevistas a diversos agentes sociais, como políticos, *spin doctors* e jornalistas.

Para além de uma análise detalhada do trabalho dos jornalistas, Stanyer debruçou-se sobre as estruturas de comunicação dos partidos, a preparação meticulosa dos eventos partidários (como criar o “bom” congresso e negociar a cobertura noticiosa com os jornalistas), as qualidades mediáticas dos líderes partidários, a conflitualidade entre candidatos à liderança, explorada pelos jornalistas, e a luta pelas agendas política e jornalística. Na organização de um congresso existem elementos fundamentais, casos da gestão da agenda e tempo para as intervenções dos delegados e do planeamento das estratégias de comunicação. Para o autor, o centro do congresso é o discurso do líder, o qual tem uma elevada cobertura televisiva se comparada com outros acontecimentos dentro do congresso. Daí a necessidade de planear o discurso para maximizar a sua publicitação e atingir audiências de milhões de pessoas fora do congresso, através dos directos da televisão. Em cada congresso, os organizadores incentivam as oportunidades fotográficas (caso do aparecimento do líder à porta da sala do congresso ou da sede do partido) e o momento oportuno de entrevistas a conceder pelo líder. O palco é, também, um elemento nuclear do congresso, desenhado para se obter um forte impacto visual. Há preocupações com a plataforma (palco e púlpito), o logotipo, o slogan (frase), as mesas e as cadeiras no palco. O design do palco relaciona-se ainda com a cor, a iluminação e os ecrãs gigantes, que criam ambiente para as intervenções e os debates. Ao isolar o púlpito no palco, os organizadores asseguram que, na transmissão televisiva, o telespectador não se distraia da movimentação desenrolada atrás

do orador. Apesar de planeados, os congressos permanecem em ambiente imprevisível. Os gestores do congresso não podem prevenir todos os conflitos que ocorrem durante o mesmo, silenciar a oposição ao líder ou prevenir uma derrota do líder numa votação de moções. Também não prevêm acontecimentos inesperados, caso das *gaffes*. Para os canais de televisão, é importante a visualização de azares e acidentes (como quedas de dirigentes quando se dirigem para o púlpito, desmaios, lapsos de memória, troca de nomes).

Distinguem-se, deste modo, duas posições na relação entre políticos e jornalistas. Diferentemente dos discursos do líder, os debates entre oponentes são difíceis de controlar pelos organizadores do congresso. No debate, o líder não beneficia da atitude passiva e transmissora dos canais de televisão, cuja tarefa principal é destacar as frases sonantes; o líder não consegue evitar que os seus adversários sejam entrevistados. Em comparação com o relatado do discurso do líder, os jornalistas desempenham um papel mais activo nos debates entre adversários e candidatos ao lugar cimeiro do partido. Stanyer destaca o papel dos *spin doctors* que, embora invisíveis durante um congresso, estão em contínuo processo de planeamento e divulgação de informação e assumem um papel crescente no processo de planeamento: aconselham os outros agentes partidários e comissões sobre matérias a publicitar; planeiam medidas políticas a anunciar; actualizam e formulam estratégias para assegurar que a liderança construa uma agenda eficaz. Os *spin doctors* são especialistas de comunicação e gestores do partido, profissionais do partido e políticos, que, no dia a dia, asseguram (ou procuram) que os media noticiosos reflectam a mensagem desejada e adoptem uma interpretação particular dos acontecimentos adequada aos seus interesses.

Durante a pesquisa nos vários congressos que acompanhou, o autor salienta ainda a cooperação entre os canais televisivos quanto à alocação de elementos técnicos (câmaras fixas, sinal comum partilhado e iluminação), para baixar custos. Em cada congresso, para transmitir em boas condições, um canal televisivo procura obter o melhor espaço para a sala de redacção no local e a adequada localização das suas câmaras, que apontam para o púlpito e o palco. Assim, cada vez mais frequentemente, os canais televisivos empregam uma estrutura montada em frente ao palco onde os delegados e dirigentes apresentam as suas propostas: o estúdio-balcão ou *plateau*. Aqui, tecem-se comentários sobre o congresso e conduzem-se entrevistas, com a impressão que o jornalista permanece na primeira fila, mesmo junto aos protagonistas.

James Stanyer é professor do “Centre for Mass Communication Research” da Universidade de Leicester. Deste centro inglês saíram nomes importantes para a sociologia do jornalismo como James Halloran, Peter Golding, Graham

Murdock e Philip Elliott, inicialmente ligados à corrente da economia política. A eles junta-se, hoje, outro investigador de nomeada: Ralph Negrine. Entre os projectos actuais de James Stanyer contam-se um livro a editar pela Polity Press (título provisório: *Modern Political Communication*) e um estudo da cobertura das campanhas eleitorais inglesas de 1959, 1970, 1979, 1992 e 2001.

Carlos Chaparro (2001) *Linguagem dos Conflitos*, Coimbra: Minerva

Estrela Serrano

Linguagem dos Conflitos é um livro estimulante, com uma temática que atravessa todo o campo do jornalismo, no qual o autor alia o registo do cronista ao do investigador. Partindo dos desejos e sonhos de uma jovem que queria ser jornalista, Carlos Chaparro interroga-se sobre o que é o jornalismo, através de reflexões e relatos resultantes de cinco anos de observação comparada de práticas jornalísticas em Portugal e no Brasil.

O título do livro sintetiza uma das ideias centrais que percorrem a obra: “o conflito está no coração da notícia, e nenhuma transformação se materializa sem o conflito. (...) Só pelo conflito surgem as mudanças”.

Para Chaparro, a mais importante modificação ocorrida nos processos jornalísticos, nos últimos 40 anos, é a organização e o poder discursivo das fontes interessadas que o autor considera “uma revolução”. Para Chaparro, o jornalismo, mais do que uma profissão que exige o talento, a liberdade e o idealismo de quem a exerce, constitui “uma linguagem e um ambiente que a sociedade organizada utiliza para expressar e ajustar discursos interessados e conflituantes”. O que Chaparro valoriza no jornalismo é a sua capacidade de captar, entender, interpretar e ajustar, ou confrontar, os discursos organizados dos grupos sociais, institucionalizados ou não, sejam produtores de acções ou vítimas delas. Para o autor, a crise do jornalismo reside no facto de ter deixado de produzir os conteúdos que divulga. Em sua opinião, o discurso jornalístico perdeu autonomia porque é seduzido por acontecimentos que já nascem elaborados para serem noticiados. A desumanização que Chaparro vê no jornalismo é, segundo diz, efeito directo da competência discursiva das fontes institucionais. Essa competência das fontes leva o jornalismo a interessar-se apenas pela exploração do conflito pelo conflito. Mas, para o autor, qualquer conflito só é relevante na medida em que interfere no aperfeiçoamento da sociedade. Chaparro recusa, contudo, as visões pessimistas e saudosistas que vêem o jornalismo de outrora como um modelo inexpugnável de virtudes e o jornalismo contemporâneo como espúrio.

Para C. Chaparro, os jornalistas deixaram de ser os produtores das notícias. São as fontes organizadas que têm a propaganda como ingrediente inevitável que oferecem os conteúdos jornalísticos. Por isso, em sua opinião, o que contamina verdadeiramente o jornalismo é a propaganda, não é a publicidade. Para Chaparro a diferença fundamental entre uma e outra reside no compromisso do jornalismo com o interesse público. Ao arrepio das ideias em voga nos meios profissionais, o autor aconselha a não “ter medo da propaganda”. “O que o jornalista não deve fazer, diz, é assumir e, muito menos aceitar dos outros, a intenção de fazê-la.

Sempre apoiando-se em exemplos concretos, Carlos Chaparro reflecte sobre os acontecimentos, a sua criação, os atributos que os transformam em notícia. E constata a superioridade numérica dos acontecimentos programados por fontes organizadas sobre os acontecimentos “não programados”, nos jornais portugueses e brasileiros, confirmando, aliás, resultados de outros estudos, como o clássico de Léon Sigal, que já em 1973 constatava o enorme peso das fontes oficiais nas primeiras páginas dos dois diários de referência norte-americanos.

O livro aborda, também, os desafios que as novas tecnologias trazem ao jornalismo. Entre eles, a abolição do conceito histórico de periodicidade. O jornalismo digital só tem o “agora”, com tudo o que isso significa de pressões sofridas pelos repórteres. Mas Chaparro alerta para o facto de a notícia on-line nada ter nada de espontâneo e ser, quase sempre, tele-guiada. Exemplifica com os mercados financeiros, em que existe um noticiário estratégico pensado e dirigido para determinados objectivos. O autor interroga-se sobre o tipo de formação a dar ao jornalista do digital, afirmando que o jornalismo passará por uma “mutação genética” e advertindo para o facto de as revoluções tecnológicas só terem importância por causa dos efeitos culturais que produzem, ou podem produzir, na concepção do presente. Na sua antevisão do jornalista do futuro, Chaparro acredita que vai surgir a figura do jornalista/gerente de produto – alguém com igual competência para atender o leitor, negociar com a técnica e satisfazer o cliente.

As questões éticas ocupam grande parte do livro. O uso da câmara escondida, o “off the record”, as escutas telefónicas, a violação da privacidade – que o autor considera ser mais grave no jornalismo brasileiro do que no português – merecem-lhe abundantes referências, sempre apoiadas em casos portugueses e brasileiros.

Carlos Chaparro faz questão de reafirmar, neste livro, a sua teoria de que o jornalismo não se divide em informação e opinião. Considera que ambas fazem parte da natureza do jornalismo, quer se relate ou se comente, porque considera impossível noticiar um facto sem a componente opinativa, enquanto que um comentário será ineficaz se não partir de factos e dados rigorosamente apurados.

Na sua tipificação dos atributos da notícia, Chaparro identifica a actualidade como o atributo por excelência do jornalismo a que acrescenta a dimensão ética. Mas, segundo afirma, é preciso que a actualidade possua um potencial transformador, sem o que não interessa ao jornalismo. Para Chaparro existem apenas dois tipos de textos jornalísticos: os que narram factos e os que os comentam. E quanto aos géneros, nega que existam. Em sua opinião, o que há no jornalismo são diferentes técnicas discursivas.

Chaparro fala do poder do editor e define-o como uma simbiose de “jornalista e gerente” na medida em que a lógica do consumo e do negócio, a par das preocupações de natureza cultural e social, pesam igualmente nas suas decisões.

Como investigador e homem das ciências da comunicação, Chaparro gostaria de ver o jornalismo usar alguns dos métodos da ciência. Por exemplo, não aceitar verdades “a priori” e usar o conceito de hipótese. Se os jornalistas aceitassem trabalhar com método, diz Chaparro, o jornalismo seria de melhor qualidade.

Tendo começado com a linguagem, Chaparro termina com a literatura. No último capítulo do livro, o autor leva-nos até à escrita de Saramago, a quem chama “o artista do léxico e o transgressor da sintaxe”. Aponta-o como exemplo do muito que, em sua opinião, a literatura pode emprestar ao jornalismo e considera uma tragédia “a adesão dos jornalistas à burocracia do texto relatorial”. Não há mais espaço para o jornalismo romântico, afirma. “O jornalismo precisa de gente e não dos protagonistas obscuros dos relatos burocráticos.”

João Pissarra Esteves, *Comunicação e Sociedade* (org.), Lisboa, Livros Horizontais/CIMJ, 2002

Maria João Silveirinha

O título deste livro, “Comunicação e Sociedade”, aponta para um problema que os investigadores da comunicação sentem com alguma urgência: a necessidade de situar o *status* teórico e prático da comunicação de massas dentro das ciências sociais. O problema enquadra uma certa sensação de crise que, sendo certamente comum às ciências humanas no seu conjunto, passa também pelos problemas específicos da comunicação de massas, motivados tanto pela aparente novidade dos problemas como pela necessidade de questionar as verdades tecnológicas que se parecem impor neste domínio.

Duas grandes tradições de investigação na análise dos *mass-media* caracterizaram o século XX: a corrente norte-americana liderada, entre outros, por Paul Felix Lazarsfeld, e a corrente europeia, enquadrada pela Escola de Frankfurt de que foi membro Theodor W. Adorno. O ‘choque’ entre as duas

tradições mostrar-se-ia, logo em finais dos anos 30 quando Adorno, chamado para trabalhar pelo próprio Lazarsfeld no *Princeton Office of Radio Research* para supervisionar um estudo sobre a cultura musical através da rádio, se debateria com este sobre o problema de como medir socialmente a cultura. Não seria, porém, o pensamento de Adorno que daria o rumo às investigações norte-americanas, mas a influência de Lazarsfeld e do que se veio a conhecer por *mass communication research*. Assim se estruturariam os estudos comunicacionais do século XX, marcados durante pelo menos três décadas pelo paradigma dominante da sociologia da comunicação. É sobretudo este paradigma, balizado por textos que permitem perceber a sua emergência e por textos que dão a ver algumas das saídas possíveis, que está em causa nesta colectânea: uma tradição que procurou estabelecer um desenvolvimento empírico centrado nos problemas sobre a tomada de decisões. No seu conjunto, o livro apresenta um percurso pelas propostas relativas à questão dos efeitos dos media, desde a perspectiva comportamental às mais recentes perspectivas cognitivistas.

O primeiro texto clássico da colectânea, de Robert Park, é particularmente relevante por ser um texto que procura equacionar, dentro da investigação americana, o que seria definitivamente um ponto de afastamento das correntes americanas e europeia: precisamente a sociologia do conhecimento, a cuja versão europeia Robert Merton irá mais tarde contrapor a sociologia da comunicação norte-americana. Nesta última, o empírico tem prioridade sobre o teórico e as técnicas quantitativas e de análise de conteúdo enquadram as investigações dos processos comunicativos.

O funcional-behaviorismo psico-sociológico, juntamente com o pragmatismo filosófico, constituem os antecedentes da formação do paradigma comunicativo norte-americano que se desenvolveria num 'ambiente social convulsivo', nas palavras de João Pissarra Esteves. Harold D. Lasswell, cujo texto fundador para a sistematização dos estudos da comunicação encontramos na colectânea, inicia a investigação na análise das relações entre audiências e efeitos a partir uma posição marcadamente funcionalista. A partir daqui, por razões muito claramente explicadas no conjunto dos textos que nos são apresentados, a reflexão comunicativa norte-americana faz-se pelas principais inovações tecnológicas, com implicações tanto para o desenvolvimento do mercado como para o condicionamento psicológico das atitudes sociais.

Em Lazarsfeld e no paradigma de efeitos mínimos da comunicação, desembocará uma concepção objectivista da comunicação: em causa estava a aferição dos comportamentos, nomeadamente eleitorais, marcada, como o texto de Gitlin introduzido na colectânea muito bem refere, por uma série de condicionantes que dariam prioridade à investigação comercial e à investigação 'administrada'. As respostas então iniciadas moveram-se e movem-se em várias

correntes de análise que hoje em dia parecem estar em crise metodológica e epistemológica.

Os últimos quatro textos da colectânea remetem-nos para um pensamento mais crítico da sociologia dos efeitos dos meios de comunicação social. É partir deles que podemos pensar, com João Pissarra Esteves, “um trabalho reconstitutivo [que] (...) poderá iniciar-se, uma vez mais, partindo da questão dos efeitos, mas agora necessariamente sob um novo ponto de vista, que permita ultrapassar a visão superficial predominante durante largo período – dos efeitos dos meios de comunicação apenas a um nível de aparência, superficial, efeitos mensuráveis, de curto prazo, mais ou menos directos e imediatos”. O que está em causa, neste últimos textos é, ainda como diz o organizador dos textos, “uma preocupação com os efeitos (...) ao nível do conhecimento social, do saber público partilhado, de formas de entendimento que as sociedades adquirem sobre si próprias e sobre o seu meio envolvente”.

Ora, o texto que dá corpo e unidade a esta colectânea é precisamente um texto que, sendo uma reconstrução histórica de um recorte possível, aponta já alguns caminhos possíveis e inicia o próprio projecto da renovação da disciplina. Por isso, este livro se insere num trabalho mais vasto de João Pissarra Esteves: a ligação entre um pensamento crítico da comunicação e a solidificação de alguns temas críticos para a sociologia da comunicação, já presente no seu anterior livro, *A Ética da Comunicação e os Media Modernos*, na colectânea por si organizada Niklas Luhmann, *A Improbabilidade da Comunicação* e mais especificamente em artigos dispersos. Sendo certo que a ciência não se faz apenas nos trajectos da escrita original, é grande contributo para a solidificação da sociologia da comunicação entre nós a importante capacidade pedagógica deste livro que abre algumas das janelas fundamentais para o conhecimento da nossa disciplina.

Luisa Santamaría Suárez e María Jesús Casals Carro, *La Opinión Periodística – Argumentos y Géneros para la Persuasión*, Madrid: Editorial Fragua, 2000, 393 pag.

Telmo Gonçalves

Que dizer sobre um manual académico?... Muitas das obras que podemos inscrever no «género» assumem ou um carácter predominantemente normativo, sendo perspectivadas essencialmente para a síntese de um «corpus» de regras ou princípios a observar no desenvolvimento de determinada actividade – tendência frequente em manuais de jornalismo –, ou apresentam uma

sistematização teórica, mais ou menos exaustiva, sobre o objecto em estudo, dando conta das diferentes teses existentes, sem deixarem memória de grande capacidade de inovação e criatividade do autor.

Talvez também aí encontremos alguma justificação para a pouca circulação que estas obras normalmente recolhem – com uma vida quase sempre limitada à sala de aula e às secretárias dos académicos da área – e até mesmo para uma certa «má fama», sendo com frequência consideradas excessivamente simplistas ou demasiado herméticas. Daí a necessidade de se sublinhar nas sínteses de contracapa, quase invariavelmente, que «o livro é mais que um manual»...

A obra de Luisa Santamaría Suárez e María Jesús Casals Carro, docentes de jornalismo na Faculdade de Ciências da Informação da Universidade Complutense de Madrid, parece-nos um bom exemplo de ruptura com essa lógica (ou ideia feita?), que pode presidir às formas de (não) ler e, por vezes, escrever o «manual académico». As autoras não cedem ao «simplismo», muito pelo contrário, vão aos fundamentos dos conceitos essenciais e expõem-nos na sua complexidade e necessária profundidade académica, fazendo confluír nas teorias dos géneros jornalísticos saberes de diferentes áreas, como a filosofia, sociologia, política e literatura. Por outro lado, não afastam o leitor menos identificado com os temas, utilizando um discurso claro, que dispensa qualquer espécie de pretensiosismo.

Fundado na investigação e experiência docente das autoras, «este livro nasce pela necessidade de conhecer os processos do pensamento quando queremos comunicar as nossas ideias e crenças através da palavra falada e escrita» (pág. 9). O objectivo que acompanha os seus sete capítulos não é, portanto, chegar a uma mera identificação ou classificação dos géneros de opinião, mas, sim, partir do *artigo jornalístico* – conceito que utilizam como «macrogénero» dos diferentes subgéneros de opinião – para conhecer as formas «como se elabora um pensamento comunicado» (*idem*).

Para conhecerem as estruturas do pensamento, mergulham na filosofia helenística em busca dos conceitos originais, desde os pré-socráticos a Aristóteles, passando pela incontornável crítica de Platão à arte da persuasão. Partem daí para o confronto de diferentes correntes filosóficas, colocando em debate aberto o pensamento dogmático com o relativismo, cepticismo e pluralismo.

As autoras defendem a argumentação como um método de razão, que tem no pensamento dogmático o seu principal inimigo, atribuindo ao pai da «nova retórica», Chaim Perelman, o mérito de ter «resgatado para todos aquele intento metódico de Aristóteles de poder estabelecer uma comunicação racional sem necessidade de levantar um ícone à deusa Razão, deusa tão esquiva com o género humano» (p. 13).

É, portanto, em diferentes correntes filosóficas que vão procurar respostas para as questões fundamentais sugeridas pelo conceito de opinião, como o equilíbrio razão e emoção, as complexas questões da verdade, manipulação, persuasão e as armadilhas da opinião. Em jeito de conclusão, no âmbito da fundamentação teórica, citam Lorenzo Gomis, para afirmar quatro funções do comentário jornalístico como reflexo da opinião da sociedade em democracia (págs. 119-120): a) informar os governantes sobre o que pensam os governados; b) contestar, impugnar e, assim, limitar os excessos do poder; c) promover a elaboração e adopção de grandes opções; d) constituir uma forma de participação cívica dos cidadãos e promover situações de consenso.

De destacar ainda no âmbito da elaboração teórica, a apresentação de um estudo exaustivo sobre os argumentos e falácias argumentativas, tendo por guias a retórica de Aristóteles e a teoria da argumentação de Chaim Perelman, duas referências permanentes do texto.

No domínio mais exclusivo das teorias dos géneros jornalísticos, Santamaría Suárez e Casals Carro começam por delimitar o campo da opinião jornalística recorrendo à clássica divisão dos géneros jornalísticos em três categorias: *informativos* (notícia e reportagem curta), *interpretativos* («crónica» e reportagem em profundidade) e *opinativos* (editorial, «suelto»¹, coluna e crítica). Uma categorização que, embora possa funcionar como matriz para uma «arrumação» operativa dos géneros jornalísticos, tem necessariamente de ser interpretada e aplicada em função das doutrinas e práticas particulares que enformam a cultura jornalística própria de cada país (e até mesmo de cada meio de informação), aspecto que não é salientado pelas autoras.

O leitor mais interessado no estudo dos géneros jornalísticos poderia esperar uma maior problematização sobre o tema da «contaminação» ou «miscegenação» que sofrem os géneros jornalísticos na sua prática diária, resultando muitas vezes em géneros híbridos, que misturam as diferentes atitudes (informar, interpretar e opinar) em que se funda a tese clássica da separação.

Com que esquadro podemos traçar o meridiano que separa informação de interpretação? Onde acaba a interpretação e começa a opinião? As fronteiras não são fáceis de definir, como sabemos, constituindo um problema essencial das teorias e práticas dos géneros jornalísticos. As autoras reconhecem-no e citam Martínez Albertos – outra referência que percorre a obra – para afirmar que a «confusão» entre opinião e interpretação constitui um perigo para a credibilidade do jornalismo. Propõem, como forma de superar a problemática, uma diferenciação a partir dos *juízos* empregados pelo jornalista e indicam uma tipologia a seguir (págs. 19-21):

- *juízos analíticos*: juízos «a priori», que resultam da percepção de um problema que pode ter consequências ainda impossíveis de determinar com exactidão;

- *juízos sintéticos*: juízos «a posteriori», baseados na experiência, que implicam o conhecimento de causas e consequências possíveis de deduzir e constatar, permitindo predizer uma realidade;
- *juízos hipotéticos*: juízos que formulam hipóteses como resultado de uma análise realizada, quando não é possível deduzir determinadas consequências ou efeitos;
- *juízos disjuntivos* – juízos que apontam diferentes alternativas quando se coloca uma possível bifurcação, indicando, regra geral, um dos caminhos possíveis de seguir;
- *juízos categóricos* – juízos contundentes, fechados e explícitos, que julgam factos pessoas e situações (*juízos de factos ou de realidades* – subjectivos e ideológicos –, *juízos de intenções* e *juízos de valor*).

Santamaría Suárez e Casals Carro sustentam que todos, à excepção dos juízos categóricos nas suas três variantes, podem e devem ser utilizados nos relatos interpretativos conforme as necessidades explicativas e de contextualização dos assuntos que tratam.

No capítulo dedicado especificamente aos géneros de opinião, as docentes destacam na sua análise o editorial, a coluna de opinião e a crítica, tendo como referente central as doutrinas e práticas enraizadas no jornalismo espanhol, para teorizar sobre as suas funções, diferentes modalidades e processos de elaboração. A concluir a obra, deixam dois capítulos breves: um dedicado à análise de comentários, onde propõem um método de análise; e o último subordinado à escrita de textos de opinião, indo buscar exemplos e sugestões sobre métodos de escrita, entre outros, a Marcel Proust, Erich Fromm, Gunter Grass, Adolfo Bioy Casares e Fernando Díaz Plaja.

O resultado final é um manual académico notável, de grande profundidade teórica e alguma perspectiva prática, que traça um quadro global sobre a problemática da opinião jornalística, com possíveis aplicações em diferentes disciplinas além das teorias dos géneros jornalísticos. Uma obra útil não só para o meio académico e profissional, mas para todos os cidadãos interessados em comunicar publicamente o seu pensamento convocando a «razão argumentativa», que, como escrevem Santamaría Suárez e Casals Carro, é «a chave da persuasão que sempre actua sem violência».

Notas

¹ Pequeno artigo de opinião.

abstracts

Eduardo Meditsch

Is Journalism a form of Knowledge?

This article analyses journalism from an epistemological perspective. It reviews the principal ways journalism is discussed on this question, classifying journalism as a form of knowledge in three ways: negative, quantitative and qualitative. The article presents the theoretical presumptions that support the qualitative manner; it evaluates the characteristics, the problems and the effects of journalism as knowledge. The article concludes that it is pertinent to consider journalism as a social form of the production of knowledge.

João Pissarra Esteves

Power as Language. The political mediation of systemic functionalism and communicative ethics

This article is centered on the relationship of power and communication, on the one hand, and, on the other hand, two theoretical perspectives: systemic sociology, in particular its concept of “generalised symbolic medium”, and the political ontological perspective of Hannah Arendt. In both, the formulation of the concept of power is ambiguous, essentially due to the incapacity of conceptualizing the symbolic and the question of meaning in its fullest dimension. The pragmatic perspective of language permits the formulation of another way of viewing the relationship between power and communication, an essential characteristic of modern politics.

Nelson Traquina

A transnational interpretative community: the journalist's tribe

Are journalists a transnational “interpretive community”? This is the central question in the article that follows a case study methodology, the HIV/SIDA social problem, by examining news coverage of five newspapers in four countries (Portugal, Brazil, Spain, and the United States) during a span of three months.

Cristina Ponte

The birth of Adam Nash. Analysing a Genetic news in six newspapers

This article analyses the way the same event in genetic science is news: the first known birth of a child from a genetically selected embryo. The news, an exclusive published by *The Washington Post* on October 3, 2000, appeared a day later in the newspapers *Público*, *Diário de Notícias*, *El País*, *Le Monde* and *The Guardian*. A comparative analysis shows differences in the news narratives of the event and in the contextualization of the problem.

Estrela Serrano

2001 Presidentials: some aspects of the journalistic coverage of the election campaign

Studies developed in the United States and Great Britain on news coverage of elections suggest that a “horse race” storyline dominates the news,

relegating the coverage of themes that preoccupy the citizens to a secondary role. Based on the news coverage of the 2001 Portuguese presidential elections, this article shows that the electoral strategies and campaign events were favored by journalists over news coverage of issues and the personalities of the candidates, and that the news coverage of newspapers and television were quite similar.

Eduardo Meditsch

Le journalisme sera-t-il une forme de connaissance?

Cet article envisage le journalisme dans une perspective épistémologique. Les plus importantes approches sur cette problématique sont analysées: elles envisagent d'une façon négative, quantitative et qualitative le journalisme comme forme de connaissance. L'article expose les présupposés théoriques de l'approche qualitative. Il évalue les propriétés, les problèmes et les effets du journalisme en tant que forme de connaissance. L'auteur affirme, en conclusion, la pertinence d'envisager le journalisme comme une forme sociale de production de connaissance.

João Pissarra Esteves

Le pouvoir comme langage

La médiation politique entre fonctionnalité systémique et morale communicationnelle

Le rapport pouvoir-communication a été analysé à partir de points de vue théoriques très différents. Dans l'article sont discutés deux d'entre eux: la sociologie systémique (en particulier, sa conception de "médium symboliquement généralisé") et l'ontologie politique fondamentale de Hannah Arendt. Dans ces deux approches, le concept de pouvoir a une formulation équivoque, essentiellement par l'incapacité de penser le symbolique et le problème du sens dans sa plénitude et complexité. La perspective pragmatique du langage donne la possibilité de formuler autrement le rapport pouvoir-communication, en le présentant comme une propriété essentielle de la politique moderne. À partir d'ici les processus de domination acquièrent une exigence essentiel de légitimité, en termes rationnels et de respect pour la diversité des intérêts humains, en contrecarrant les tendances sociales et théoriques qui proclament un essai d'homogénéisation unidimensionnelle de l'expérience.

Nelson Traquina

Une communauté interprétative transnationale: la tribu journalistique

Les journalistes sont une communauté interprétative transnationale. Cette affirmation est l'hypothèse théorique de cette article qui suit une méthodologie d'analyse de cas: la couverture journalistique sur la problématique du HIV/SIDA dans cinq journaux de quatre pays (Portugal, Brésil, Espagne et les États Unis) pendant trois mois (Octobre à Décembre 1993).

Cristina Ponte

La naissance d'Adam Nash. Analyse comparative d'une nouvelle de génétique dans six journaux d'information générale

Cette article se centre sur les nouvelles d'un événement du champ de la science génétique: la première naissance connue d'un enfant à partir d'un embryon génétiquement sélectionné. La nouvelle, un exclusif du Washington Post parue le 3 Octobre 2000, a été reprise, le jour suivant, dans les journaux

Público, Diário de Notícias, El País, Le Monde et Guardian. Les options éditoriales de ces journaux sont comparés et on remarque les différences, entre une couverture plus centrée dans la narration de l'événement et une autre, envisageant aussi la problématique.

Estrela Serrano

Présidentielles 2001: Aspects de la couverture journalistique de la campagne électorale

Les études réalisés notamment aux EUA et au Royaume Uni sur la couverture journalistique des campagnes électorales suggèrent que les media couvrent les campagnes comme compétitions entre des joueurs, en privilégiant les disputes entre candidats et les stratégies électorales, alors que ils mettent en deuxième plan des thèmes essentiels pour la vie des citoyens.

En se fondant sur l'analyse des nouvelles sur la campagne électorale pour les élections présidentielles réalisés en 2001, au Portugal, l'étude montre qu'il n'existe pas de différence entre les textes publiés dans la presse écrite et dans les journaux télévisés, par rapport aux sujets sélectionnés par les journalistes et à sa hiérarchisation. Dans tous les médias analysés, les stratégies électorales et les actes de campagne ont été privilégiés par la couverture journalistique, au détriment des thèmes essentiels et de la personnalité des candidats.